

FILANTROPIA

#84

CAPTANDO COM INDIVÍDUOS

PESSOAS FÍSICAS TÊM
ENORME POTENCIAL
COMO APOIADORAS DE
DIFERENTES CAUSAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

RUMOS E POSSIBILIDADES
PARA A ÁREA NO NOVO
CENÁRIO DO PAÍS

ENCANTAR PARA PROSPERAR

BOM RELACIONAMENTO, TRANSPARÊNCIA E EXECUÇÃO DAS AÇÕES
PLANEJADAS SÃO ALGUNS DOS INGREDIENTES DO ENCANTAMENTO DE
DOADORES, APOIADORES, PARCEIROS E VOLUNTÁRIOS

ENTREVISTA • Enzo Celulari conta sobre a fundação do instituto Dádivar, que tem a missão de unir marcas pessoais ou institucionais a causas sociais





Sistema de Apoio a **ONGs**

Em um cenário onde gerenciar processos e departamentos, mantendo a organização e interação entre os setores de uma instituição, e, ainda arrecadar de forma consistente e eficaz, parece missão **"quase impossível"**, apresentamos o **SAO - Sistema de Apoio a ONGs** - ferramenta totalmente on-line, que tem como objetivo, automatizar os processos do terceiro setor, apoiando os gestores em planejamentos e análises de decisões estratégicas por meio de painéis e relatórios.

Entre suas principais funcionalidades estão:

- Envio de recibos de doações por e-mail;
- Prestação de contas via app "SAO Rotas" ou sistema Web;
- Controle de ligações (Call Center);
- F2F (captação direto com as pessoas via App);
- Página de doações;
- Sistema completo de ligações integrando toda a ONG;
- Módulo SOCIAL/EDUCACIONAL que controla todos assistidos/alunos de sua ong.

**UM NOVO
TEMPO PARA SUA
ONG**

Rua dos Marmelos . 97 . Vila Clóris
BH/MG . Cep: 31.744-093
www.saosistemas.org
contato@saosistemas.org.br



Faça já seu orçamento!

(31) **3459-3030**

Agregar valor na Gestão das Entidades do Terceiro Setor é o nosso compromisso há mais de 50 anos.

- ✓ Contabilidade por projetos
- ✓ Prestação de Contas
- ✓ Administração de RH especializada em Departamento Pessoal
- ✓ Gestão de voluntários e terceirizados
- ✓ Controle da regularidade fiscal, certidões e retenções fiscais
- ✓ Sistema Integrado de Gestão - ERP




seteco
ASSESSORIA CONTÁBIL

www.seteco.com.br

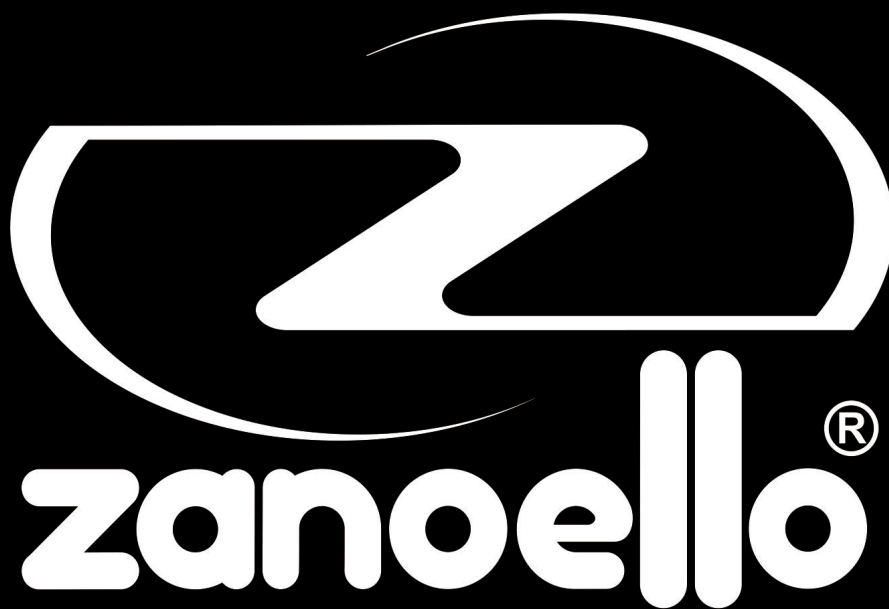
(11) 3500-3500


asplan

Soluções Inteligentes
www.asplan.com.br

(11) 3500-5300





VALORIZANDO VITÓRIAS...
MATERIALIZANDO CONQUISTAS



www.zanoello.com
☎ 49.2101.0200

siga a zanoello    



THAÍS
IANNARELLI
Diretora executiva
da Rede Filantropia

Encantar para prosperar!



MARCIO
ZEPPELINI
Presidente da
Rede Filantropia

Impressionar positivamente, maravilhar, causar encanto a alguém... essas ações fazem (ou deveriam fazer) parte do dia a dia de gestores de todas as organizações do Terceiro Setor. É o tal do “Encantamento”, que abordamos na matéria de capa desta edição!

E é verdade que para encantar alguém por causa do trabalho que realizamos, do impacto que causamos em nossas causas, a primeira pessoa que deve estar encantada e apaixonada pelo seu projeto é você mesma! Afinal, só com aquele “brilho no olho” genuíno é que conseguimos convencer alguém da relevância do que fazemos.

Implantar ações impactantes para seu público, colher resultados (e demonstrá-los de uma forma que, de fato, fique claro que o seu trabalho muda realidades), prestar contas e agir com profissionalismo e transparência são alguns dos pontos essenciais para manter seus parceiros, voluntários, funcionários, apoiadores – ou seja, seus stakeholders – engajados e próximos da sua causa!

E não só isso – o relacionamento também conta muito! Mostrar que sua organização reconhece a importância daquela pessoa, daquele recurso ou daquela parceria é o que costuma manter as relações duradouras e de sucesso. Ou seja: demonstre que seus parceiros fazem parte das conquistas que a sua organização alcança!

Afinal, o melhor projeto do mundo é o seu – e você precisa acreditar nisso para atrair novos “encantados” para sua causa!

Boa leitura!

FIFE 2019

FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA

Rio de Janeiro
9 a 12 de abril de 2019
Centro de Convenções SulAmérica

TECNOLOGIA
LEGISLAÇÃO
COMUNICAÇÃO E MARKETING
RECURSOS HUMANOS
SUSTENTABILIDADE
CAPTAÇÃO
DE RECURSOS
ASSISTÊNCIA SOCIAL ADMINISTRAÇÃO
CONTABILIDADE





O MAIOR EVENTO SOBRE GESTÃO DO TERCEIRO SETOR!

+ DE 100 ATIVIDADES!
+ DE 60 PALESTRANTES!

Saiba mais em: fife.org.br

REALIZAÇÃO

FILANTROPIA



EXPEDIENTE

REVISTA

FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

Idealizadores:



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial



ZEPPELINI
PUBLISHERS



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Editor geral

Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)

Editores-chefe

Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)

Coordenação

Valeuska de Vassimon

Redação

Luciano Guimarães

Paula Craveiro

Edição

Daniel Gallo

Imagens ilustrativas

shutterstock.com/ingimage.com

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

NESTA EDIÇÃO...

Vamos mudar o mundo?	7
Ponto de Vista.....	8
Repensando as práticas de saúde com foco nas necessidades dos territórios	25
Renovar, inovar e mudar	27
Não capte por projetos.....	30
O poder das pessoas na mobilização da captação de recursos.....	31
Provocando sensações.....	35
Voluntariado empresarial e programas de mentoria on-line.....	37
É tempo de repactuar a relação entre OSCs e investidores	40
Segurança jurídica do Terceiro Setor no Brasil...44	
Privatização da Assistência Social no Brasil.....46	
A contabilidade das entidades benéficas e o direito	50
Consumindo com ética	60
Reflexão - Impenhorabilidade.....	77

NOTAS

Radar Social	18
Cursos Filantropia.....	22
Painel de Controle.....	72
Filantropia Responde – Jurídico.....	75



14

Enzo Celulari e sua atuação como empreendedor social por meio do Instituto Dativar



28

Investimento social privado e o engajamento da comunidade

52

Arte do encantamento de stakeholders em prol da sustentabilidade da sua causa



62

Crise nas Santas Casas e Hospitais Filantrópicos



Produtos ecologicamente corretos financiam causas relacionadas ao meio ambiente

76

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

Ricardo Baboo

PARCERIAS

Amanda Manarim

EVENTOS

Rogério Costa

AUDIOVISUAL

Fabiano Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho

Ader Assis

Dulcineia Reginato

Francisco

Fabiana Dias

Flávia Lang

Guilherme Reis

José Avando

Leila Navarro

Lirio Cipriani

Marcelo Monello

Marco Iarussi

Marcos Biasioli

Maria Iannarelli

Octavio Florisbal

Rosana Pereira

Warley Dias

Wellington Nogueira

CONSELHO DIRETOR

Ana Carolina Zanoti

Daniel Gallo

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Marli Burato

Michel Freller

Ricardo Monello

Roberto Ravagnani

Rogério Martir

Rogério Paganatto

Thaís Medina

INCENTIVADORES



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



APOIO INSTITUCIONAL





As palavras a seguir foram escritas na tumba de um bispo anglicano (1100 d.C.), nas criptas da Abadia de Westminster:

“Quando era jovem e livre, e minha imaginação não tinha limites, eu sonhava em mudar o mundo. Quando fiquei mais velho e mais sábio, descobri que o mundo não mudaria, e, assim, reduzi um pouco os limites do meu ideal e decidi mudar apenas meu país.

Porém este, também, parecia imutável.

À medida que chegava ao crepúsculo, numa última e desesperada tentativa, procurei mudar apenas minha família,



MARCIO
ZEPPELINI

aqueles mais próximos a mim, mas, ai de mim, eles não mudaram.

E agora, deitado em meu leito de morte, subitamente percebo: se eu tivesse apenas mudado a mim mesmo primeiro, então, pelo exemplo, eu teria mudado minha família.

Com sua inspiração e estímulo, eu poderia ter melhorado meu país e, quem sabe, até ter mudado o mundo”

Extraído da obra “Canja de Galinha para a Alma” (Canfield J, Hansen MV)

MUDE O ÂNGULO!

É verdade que não podemos nos contentar com os fatos da forma como eles são, nem tampouco achar que nada vai mudar porque “sempre foi assim”.

Mas, se desejamos alguma mudança dentro de nossa casa, de nossa empresa ou mesmo no nosso bairro, cidade ou país, é necessário que, antes, mudemos nossas próprias creditações e atitudes.

Muitas vezes, o simples fato de mudarmos nossa forma de olhar ao redor já faz com que diversos problemas, como num passe de mágica, sumam! Outros, mais persistentes, vão

continuar a nos “incomodar”. Mas vermos a realidade de diversos ângulos faz também com que enxerguemos diversas outras soluções e, mais importante que isso, vermos diversos outros motivos pelos quais aquilo é daquele jeito.

Então, antes de tentar mudar “o mundo”, mude de posição.

Sabe aquela pessoa ou projeto que você critica ou de que não gosta? Tente se colocar em outro ângulo e veja se os defeitos persistem.

Abraços sustentáveis!

Mude suas atitudes para mudar resultados

FOTO: DIVULGAÇÃO



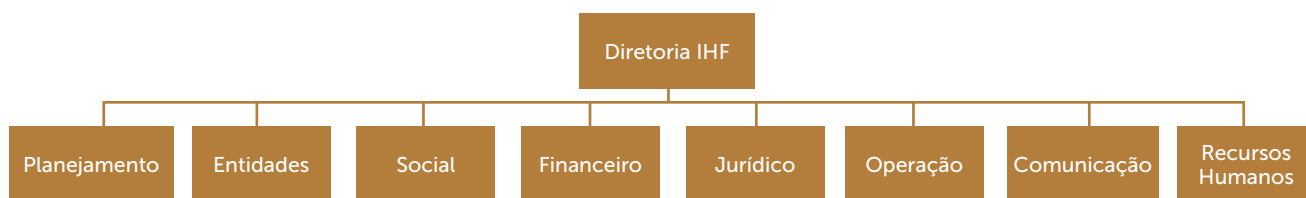
GESTÃO QUALIFICADA E ACOLHIMENTO

POR PAULA CRAVEIRO

Instituto Helena Florisbal atua na promoção de assistência social gratuita, visando melhorar a qualidade de vida do público atendido e contribuindo para sua reabilitação e capacitação, sem perder o foco na gestão e na transparência das organizações credenciadas.

Com sede em São Paulo, o Instituto Helena Florisbal (IHF) nasceu em 29 de agosto de 2013 para concretizar o sonho de Helena Florisbal. “Por anos, ela fez doações a um grupo de instituições beneficentes do Terceiro Setor. Eram entidades de vários portes, que abrigavam crianças com doenças graves, em risco social ou incluídas em projetos educacionais e/ou profissionalizantes, além de outras que cuidavam de idosos. Há cinco anos, 38 delas recebiam uma ajuda financeira mensal”, explica José Francisco Queiroz, diretor de planejamento do Instituto.

Por sua preocupação e sua sensibilidade às causas alheias, em especial àquelas que envolviam crianças e pessoas doentes, Helena tinha o sonho de criar uma instituição que fizesse um trabalho organizado e que fosse além das contribuições financeiras. Após seu falecimento prematuro, seu marido Octávio Florisbal levou adiante o projeto. Para isso, convidou um grupo de amigos – quase todos ligados à área da comunicação, segmento em que Octávio trabalhou durante várias décadas – para formar uma Diretoria Executiva e para se integrar aos Conselhos Administrativo, Consultivo e Fiscal. Ao todo, 50 pessoas aceitaram o convite. A diretoria da instituição é composta pelas seguintes áreas específicas:



Áreas de apoio à Diretoria do IHF

MODO DE ATUAÇÃO

Atualmente, o IHF conta com uma equipe de 12 profissionais contratados. “O trabalho é desenvolvido com foco em 36 instituições sociais, que são credenciadas para terem atendimento regular, renovado anualmente por meio de contrato. Essas organizações estão localizadas, basicamente, na Grande São Paulo, exceto duas que ficam em Campos do Jordão e outras duas na cidade do Rio de Janeiro”, explica o diretor de planejamento.

Esses profissionais visitam as entidades credenciadas para avaliar a qualidade dos serviços prestados, bem como para conhecer o potencial de eficácia e autonomia. Após as visitas técnicas e as reuniões com a equipe e a diretoria do Instituto, elabora-se um projeto para cada uma das entidades, com os objetivos gerais e específicos, de acordo com suas necessidades, além de formas de avaliação de resultados e prestação de contas. “Todos os projetos têm o acompanhamento da equipe do IHF desde o início até a sua conclusão”, explica o diretor.

Em contrapartida ao apoio do Instituto, as entidades comprometem-se com a manutenção e a melhoria constante de seus serviços, contribuindo de maneira cada vez mais efetiva para proporcionar mais qualidade de vida às crianças, jovens e idosos.

“É importante ressaltar que, além do apoio às necessidades imediatas de cada entidade, o Instituto Helena Florisbal também pretende contribuir para a melhoria de gestão nas áreas administrativa, jurídica e financeira, bem como auxiliar na criação de planos de comunicação para divulgação e captação de recursos”, ressalta Queiroz.

ENTIDADES ATENDIDAS

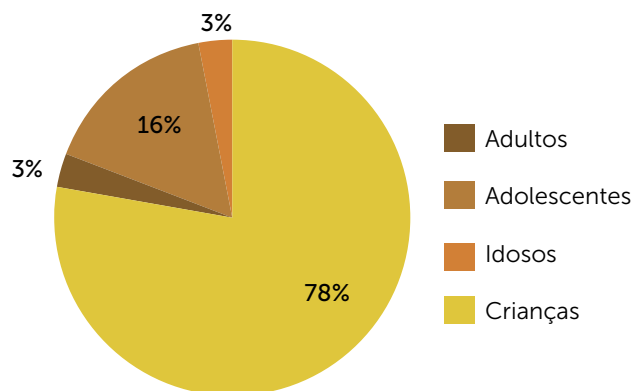
O diretor de planejamento explica que as entidades apoiadas pelo IHF atendem crianças em estado de vulnerabilidade social ou com doenças graves e amparam idosos. “Também foram credenciadas instituições que cuidam de jovens, pois compreendemos a importância de assistir também a essa faixa etária, como continuidade à assistência social”, pontua.

Todas as organizações credenciadas recebem uma doação financeira mensal. Para que outras contribuições sejam administradas de forma mais eficiente, as organizações foram divididas em dois grupos, com base em seus portes: (1) instituições de grande porte e (2) instituições de pequeno e médio portes.

Missão

“Nossa missão é promover a assistência social gratuita, proporcionar mais qualidade de vida, contribuir para a reabilitação e a capacitação de crianças carentes, em especial as portadoras de deficiências físicas e mentais, câncer e outras enfermidades, além de amparar idosos acolhidos em entidades sociais credenciadas pelo Instituto Helena Florisbal”, afirma José Francisco Queiroz.

Impacto das ações desenvolvidas pelo IHF – público beneficiado no período 2014-2018



Para as instituições de grande porte, existe uma reserva financeira prevista em orçamento. No decorrer de cada exercício, o IHF procura apoiar projetos específicos, voltados para ampliar o atendimento aos assistidos.

APOIO ÀS ENTIDADES DE PEQUENO E MÉDIO PORTES

Para as instituições de pequeno e médio portes, o IHF complementa seu trabalho oferecendo ajuda específica, que pode ser feita na área de alimentação, higiene, limpeza, saúde, equipamentos domésticos ou pequenas reformas. “Esse tipo de



Equipe de colaboradores do IHF e fachada do Instituto Helena Florisbal, no bairro do Brooklin, em São Paulo

FRENTES DE ATUAÇÃO

O trabalho do Instituto Helena Florisbal está dividido em cinco frentes prioritárias:

- 1** Colaborar com entidades de assistência social credenciadas, como creches, orfanatos, casas de apoio especializadas em deficiências físicas e mentais e no tratamento do câncer e outras enfermidades, bem como amparar asilos de idosos carentes.
- 2** Apoiar, de forma complementar, as entidades credenciadas pelo IHF nas áreas de saúde e inclusão social, proporcionando o melhor acolhimento possível aos internos.
- 3** Estimular a integração de crianças e adolescentes com deficiência física e mental por meio de atividades educacionais e socioculturais.
- 4** Oferecer aos acompanhantes ou familiares dos enfermos atividades de prevenção, orientação e apoio psicológico, quando necessário.
- 5** Contribuir para a qualidade de vida das crianças com câncer ou moléstia grave residentes em outros estados, assim como de seus acompanhantes, colaborando na manutenção e ampliação das "casas de apoio" da cidade de São Paulo.

contribuição é decidido pela diretoria e é totalmente operacionalizado por nossa equipe”, explica o dirigente.

Após conversar com as instituições e entender suas necessidades, o IHF se responsabiliza pela aquisição dos materiais, seguindo critérios como busca por fornecedores que ofereçam o melhor preço e que tenham compromisso com a qualidade e garantia de entrega. Para o fornecimento de alimentos, José Francisco Queiroz afirma que o instituto conta com o apoio *pro bono* de uma nutricionista, que, após análise das necessidades de cada instituição, sugere um cardápio mais adequado à saúde dos assistidos.

VOLUNTÁRIOS

As organizações sem fins lucrativos têm como maior valor o capital humano. Exemplo disso é o corpo de voluntários do IHF, formado por pessoas com diferentes experiências de vida e formação profissional. “Hoje, esse grupo é composto por aproximadamente 40 pessoas, que recebem treinamento interno sobre como transformar suas doações em algo ainda mais benéfico aos assistidos. Os voluntários ‘adotam’ as instituições, mantendo contato regular com elas e, principalmente, com os assistidos”, conta Queiroz.

Itens doados no período 2013-2018 – organizações de pequeno e médio portes.

398 mil quilos

de alimentos

200.932 unidades

de produtos de limpeza

281.932 unidades

de produtos de higiene pessoal

98 reformas

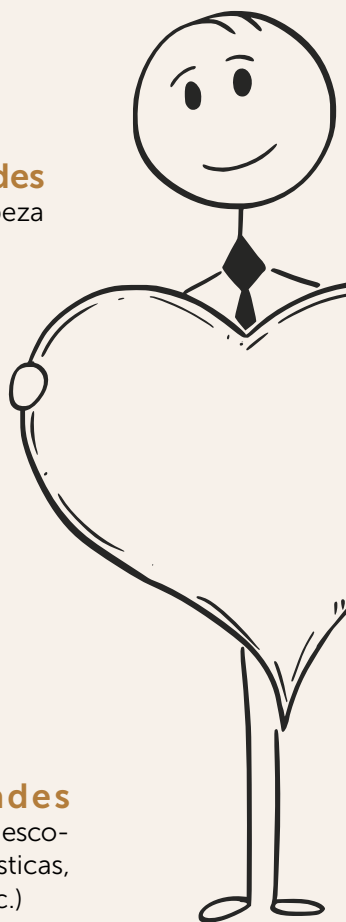
de instalações entidades sociais)

7.636 horas

trabalhadas por voluntários

68.126 unidades

de materiais (material escolar, utilidades domésticas, eletroeletrônicos etc.)



As ações desenvolvidas por eles são: sociocultural, de entretenimento, cultura, lazer, acolhimento, atividades lúdicas, reforço escolar, práticas focadas no bem-estar, escuta e contação de histórias e artesanato. Também são os voluntários que acompanham as atividades socioculturais que envolvem teatro, música e palhaços.

“Contamos ainda com voluntários tutores, que colaboram com sua expertise diretamente nas entidades credenciadas criando projetos, ajudando na gestão e auxiliando em demandas específicas”, destaca o dirigente. Por medida de segurança e facilidade, o IHF oferece aos seus voluntários transporte (veículo e motorista) até as instituições assistidas.

“É importante ressaltar, ainda, que toda a nossa diretoria também é composta por voluntários executivos que realizam o planejamento estratégico, de comunicação, de recursos humanos e voluntariado, além de elaborar as diretrizes administrativas e de finanças e a gestão da equipe de colaboradores do IHF”, ressalta Queiroz.

O IHF também oferece outras formas de colaboração no campo social: o instituto contrata profissionais de lazer e entretenimento para irem às instituições assistidas duas vezes por semana, em esquema de rodízio. Lá são promovidas atividades como contação de histórias, apresentação de palhaços e espetáculos de música.

PROJETOS REALIZADOS

Em cinco anos de existência, o IHF realizou mais de 20 projetos para diferentes instituições, sendo nove deles apenas em 2018. Como exemplos, Queiroz cita:

Projeto Cuidadores/AACD: produção e gravação de 14 vídeos com conteúdo e apresentação de médicos da AACD, com o objetivo de orientar quem cuida de pessoas com deficiências em suas residências. O material também é apropriado para o desenvolvimento profissional daqueles que exercem essa atividade.

Projeto Comunicação/Bezerra de Menezes: projeto completo, que compreendeu criação de um novo logotipo, criação e produção de material de comunicação para mídias convencionais (televisão, revista e jornal) e internet, além de material gráfico. O objetivo foi valorizar os 75 anos da instituição, para que se torne mais conhecida e obtenha mais contribuições.

Projeto Educadores/Dorina Nowill: criação e produção de curso profissionalizante com base em conteúdo técnico. Destinado a professores de crianças com deficiência visual, que recebem informações sobre como oferecer, de modo adequado, seus ensinamentos em sala de aula.

Seminário Graacc: viabilização de seminário para médicos da América Latina, tratando das modernas técnicas de cirurgia oncológica em crianças. Ministrado por um especialista estadunidense, contou com 120 participantes.

FOCO EM GESTÃO

Um ponto que demanda bastante atenção do IHF é a questão da gestão. “A maior parte das instituições de médio e pequeno portes tem necessidade de ajuda para manter a eficiência na gestão em áreas como administração, contabilidade, comunicação, captação de recursos e em exigências regulatórias. Seus dirigentes demonstram um enorme desejo de ajudar a população que precisa ser atendida pelo Terceiro Setor, mas nem sempre contam com conhecimento ou mão de obra aprimorada para esse exercício”, adverte o diretor de planejamento.

O Instituto Helena Florisbal tem como objetivo oferecer a essas instituições mais conhecimento acerca de gestão, para que elas obtenham maior sucesso em suas operações e, se possível, busquem a autossuficiência. Para tanto, desenvolveu uma parceria com a Rede Filantropia, firmada em agosto de 2017, que disponibiliza acesso a cursos para funcionários e pessoas ligadas às instituições credenciadas interessadas em se aprofundar

em temas como marketing, comunicação, captação de recursos e regulamentação.

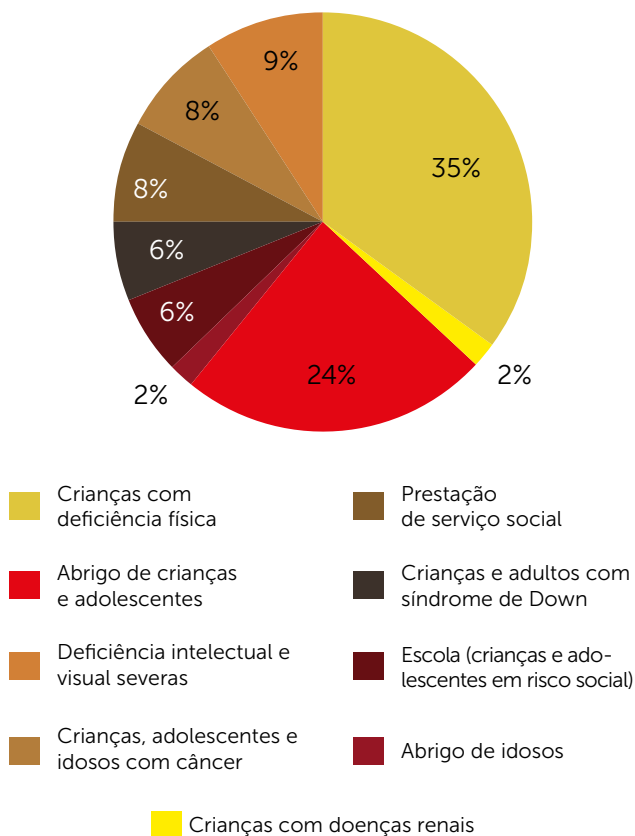
A parceria com a Rede Filantropia também compreende alguns cursos durante o ano, no formato *in company*, que são oferecidos à diretoria, equipe administrativa e voluntários do IHF.

TRANSPARÊNCIA

Seriedade e transparência são palavras de ordem no IHF. O objetivo prioritário é oferecer, dentro de suas possibilidades, uma efetiva contribuição aos assistidos que estão abrigados nas instituições que mantêm credenciadas. Tudo é documentado, controlado e auditado pela consultoria Ernst & Young.

“Nesses cinco anos de existência, o IHF pôde cumprir seu trabalho graças à formação de um fundo patrimonial ofertado por seu idealizador. O Instituto entra agora em uma nova fase: ampliar o que tem feito, seja para as atuais instituições credenciadas, seja para novas instituições, buscando apoio financeiro do mercado. Em um primeiro momento, irá em busca do apoio de empresas que compreendem e apoiam o trabalho voltado para o Terceiro Setor. E o melhor caminho para buscar essa ampliação será contar com o conhecimento e a relação pessoal dos diretamente envolvidos com a causa do IHF”, conclui José Francisco Queiroz. 🍷

Total investido no período 2014-2018 – R\$ 20 milhões.



Instituições credenciadas – 2018

A Nossa Casa da Criança
Ação Unívada
Associação Aliança pela Vida (Alivi)
Associação Beneficente Viva a Vida
Associação Brasileira de Assistência às Pessoas com Câncer (Abrapec)
Associação de Apoio à Criança com Câncer (AACCC)
Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae-SP)
Associação Espírita Beneficente Bezerra de Menezes
Associação Viva e Deixe Viver
Casa de Amparo Tia Marly
Casa de Apoio – CCI Phoenix
Casa do Zezinho
Casa Modelo de Apoio a Crianças com Câncer (Camacc)
Casa Ninho
Centro de Apoio à Criança Carente com Câncer – Cândida Bermejo Camargo (CACCC-CBC)
Centro Educacional Infantil (CEI) Leon Alexandr
Centro Espírita Nosso Lar – Casas André Luiz
Centro Organizado de Tratamento Intensivo a Criança (Cotic)
Centro Social Brooklin Paulista
Fundação Abring pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Abring)
Fundação Angelica Goulart
Fundação Dorina Nowill para Cegos
Fundação Santa Cruz – Campos do Jordão
Grupo de Apoio ao Adolescente e Criança com Câncer (Graacc)
Instituição Beneficente Doce Lar
Instituição Beneficente Nosso Lar (IBNL)
Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC)
Instituto Colibri
Instituto de Apoio à Criança e ao Adolescente com Doenças Renais (Icrim)
Lar Amor, Luz e Esperança da Criança (Lalec)
Lar do Idoso Augusto Neves
Núcleo de Especialização e Educação para o Deficiente Físico e Mental (Need)
Parceiros Voluntários
Projeto Âncora
Sanatório Nossa Senhora das Mercês

O MUNDO DIGITAL NÃO FALA GREGO.

Não importa idade, formação, ou conhecimento: pra aprender TI, basta ter vontade. Em parceria com a Microsoft, a ATN fornece cursos gratuitos de tecnologia da informação. Nenhum conhecimento prévio é necessário, mas pra quem quiser se aprofundar mais no assunto, os cursos vão do nível básico ao avançado.

VENHA FAZER NOSSOS CURSOS INTEIRAMENTE GRÁTIS. FALAR GREGO NÃO É PRÉ-REQUISITO.



ENGAJADO DESDE PEQUEÑO

Filho da atriz Claudia Raia e do ator Edson Celulari, o empreendedor social Enzo Celulari aprendeu desde cedo os valores básicos que moldaram seu desenvolvimento como cidadão. E o resultado não tardou: a criação do Instituto Dadivar, que busca fomentar a cultura de doação no Brasil

POR LUCIANO GUIMARÃES

Acima à direita, Enzo acompanha a cantora Anitta em visita ao Solar Meninos de Luz. Abaixo, Enzo e Fernanda Gentil.



FOTO: JOÃO PEDRO ROCHA



FOTO: DIVULGAÇÃO

Quando era pequeno, uma vez por mês era levado pela mãe em visitas a creches. Se por um lado doava parte de suas roupas, por outro brincava com as crianças que viviam nas instituições.

“Eu adorava interagir com aquelas crianças. Eu gostava de fazer parte daquilo, de sentir que elas se aproximavam de mim de igual para igual, porque não tem de haver diferença. Em casa, sempre se ensinou a importância de cuidar do próximo, saber o lugar de cada um e respeitar a todos, independentemente de quem fosse, fazer o bem, ajudar aqueles que precisam”, lembra.

Nascido em 1997 no Rio de Janeiro e atualmente cursando administração de empresas na FAAP, em São Paulo, Enzo é um dos fundadores do Instituto Dadivar, organização sem fins lucrativos que busca fomentar a cultura de doação no Brasil, auxiliando na definição da essência social de marcas pessoais e institucionais, com o objetivo de melhores práticas para o investimento social.

Fundada em 2017, a ONG conta com colaboradores no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Paraíba, entre webdesigners, jornalistas, administradores e advogados. Para fomentar a cultura de doação do país, o Instituto Dadivar atua na captação de recursos com o apoio de celebridades e de empresas, conforme salienta o diretor-executivo da organização, na entrevista a seguir.

Revista Filantropia: O que moveu você a fundar o Instituto Dadivar?

Enzo Celulari: Eu sempre quis empreender com o social. Digo sempre que eu vim ao mundo com a missão de fazer o bem e ajudar aqueles que precisam. Dando vida à Dadivar, junto com os meus parceiros de empreendedorismo, Lucas Fox, da área de tecnologia, e Danilo Tiisel, advogado especializado em consultoria social, começamos a traçar o nosso objetivo de reunir as maiores vozes do país para fazer o bem. Unimos nossas forças e nossas vontades para revolucionar o mercado de doações no Brasil.

Revista Filantropia: É um empreendimento social? Como se remunera?

Enzo Celulari: Na verdade, é um conjunto de iniciativas sociais, tendo o Instituto como coração de toda essa operação. Dentro do Instituto, temos três formas de captação. A primeira são as campanhas de experiências, apadrinhadas por artistas, em que mobilizamos o público a apoiar uma causa e/ou um projeto específico. A segunda forma são as ações de marketing relacionado à causa (MRC), que podem incluir empresas, restaurantes, marcas de moda ou cosméticos etc. E por último, um programa de mantenedores no qual pessoas físicas e jurídicas conseguem contribuir, de forma recorrente, com o trabalho do Instituto Dadivar. Tanto as campanhas quanto as ações de MRC têm um valor retido para ajudar a manter as operações do Instituto.

Revista Filantropia: Quando foi fundado, sobre quais conceitos ela atua e qual a missão?

Enzo Celulari: Criamos o Instituto Dadivar em 2017 acreditando que todos têm uma causa que gostariam de apoiar. O Instituto tem como missão unir grandes marcas pessoais ou institucionais à sua essência social. Vimos que existia essa brecha e muita insegurança entre pessoas com alto poder de influência que não apoiavam publicamente uma iniciativa social por receio ou por não confiarem no projeto. Foi justamente essa segurança que a gente quis oferecer aos padrinhos e madrinhas das nossas campanhas e às marcas institucionais que são nossas parceiras.

No futuro, queremos que a Dadivar se torne uma referência no Terceiro Setor, que consiga renovar constantemente dentro e fora desse mercado, trazendo o novo ao Terceiro Setor e multiplicando a força da doação, da filantropia, do ajudar o próximo, àqueles que realmente precisam no Brasil.

Revista Filantropia: Quais são os projetos desenvolvidos e os que celebridades já participaram, e como elas contribuíram?

Enzo Celulari: Começamos em 2017 com o foco em campanhas com artistas que são grandes influenciadores. Eles apadrinhavam nossas campanhas, o público contribuía com valores em dinheiro e em troca concorria a uma experiência com essas celebridades. O valor arrecadado era investido em projetos e instituições sociais de todo o Brasil, como o Retiro dos Artistas, as Aldeias Infantis SOS e a ONG Solar Meninos de Luz, no Rio de Janeiro, o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, e a Ampara Animal, em São Paulo, entre outros. Já participaram das campanhas a cantora Anitta, as atrizes Claudia Raia, Fernanda Souza, Paloma Bernardi e Thaila Ayala, o humorista Paulo Gustavo e a apresentadora Fernanda Gentil.

Em 2018, demos início a projetos de marketing relacionado à causa, quando começamos a fazer parcerias com marcas como os restaurantes Paris 6 e Aragon, com a clínica Connect Care e com a grife Estilé By BV. No acordo com o Bistrô Paris 6, R\$ 1,00 de cada “Almoço Parisiense” vendido, o prato executivo da casa, é doado para o Fundo Social Dadivar. No restaurante Aragon, R\$ 2,00 da sobremesa “churros com doce de leite”, carro-chefe entre os doces da casa, são revertidos ao Fundo.

Na clínica Connect Care, são incluídos R\$ 5,00 na cobrança de todos os exames e atendimentos, e o cliente opta por pagar ou não esse valor a mais. A parceria com a Estilé By BV foi nossa primeira experiência com moda, em que produzimos juntos uma bolsa superestilosa – a clutch Blue Domino, e 75% das vendas são destinadas à continuidade dos cursos de educação via software para jovens carentes da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil. O Fundo Social Dadivar gerencia o valor doado para o apoio de organizações sem fins lucrativos que atuam em áreas sociais e/ou ambientais.

Revista Filantropia: Como é o trabalho de captação com essas celebridades? Tem alguma projeção até o fim de 2019?

Enzo Celulari: O Instituto Dadivar tentou passar, desde o primeiro dia, a confiança diante de grandes personalidades,

funcionando como gestor e/ou parceiro social recorrente. Mais uma vez, entendendo a insegurança e o receio de personalidades ao se atrelarem ou não a uma iniciativa social, cada vez mais aumentamos nossa credibilidade com o apoio a esses artistas dentro do âmbito social.

Para este ano, temos trabalhado muito em nossa relação com marcas institucionais com o objetivo de tornar nossas campanhas de arrecadação coletiva em campanhas publicitárias sociais. E, com isso, atingir a soma de muitas contribuições com os *players*: artistas, doadores (físicos) e empresas.

Revista Filantropia: Como seleciona as entidades beneficiadas e desenvolve o trabalho com elas?

Enzo Celulari: Todas as entidades apoiadas pelo Instituto Dadivar passam por um protocolo de verificação que inclui análise da procedência, confiabilidade e transparência. Este protocolo é realizado pela Social Profit, consultoria de impacto social liderada por Danilo Tiisel, advogado especializado em consultoria jurídica para o Terceiro Setor e também fundador do Instituto Dadivar. Além disso, somos parceiros do Instituto Doar e compartilhamos critérios de seleção das ONGs, utilizados na certificação que o Instituto Doar disponibiliza.

Conseguimos, através dos nossos especialistas do Terceiro Setor e de tecnologia, orientar não só os doadores a apoiarem instituições sérias e com credibilidade dentro do mercado, como as celebridades que se unem à Dadivar e às nossas campanhas para abraçarem causas sociais confiáveis e transparentes. Além disso, temos, cada vez mais, trabalhado com assessoria e orientação para OSCs a fim de profissionalizar e aprimorar a sustentabilidade dessas instituições.

Revista Filantropia: O fato de ser filho da Claudia Raia e do Edson Celulari colaborou de que forma para facilitar o acesso às celebridades?

Enzo Celulari: Eu me tornei uma pessoa pública 100% por ser filho dos meus pais. E comecei a perceber que eu poderia usar isso a meu favor. O poder de influência e de mobilização que eu tenho poderia ser usado para o bem e foi nisso que eu me apoiei: no meu poder de comunicação, no meu *networking* e em uma credibilidade que tenho no âmbito social. Eu consigo hoje usar não só o meu espaço como o espaço da Dadivar nas redes, das madrinhas e padrinhos



Lucas Fox e Enzo Celulari

de campanhas que promovemos para viabilizar e mobilizar em prol dessa cultura de doação no país e do apoio genuíno a iniciativas sociais.

Revista Filantropia: Você acredita que o engajamento social deve ser visto como “obrigatório” pelas celebridades?

Enzo Celulari: Na minha opinião, dentro do Terceiro Setor, se houvesse a obrigação dos artistas, consequentemente existiria essa mesma obrigação de pessoas físicas ou de empresas. Por isso, dentro da Dadivar, prezamos muito mais pela total transparência e seriedade dos projetos apoiados para diminuir, com isso, o receio da sociedade como um todo diante do apoio social.

No ano passado, por exemplo, nos unimos à agência SUBA com o intuito de trazer uma nova linguagem às nossas campanhas sociais para criar experiências físicas e de conteúdo que transformam marcas, engajam pessoas e geram resultados para os talentos e para as causas que apoiamos.

Revista Filantropia: Como você analisa a necessidade de o Brasil precisar de uma cultura de doação, principalmente levando em conta que o país caiu do 75º para o 122º lugar – entre 146 países pesquisados no World Giving Index 2018 (Ranking Global de Solidariedade)? O que acha que pode ser feito para a criação dessa cultura?

Enzo Celulari: O trabalho é muito mais de conscientização e aproximação do público doador (que não é pequeno) do que tentar tornar o brasileiro alguém mais solidário. A Dadivar acredita que essa cultura de doação tem diminuído não pela falta de solidariedade, mas pela falta de confiança. 🤝



FIFE 2019 JÁ TEM MAIS DE 350 PARTICIPANTES CONFIRMADOS

Começou a contagem regressiva para o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica, o FIFE 2019. O evento acontecerá no Rio de Janeiro de 9 a 12 de abril, no Centro de Convenções SulAmérica, e já conta com mais de 350 participantes confirmados.

Nesta edição, temas relevantes como *compliance*, tendências para o futuro das OSCs no país e negócios sociais serão discutidos, além de assuntos recorrentes, como qual ferramenta de captação de recursos é mais eficiente para seu projeto, como gerenciar projetos e ter um bom resultado, como adaptar sua rotina à reforma trabalhista e imunidade tributária, entre outros.

A abertura será feita pelo presidente e pela diretora executiva da Rede Filantropia, Marcio Zeppelini e Thaís Iannarelli,

respetivamente, seguida da palestra magna “Filantropia estratégica - do íntimo humano ao universo da civilização”, com o renomado conferencista José Luiz Tejon Megido.

Outro destaque será a palestra “Captação e engajamento de voluntários: um exemplo do México”, com Rosa Morales, fundadora da Casa Hogar Judeo Cristiana, orfanato focado em menores em situação de vulnerabilidade e risco.

No período vespertino dos dias 10 e 11, o FIFE terá nove salas onde, simultaneamente, acontecerão palestras, painéis e apresentações de trabalhos. A programação completa pode ser consultada em: <https://www.filantropia.org/fife/programacao>.

🌐 **Mais informações e inscrições em: www.fife.org.br**

PASSAGENS COM ATÉ 25% DE DESCONTO PARA O FIFE 2019

A LATAM, companhia aérea oficial do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica, o FIFE 2019, dá até 25% de desconto em passagens de qualquer cidade do Brasil até o Rio de Janeiro (ida e volta), entre os dias 6 e 15 de abril.

Para comprar sua passagem nessas condições, acesse www.latam.com e, no momento da busca das passagens para o Rio, insira o código promocional E0DSO.

🌐 <https://www.filantropia.org>





FUNDAÇÃO VOLKSWAGEN LANÇA CIDADANIA EM MOVIMENTO

O novo programa da Fundação Volkswagen é voltado à mobilidade e segurança no trânsito. O objetivo é promover oportunidades de formação para educadores, gestores públicos e estudantes, com foco em temas como acidentologia e prevenção a acidentes viários; planejamento urbano; cidades inteligentes, criativas e sustentáveis e meios de transporte, entre outras questões.

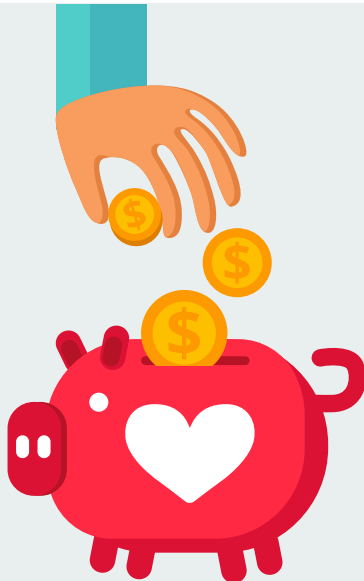
A iniciativa substituirá o projeto Jogo da Vida em Trânsito, cujas metodologias e práticas estarão abrangidas pelo novo programa, que será mais amplo, diversificado e inclusivo.

Para a realização, a Fundação VW está articulando uma série de parcerias com o poder público. Entre elas, destaca-se a renovação dos esforços conjuntos com o Centro Paula Souza, visando a formação de professores em metodologias

inovadoras, aplicáveis a projetos voltados à melhoria da mobilidade no entorno das escolas técnicas estaduais e faculdades de tecnologia administradas pela autarquia paulista. Além disso, em breve serão anunciados acordos de cooperação com outros órgãos de governo.

“Para nós, contribuir para tornar a mobilidade mais segura e sustentável é prioridade. Estudos da Organização Mundial de Saúde revelam que o Brasil é o quinto país recordista em mortes no trânsito. Os jovens estão entre os mais atingidos por essa triste realidade, na maioria das vezes causada por imprudência, negligência ou imperícia dos condutores”, afirmou Daniela de Avilez Demôro, diretora-superintendente da Fundação Volkswagen.

🌐 <https://fundacaovolkswagen.org.br/>



FUNDAÇÃO SALVADOR ARENA ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 9,5 MI EM PROJETOS SOCIAIS

A Fundação Salvador Arena (FSA) investirá R\$ 9,5 milhões em projetos sociais nas áreas de assistência social, educação complementar e promoção da saúde ao longo deste ano.

Voltado a projetos localizados nas regiões da Grande São Paulo, Baixada Santista e outros municípios do estado, o investimento visa promover a transformação social e fortalecer o terceiro setor.

O aporte financeiro será distribuído através de editais em quatro ações: o Programa de Apoio a Projetos Sociais (PAPS); dois Ciclos de Formação para ONGs, sendo um em Gestão Profissional e outro em Sustentabilidade Financeira; e o Programa de Alimentação Complementar para Entidades Sociais (PACES).

🌐 www.fundacaosalvadorarena.org.br



GLOBAL FUND FOR CHILDREN TEM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA PARCEIROS

Criada em 1993 por Maya Ajmera, a Global Fund for Children tem inscrições continuamente abertas para ajudar a construir um futuro em que os mais novos possam ter oportunidades na sociedade, além de desenvolver todo o seu potencial. Até hoje, mais de 10 milhões de pessoas foram impactadas por meio de 675 parcerias.

Ao longo dos anos, a organização foi lapidando seu modelo até chegar à forma de atuação atual, dividida em cinco passos: “We find” (nós encontramos), com foco em buscar e pesquisar grupos que trabalham com crianças e jovens ao redor do mundo; “We fund” (nós financiamos), que é o investimento de recursos em programas que foquem mudanças de vida para esse público e o acompanhamento de como o financiamento é utilizado; “Together we strengthen” (juntos nos fortalecemos), em que, por meio de mentorias e ferramentas, a organização ajuda seus apoiados a crescer; “We build networks” (nós construímos redes), que promove o contato entre diferentes apoiados para que compartilhem conhecimento e construam verdadeiros movimentos de mudança social; “And when our partners graduate, we stand proud”, que significa o orgulho de se ter contribuído para o fortalecimento de grupos e organizações que trabalham com crianças e jovens ao redor do mundo.

Para ser um parceiro, é preciso trabalhar em pelo menos uma das quatro áreas – educação, equidade de gênero, empoderamento jovem e liberdade da violência e exploração – em cinco regiões: Américas, África e Oriente Médio, Europa e Eurasia, Sul, Leste e Sudeste da ÁwwwAs inscrições para se tornar um parceiro podem ser realizadas diretamente no site da instituição. Após submeter um perfil organizacional, o fundo irá analisar os projetos e ações e retornar aos proponentes que respondem positivamente aos seus critérios.

🌐 www.globalfundforchildren.org



PESQUISA BUSCA AMPLIAR DADOS SOBRE COMUNICAÇÃO E MARKETING NO TERCEIRO SETOR

A organização da sociedade civil Nossa Causa lançou a pesquisa “O Cenário da Comunicação no Terceiro Setor”, com o objetivo de apresentar às ONGs as barreiras e oportunidades nessa área. A Rede Filantropia está apoiando a iniciativa, que visa também ampliar os dados sobre comunicação e marketing do Terceiro Setor.

A pesquisa pode ser acessada pelo link bit.ly/pesquisacenariocomunicacao, que foi enviado por e-mail para gestores e colaboradores de ONGs de todo o Brasil. A divulgação também está sendo feita por meio de posts no Facebook e no Instagram, que receberão as tags das páginas dos apoiadores.

Os resultados serão analisados e compilados em uma publicação, que será disponibilizada gratuitamente para todo o mercado. Os demais parceiros são Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), Instituto grpcom, De Propósito, Ink Inspire, Pauta Assessoria Contábil, Pauta Social, Doare, Instituto Comunitário Grande Florianópolis, Instituto Clima e Sociedade, Social Good Brasil, trackmob, Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), Legado e Peace Labs.

🌐 <https://www.filantropia.org>



PL VISA FACILITAR FINANCIAMENTO PARA ENTIDADES QUE ATENDEM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Projeto de Lei 10668/2018, do deputado federal Felipe Carreras (PSB-PE), pretende ampliar as possibilidades de utilização dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Para tanto, inclui dispositivo na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – Lei nº 8.742/1993).

Segundo a proposta, os recursos desse fundo poderão ser utilizados para a subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, para financiamento a entidades de assistência social com atividades voltadas para pessoas com deficiência.

O parlamentar lembra que existe linha de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltada para instituições privadas filantrópicas ou sem fins lucrativos, para investimentos na melhoria e expansão de serviços de educação, saúde e assistência social, mas o custo das operações é bastante alto.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

🌐 <http://www2.camara.leg.br>



ONU LANÇA DOCUMENTO COM PADRÕES DE CONDUTA PARA EMPRESAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou os “Padrões de Conduta para Empresas” por meio da campanha Livres & Iguais, com os objetivos de combater preconceitos e proporcionar um ambiente saudável para que pessoas com diferentes orientações sexuais se sintam à vontade.

A iniciativa é buscar a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo (LGBTI). As diretrizes foram elaboradas pelo Escritório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas em parceria com o Instituto para Direitos Humanos e Empresas.

A ideia é apoiar as empresas na revisão das políticas e práticas existentes e na criação de novas condutas que respeitem e promovam os direitos humanos de pessoas LGBTI. Os padrões se baseiam em uma série de consultas regionais realizadas em 2016 e 2017 em Mumbai, Nova York, Kampala e Bruxelas.

O documento na íntegra está disponível no site <https://www.unfe.org>

🌐 <https://gife.org.br/>

WINGU BUSCA VOLUNTÁRIOS NO BRASIL

A Wingu é uma ONG que fortalece outras organizações sem fins lucrativos da América Latina por meio da tecnologia e inovação. Fundada em 2009, sua base é na Argentina, Colômbia e México, embora tenha desenvolvido projetos em mais de 18 países.

Neste ano, o objetivo é trabalhar com organizações do Brasil, por isso a instituição busca voluntários que tenham interesse em firmar parcerias.

🌐 **Mais informações em:** <https://www.winguweb.org>.



CAPTAÇÃO INTERNACIONAL DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A UNIÃO EUROPEIA

Em meio às dificuldades próprias da realidade brasileira para a captação de recursos para projetos sociais, as organizações da sociedade civil também podem recorrer a recursos internacionais como forma de diversificar as fontes de financiamento. Para facilitar, grande número de instituições governamentais, órgãos bilaterais e ONGs internacionais colocam à disposição das organizações brasileiras editais de financiamento.

Esta oficina apresentará aos participantes os requisitos necessários para a elaboração de projetos destinados aos editais de apoio e financiamento do órgão, incluindo dicas e sugestões, tendo como foco principal o edital recém-publicado. Entre os tópicos a serem tratados estão o Prospect, o novo sistema on-line desenvolvido pela EuropeAid para simplificar a apresentação dos pedidos de convites à apresentação de propostas no âmbito da gestão direta.

Data: 26 de março de 2019, das 9h às 13h

Local: On-line

Palestrante: Karina Isoton

REVISÃO ESTATUTÁRIA E ELABORAÇÃO DE REGIMENTOS INTERNOS COM BASE NA GOVERNANÇA

A grande velocidade com que ocorrem as mudanças na sociedade, nas legislações e políticas sociais acaba desatualizando, com o decorrer do tempo, o estatuto das entidades sem fins lucrativos. Ao mesmo tempo, este problema leva à perda de oportunidades para a obtenção de recursos, já que o documento pode não ter, por exemplo, cláusulas necessárias para imunidades, isenções, programas de financiamento como o FIA/Fumcad, Lei Rouanet, Incentivo ao Esporte, venda de produtos, entre outras atividades. Atualizá-lo se faz necessário, mas o que é necessário mudar?

Este treinamento apresentará as regras estatutárias e exemplos jurídicos mais adequados para fundações, associações e institutos, demonstrando aos participantes as cláusulas estatutárias específicas necessárias para a obtenção de recursos, benefícios e incentivos fiscais. Apresentará também as melhores práticas e exemplos para facilitar a criação de regimentos internos, regulamentos de compras, contratações e demais regulamentações internas.

Data: 27 de março de 2019, das 9h às 18h

Local: Auditório Eng^o João Francisco Zeppelini (Rua Bela Cintra, 178 - Consolação - São Paulo)

Palestrante: Danilo Tiisel



CEBAS SAÚDE: O QUE MUDA COM A PORTARIA-MS

Publicada no dia 27 de abril de 2018, a Portaria – Ministério da Saúde alterou a regulamentação referente à manutenção e obtenção do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) para entidades que atuam na área da saúde. De forma prática, o treinamento tem o objetivo de expor as principais novidades que podem impactar o dia a dia de gestores e entidades sociais, visando uma prestação de contas segura para a obtenção e manutenção do certificado.

Data: 27 de março de 2019, das 9h às 13h

Local: On-line

Palestrante: Carlos Silva

eSocial PARA O TERCEIRO SETOR - OPORTUNIDADES E DESAFIOS

O eSocial exige das organizações muitas revisões e mudanças de procedimentos e cultura. Muito mais do que um preenchimento de sistema, trata-se de um desafio que envolve extensas alterações multidisciplinares que impactam profissionais, departamentos e a empresa como um todo.

Este curso pretende capacitar as entidades quanto aos passos necessários para cumprimento da obrigação e conscientizá-las de que o principal objetivo é estabelecer a mudança de cultura dos seus colaboradores e a adaptação da instituição aos novos processos internos, exigindo qualidade nas informações prestadas, fundamental para o atendimento da obrigação eSocial.

Quando: 02 de abril de 2019, das 14h às 18h

Local: On-line

Palestrante: Tatiane Balhes



NÃO PERCA!

OUTROS CURSOS EM MARÇO E ABRIL

- | | |
|---------------|---|
| 26/03 | Trabalhando com famílias - Funções da família (On-line) |
| 27/03 | Imunidade Tributária dos Impostos para o Terceiro Setor (São Paulo) |
| 16/04 | Técnicas de construção de cenários futuros como ferramenta de apoio ao planejamento, adaptação e inovação (On-line) |
| 22 A
25/04 | Gestão de conflitos e integração de equipes (São Paulo) |
| 25/04 | Nova Oficina Intensiva de Elaboração de Projetos Sociais (São Paulo) |
| 25/04 | Filantropia Itinerante Belo Horizonte/MG - Seminário sobre Gestão do Terceiro Setor |
| 26/04 | Como apresentar um projeto a patrocinadores (São Paulo) |

Informações e inscrições:
www.filantropia.org

CURSO DE ATUALIZAÇÃO

CAPTAÇÃO DE RECURSO NO TERCEIRO SETOR



ALBERT EINSTEIN
INSTITUTO ISRAELITA DE
ENSINO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE
ABRAM SZAJMAN

BELO HORIZONTE

Inscreva-se
até 06/04

SÃO PAULO

Unidade Morumbi

Inscreva-se
até 12/05



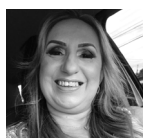
CONHEÇA MAIS SOBRE O CURSO

www.einstein.br/ensino/atualizacao

TELEFONES: (11) 2151 6519 | (11) 2151 8215



REPENSANDO AS PRÁTICAS DE SAÚDE COM FOCO NAS NECESSIDADES DOS TERRITÓRIOS



HELENI
ROCHA

O cenário da saúde pública nos mobiliza intensamente enquanto agentes do Terceiro Setor. Como organizações da sociedade civil, somos capazes de alcançar e realizar ações às quais o poder público e a iniciativa privada muitas

vezes não conseguem chegar. Temos ao nosso lado o Marco Regulatório, que possibilita atuar em mútua cooperação para inserir novas práticas para fortalecer as políticas públicas. Somos a ponta e temos a possibilidade de criar soluções inovadoras para os mais diversos cenários. Estando onde estamos, somos capazes de perceber que a atuação social perpassa todas as áreas: assistência social, educação, saúde, cultura e esporte. Todas elas estão profundamente interligadas: quando se age em uma, movem-se naturalmente as outras.

Costumo dizer que a área da saúde é a mais social de todas. Em nosso país ela é universal; atende pessoas, às vezes em situação crítica, e suas famílias. É um momento de vulnerabilidade que merece o máximo de apoio e atenção, buscando a maior efetividade dos processos de acordo com a complexidade do momento. É necessária a atuação de profissionais preparados para todo tipo de emergência, motivados e sensíveis à dor do outro.

Pensando nesse contexto e na essencial importância da recuperação em saúde do usuário próximo à família, nós, do Instituto Compartilha, debruçamo-nos sobre o problema e buscamos o desenho de uma solução humanizada e específica para a saúde pública que passa pelos processos de gestão e impacta a área como um todo em sua visão prioritária.

A CAUSA

O Instituto Compartilha se dedica à saúde desde o início de sua história. Nossa causa nasceu do coração de um grupo de pessoas

que sentiu a necessidade de melhorar a saúde da comunidade onde vivia: por volta da década de 1960, Fortaleza não oferecia serviços públicos gratuitos para suas gestantes terem um parto seguro. Dessa iniciativa popular foi construída a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), doada para a Universidade Federal do Ceará, ativa até hoje.

Aquele grupo de pessoas foi convidado a participar da gestão da MEAC, tornando-se uma associação que carregava com orgulho seu nome: SAMEAC. Além da Maternidade, posteriormente juntaram-se o Hospital Universitário Walter Cantídio e o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (HEMOCE), parcerias que mudaram no início de 2015. Com a Lei Nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, e o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), criado por meio do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, a instituição foi afastada de suas funções no hospital e na maternidade. A parceria com o HEMOCE permanece até hoje por meio de termo de colaboração.

NA LINHA DO TEMPO, NOVAS DESCOBERTAS

Novamente, após 60 anos, um grupo de pessoas se reuniu e pensou outras maneiras de contribuir para a saúde pública. O objetivo inicial prosseguiu em uma nova missão: colocar todo o conhecimento adquirido a serviço de um bem maior. O Instituto Compartilha - SAMEAC, agora renovado, surgiu como uma solução de serviço complementar à saúde, tornando-se parceiro das gestões municipais que vinham ao seu encontro. Hoje são atendidos sete municípios do interior do estado do Ceará; na maioria das cooperações, hospitais públicos e demais equipamentos públicos de saúde, mas solução também é oferecida a hospitais filantrópicos.

Outro canal de atuação do Instituto Compartilha se dá a partir de parcerias com outras organizações do setor social, criando uma rede de desenvolvimento de ações que promove



ganho social e sustentabilidade às instituições. Juntos, criando a partir de experiências e expertises, somos capazes de prospectar novas possibilidades de aportes, atuando conjuntamente.

A SAÚDE E SEUS TERRITÓRIOS

O Instituto Compartilha, por meio do Serviço Complementar à Saúde, realiza visitas técnicas multiprofissionais aos municípios atendidos com o objetivo de observar, à luz das políticas públicas de saúde preconizadas pelo Ministério da Saúde e de normativas da Anvisa, os processos realizados nos equipamentos públicos de saúde. Ao longo do período inicial da parceria é preparado um estudo preliminar que leva em consideração as não conformidades, necessidades emergenciais e potenciais para desenvolvimento e/ou captação de recurso por meio de programas.

O Serviço Complementar à Saúde possui quatro objetivos: apoiar a organização do sistema de saúde dos entes públicos; otimizar os recursos disponíveis; qualificar a atenção e acesso; e colaborar com a resolutividade da atenção. Assim, desempenha um papel importante na ampliação da oferta dos serviços, projetos e programas de saúde, baseando-se em um plano operativo que visa propor soluções para as principais dificuldades do sistema de saúde no território, bem como ajustar a governança. Propõe-se otimizar os fatores que poderão contribuir para melhorar o fluxo de serviços de saúde de modo a atender todos os parâmetros exigidos pelo SUS, com a finalidade de reestruturar e ampliar os serviços prestados.

QUEM É QUEM NA PARCERIA

Ao longo da parceria são investigadas as possibilidades de melhoria nos processos ativos nas unidades de saúde, sejam de alta ou média complexidade, de atenção básica ou redes temáticas de atenção. São observados os processos em potencial de realização, tais como a reativação de espaços e equipamentos, às vezes encaixotados ou em guarda precária na própria unidade.

Todos os profissionais passam a participar do Programa de Educação Continuada em Serviços de Saúde, realizado *in loco* pela instituição, e têm acesso a formações técnicas de atualização

específicas para profissionais no cenário de saúde, que se relacionam com a humanização dos espaços públicos. Caso a natureza do termo preveja, também são realizadas melhorias estruturais, muitas vezes indispensáveis para o funcionamento da unidade atendida, observando fatores como acesso, conforto e qualidade da atenção.

Além dos treinamentos e capacitações são realizadas ações de promoção e prevenção de saúde, alinhadas ao calendário nacional e de campanhas do Ministério da Saúde e que incluem a participação da população em geral. O intuito é informar e conscientizar sobre a importância da prevenção e da adoção de hábitos saudáveis, e as ações são realizadas em conjunto com os órgãos públicos.

No que diz respeito à resolutividade e à eficácia dos processos, é realizado o acompanhamento dos relatórios de produção, além da verificação das categorias dos serviços ofertados e do número de atendimentos, a fim de observar se as ações definidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI) estão sendo garantidas para a população. Ao longo do processo, incentiva-se a instituição das Comissões Hospitalares obrigatórias recomendadas pelo Ministério da Saúde, base para garantir a padronização e a segurança das tarefas para os funcionários, assegurando a qualidade do serviço aos que o utilizam.

Ao longo dos primeiros meses de atuação do Serviço Complementar à Saúde, já podem ser observadas mudanças expressivas no que diz respeito aos processos internos dos equipamentos de saúde. Houve otimização de recursos em até 62% na área nutricional, 47,5% na compra de materiais de apoio e 60% na aquisição de insumos estratégicos de saúde, assim como a recepção positiva das mudanças pela população atendida. O usuário sente o efeito de processos e espaços que vão melhorando gradativamente.

Naturalmente, há gargalos para a atuação junto à gestão pública, como o atraso no repasse de recursos. No entanto, seguimos com bons prognósticos de atuação e com a causa sempre renovada de contribuir para a implementação das políticas públicas de saúde sob a perspectiva de melhorar a vida humana. 🌐



SERGIO LOPES

Durante os mais de 35 anos em que atuei como gestor e executivo em grandes empresas nacionais e multinacionais, as três palavras usadas para intitular este artigo sempre exerceram papel fundamental no direcionamento das estratégias a serem seguidas pelas organizações em que tive o privilégio de trabalhar. E assim como acontece no segmento privado, para se manterem ativas e serem referências em suas atividades, as entidades que compõem o Terceiro Setor devem incluir em seus planejamentos a renovação, a inovação e, sobretudo, a mudança como elementos-chave para geração de valor e sustentabilidade econômica.

O surgimento de organizações sem fins lucrativos estruturadas, com planejamento estratégico bem definido, colaboradores cada vez mais capacitados e liderados por equipes de gestores profissionais, são dados reais de que o Terceiro Setor avança para um novo nível de atuação e relacionamento junto à sociedade. Nessa nova fase, o segmento tem recebido profissionais da iniciativa privada, o que tem contribuído diretamente para a consolidação desse novo posicionamento.

Vale ressaltar que todo esse processo de transformação, que segue em andamento, acontece ao mesmo tempo em que o país atravessa uma das maiores crises econômicas e políticas da nossa história. O desemprego atingiu, em junho deste ano, a expressiva marca de 12,4%, o que representa 13

milhões de pessoas, segundo o IBGE. Essa crise, sem precedentes, impactou negativamente tanto a iniciativa privada quanto o Terceiro Setor, fazendo com que organizações que não reagissem com agilidade, efetividade e de forma profissional ficassem pelo caminho.

De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)-, ligado ao Governo Federal, o Brasil fechou o ano de 2017 com 820.000 OSCs existentes, número que credencia o segmento como importante ativo econômico do país, gerador de empregos diretos e indiretos, e que vislumbra um cenário ainda mais positivo em curto prazo.

Por fim, a profissionalização do Terceiro Setor é um caminho sem volta e que está desconstruindo a imagem de ser uma área direcionada somente ao trabalho voluntário e prestação de serviço público. O momento atual exige mais dessas entidades e as obrigações legais e a busca por resultados financeiros que gerem recursos para maiores investimentos nos seus objetivos são tão complexas quanto as que abrangem o setor privado. E na disputada corrida pelo êxito, largará na frente a instituição que estabelecer um propósito claro para a sociedade, desenvolver e aprimorar as competências necessárias para a construção de uma proposta de valor consistente, para entregar resultados muito acima dos esperados. É tempo de renovar, inovar e mudar! 🌊



TRANSFORMAÇÃO PELO ENGAJAMENTO



MARCELA
PORTO

A implementação de um projeto social, seja ele voltado à educação, cultura, conservação ambiental ou a qualquer outra área, inclui aspectos estratégicos. Nesse processo, um dos eixos principais para o sucesso e a continuidade da iniciativa é o envolvimento da comunidade. Muitas organizações acreditam que envolver a comunidade se resume apenas em realizar eventos e, isoladamente, receber alguns inputs locais. Porém, tão fundamental quanto a participação é uma etapa anterior: a análise do território onde a iniciativa será desenvolvida e as interações estabelecidas com ele.

Essa análise mais ampla, da paisagem como um todo, busca contemplar a identificação e o reconhecimento não apenas de dados demográficos, mas sobretudo de aspectos sociais: quais são os vínculos daquela comunidade com o local e entre as próprias pessoas? Qual história essa população conhece e qual ajudaram a construir? Quais as conexões emocionais que existem? Mais do que conhecer, é preciso respeitar, valorizar, fazer perguntas sobre esses aspectos, e genuinamente reconhecer suas especificidades.

Essa etapa antecede e fortalece, portanto, a participação da comunidade. Quando os cidadãos se engajam, o potencial de transformação social da iniciativa se torna ainda mais evidente, e isso pode contribuir para que seus resultados sejam mais duradouros. A comunidade deve ser vista como o ponto central dos projetos, de modo que a prioridade seja que esses cidadãos tenham suas necessidades e expectativas atendidas e possam, inclusive, desempenhar um papel atuante durante as fases de consolidação dos projetos.

De acordo com a *International Organization for Standardization (ISO) 26000*, norma internacional de Responsabilidade Social, há sete diretrizes para que as organizações possam manter uma conduta sustentável. Dentre elas, “a identificação e o engajamento das partes interessadas” e “o envolvimento e desenvolvimento de comunidades”, tópicos que destacam a relevância de se compreender como a comunidade será afetada pelo projeto e de que forma é possível mobilizá-la. Mas, na prática, o que seria esse engajamento e por que a comunidade é fundamental para a perpetuação de programas desse tipo? O projeto Biblioteca Comunitária Ecofuturo é um bom exemplo para ilustrar essa relação.

Desde 1999, o Instituto Ecofuturo, em parceria com o poder público, iniciativa privada e comunidade local, trabalha na implantação de bibliotecas em escolas públicas, abertas à comunidade, e no incentivo à leitura. O espaço, que é construído ou reformado para abrigar a nova biblioteca, recebe um acervo com 1.000 livros novos de literatura, além de equipamentos eletrônicos e mobiliário. Atualmente, são mais de 100 Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo instaladas em 12 estados do Brasil, com média de 660 mil atendimentos por ano.

Ao ser definido o município onde será implantada a biblioteca, é executado um diagnóstico de grande importância, que permite a ampliação do olhar sobre a cidade que receberá o projeto. Consideramos não apenas os dados demográficos, como mencionei anteriormente, mas também aquilo que é vivo e afetivo, ou seja, as interações humanas existentes naquele território e como elas contribuem para o formato atual do espaço. Essa análise ajuda a entender de que maneira as pessoas, ao longo do

Marcela Porto é Conselheira do Instituto Ecofuturo e Head de Comunicação & Marca da Suzano, onde atua há mais de dez anos. Formada em Relações Internacionais pela PUC-SP, possui MBA em Gestão de Sustentabilidade pela FGV EAESP e especialização em Comunicação Corporativa pela Aberje-Syracuse University.

tempo, deixaram suas impressões sobre aquela cidade e quais vínculos humanos e afetivos se formaram. Com a implantação do projeto, pretendemos restaurar esses vínculos e possibilitar que os indivíduos se sintam mais conectados com a sua comunidade, aumentando a sensação de pertencimento, tão necessária para a mobilização e a luta por melhorias no município.

Mapeamos também iniciativas culturais e de promoção de leitura já existentes na região, a fim de integrá-las de alguma forma ao projeto, trocar conhecimento e inspirar outras tantas boas ações – e aqui, vale um parêntese: em todos os nossos processos de implantação de bibliotecas comunitárias, por mais remotos que tenham sido, sempre encontramos alguma iniciativa prévia relacionada à formação leitora na comunidade. Já vimos de quase tudo, desde livros na praça, rodas de leitura, “bike-livros”, “jegue-livros”, e por aí vai...

Retomando o processo, a conexão com as demandas locais não se encerra por aí. Concluída a etapa de articulação para assinatura de um acordo de cooperação com a Prefeitura do município que receberá a biblioteca e do apoio das instituições privadas – primeiro passo para dar início à implantação –, a comunidade passa a ser o eixo mais importante, norteando nossas ações.

Para começar, organizamos uma mobilização dos moradores do entorno da escola para apresentar o projeto e para que escolham representantes que acompanharão as etapas de implantação mais de perto, estimulando que todos façam parte dos momentos de decisão e enxerguem a biblioteca como uma construção coletiva. Envolvermos as pessoas posteriormente, por exemplo, em sugestões para o mobiliário – que é comprado em fornecedores locais –, na escolha do homenageado que dará nome à biblioteca e no processo de composição de parte do acervo.

Cerca de 70% dos livros adquiridos pelo Ecofuturo e doados para a biblioteca são selecionados por especialistas da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), enquanto os outros 30% são escolhidos conforme os interesses da comunidade. Apresentar títulos alinhados aos gostos e necessidades da população local aumenta as chances de aproximação das pessoas com o espaço.

Outra fase da implantação é a formação de aproximadamente 40 educadores e moradores da comunidade local em cursos de Auxiliar de Biblioteca e Promotor de Leitura, e em uma oficina de Educação Ambiental, que visa valorizar o ambiente natural também como espaço educador. Dois dos participantes serão funcionários da nova biblioteca; os demais se tornam multiplicadores da leitura e muitas vezes contribuem com o desenvolvimento de novas iniciativas na região.

Essas ações buscam, sobretudo, estimular a criação de vínculos afetivos da comunidade com a biblioteca comunitária. Muitas vezes, a biblioteca é o único equipamento cultural da cidade, o que a torna uma referência e até um ponto de encontro. Aquele espaço passa a ser mais do que um acervo físico de livros (e de muito conhecimento, claro!) e adquire outras

tantas potencialidades: é lá que a comunidade pode descobrir novas vocações profissionais, por exemplo – há casos de jovens que, a partir do curso de Auxiliar de Biblioteca, decidiram que gostariam de cursar Biblioteconomia. É também na biblioteca que os moradores aprendem maneiras de dar continuidade à gestão do local, a se empoderarem e se mobilizarem para, juntos, reivindicarem outras demandas de interesse comum ao poder público, além de várias outras possibilidades de encontros e descobertas.

Outro ponto que merece atenção é a comunicação contínua com o público-alvo, aspecto primordial, como indica o guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK), publicação que é referência para gerenciamento de projetos. Com a intenção de estimular esse processo e reconhecer o trabalho desenvolvido nas bibliotecas, realiza-se o Prêmio Ecofuturo de Bibliotecas a cada dois anos. As bibliotecas da rede podem se inscrever e compartilhar as práticas de leitura que promoveram ao longo do ano. Os relatos recebidos demonstram o quanto uma comunidade engajada no uso permanente da biblioteca é capaz de criar e realizar atividades significativas. O interesse pela leitura é capaz de gerar outras ações que beneficiam cada vez mais pessoas. Um caso que ilustra isso ocorreu na cidade de Agudos, no estado de São Paulo: as crianças de uma escola, em uma atividade proposta pela equipe da biblioteca comunitária do município, leram para idosos de um abrigo próximo ao local, que ficaram encantados com a visita.

É válido mencionar também que os impactos das bibliotecas comunitárias podem chegar ao âmbito educacional, influenciando o desempenho escolar de jovens e crianças. Segundo pesquisa de impactos desenvolvida pela consultoria METAS Sociais, os municípios que receberam bibliotecas da rede do Ecofuturo apresentaram melhora nos índices educacionais, como aumento médio de 7,8% no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental II, em comparação com cidades de mesmo porte, mas que não têm bibliotecas do projeto. O estudo apontou também uma elevação na taxa de aprovação, além de verificar uma relação positiva entre a presença das bibliotecas e uma maior participação das famílias na vida escolar dos estudantes.

Assim, a lição aprendida nessa caminhada, e que esperamos que possa servir de inspiração para outras iniciativas na área do investimento social privado, é que os projetos podem ir muito além de suas propostas iniciais e promover transformações na paisagem cultural, social e ambiental de uma comunidade. Observar essa mudança acontecendo na sociedade nos certifica que os vínculos criados a partir da implantação dos projetos são essenciais para que as iniciativas sejam efetivas e sustentáveis. Ao oportunizar vivências e abrir caminhos para novas perspectivas e novos sonhos, empoderamos os cidadãos e deixamos como legado um modelo de articulação que pode ser replicado, aperfeiçoado e utilizado como ferramenta para outras conquistas importantes para a comunidade. 🌍

NÃO CAPTE POR PROJETOS



JOÃO PAULO
VERGUEIRO

Um dos maiores paradigmas da captação de recursos é ter um projeto. Esse é o sonho de muitas organizações, por isso há até cursos que ensinam a escrever projetos para captação. E tem muita gente que acha que captar é só elaborar projetos, o que é um erro.

Captar é muito mais que ter projetos; quem se concentra apenas na captação de recursos dessa forma está fadado a fracassar. O motivo é simples: toda organização precisa contar com um fluxo constante e permanente de recursos livres (não carimbados) para que tenha condições de manter sua estrutura ao mesmo tempo em que desenvolve suas atividades. E a captação por projetos traz, quase sempre, apenas recursos carimbados, a serem usados somente nos próprios projetos, o que compromete a independência financeira da organização. Além disso, não possibilita o custeio da estrutura, equipe fixa, despesas com escritório, contabilidade, comunicação, etc.

Por isso que a captação por projetos não deve ser o início da estratégia de sustentabilidade, e sim a continuidade dela, que vai efetivamente garantir a independência da sua organização a partir da garantia de um fluxo permanente de recursos livres, não carimbados.

Recursos livres não carimbados. Essa é a chave. Para os governos, são os impostos. Para as empresas, a venda de seus produtos ou prestação de serviços. E para as organizações da sociedade civil — ou ONGs, como você quiser chamar — são as doações.

As organizações precisam contar com doadores que acreditam nela e estão dispostos a financiá-las, independentemente dos seus projetos. Eles apostam na missão das instituições.

E é por isso que sua organização precisa, com urgência, construir o seu plano de captação de recursos, construir uma estratégia para conquistar novos doadores que irão contribuir financeiramente.

Não é à toa que cada vez mais as organizações colocam botões de doação em seus sites, enviam cartas para sua casa, fazem telemarketing, ou mesmo buscam novos doadores nas ruas, por meio do diálogo direto (*face-to-face*). Elas querem dinheiro livre, doadores fiéis, recursos para investir no seu próprio desenvolvimento, sem ter que ser dependentes de poucos financiadores.

E aqui está a outra palavra-chave deste artigo: dependência. Sua organização prefere ficar dependente de poucos doadores, sempre financiando por projetos, ou de um grande número de doadores, que financiam a sua organização porque acreditam nela?

Eu já sei a minha resposta. 🌀



O PODER DAS PESSOAS NA MOBILIZAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Apreendi com Marcelo Iniarra, quando migrei da área financeira para captação de recursos no Greenpeace, que quando falamos de mobilização de recursos de indivíduos não estávamos falando de dinheiro, e sim de como engajar as pessoas em uma causa, conectá-las com o que realmente acreditam para fazer a diferença. Uma das formas de mostrar esse engajamento e apoio é por meio de uma doação financeira.



FLAVIA
LANG

Naquela época, o mundo digital estava apenas começando. Abaixo-assinados ainda eram feitos no papel e enviados pelo correio, a comunicação era de um para muitos, os formulários de doação on-line estavam surgindo.

De lá pra cá, muita coisa mudou. Focando na área de captação de recursos, podemos dizer que muitas organizações iniciaram seus programas de diversificação de fontes de recursos. Algumas cresceram exponencialmente, e a captação de recursos com indivíduos passou a ser uma realidade

Flavia Lang é líder em equipes de mobilização de recursos em organizações como Greenpeace, CARE e Plan International. Co-fundou e liderou a área de captação com pessoas físicas da AderLang de 2009 a agosto de 2018. Sua grande paixão é engajar pessoas, está sempre buscando novos modelos para aumentar e otimizar a captação de recursos para organizações e seu novo sonho está em construção, a Pitanga.mob, uma nova empresa que apoiará as organizações e o poder de cada um de nós para mudar o mundo.

no Brasil. Com grandes bases de doadores, centenas ou milhares de pessoas contribuem mensalmente para uma causa por meio de um pagamento automático que gera sustentabilidade e legitimidade. Agora já existem sistemas de CRM (gestão de doadores) e processos de cobrança de doadores recorrentes fáceis de serem implementados e acessíveis, ou seja, sem um alto custo no início do processo.

Os meios de comunicação também mudaram, ganhando interatividade. Temos mais interlocutores, participação e colaboração. Cada um de nós pode criar uma campanha de captação de recursos para uma causa ou pessoa, ou mesmo para montar uma empresa por meio de plataformas de financiamento coletivo de maneira prática e rápida. Também podemos lutar pela causa que acreditamos criando um abaixo-assinado e reunindo mais gente que acredita nas mesmas coisas que nós, utilizando também plataformas supersimples que alcançam resultados impressionantes.

Hoje cada um de nós pode se transformar em uma organização otimizada, sem precisar passar por processos de aprovação longos e burocráticos. Temos a nossa própria rede, nosso próprio público, e agora podemos fazer sozinhos o que antes exigia muitos. De acordo com o Relatório de Tendências Globais de Doação 2018, 41% das pessoas realizaram doações para campanhas de *crowdfunding* de indivíduos, porém 16% deixaram de doar para organizações. Assim, analisando esse mundo em constante evolução, mudanças e infinitas possibilidades, qual é o futuro da captação de recursos? Está na hora de pensar em novos modelos.

Eu acredito que no momento atual as organizações têm uma grande oportunidade. Vocês conhecem a American Civil Liberties Union (ACLU)? É uma organização americana que luta contra o abuso governamental e defende a liberdade individual, incluindo liberdade de expressão, religião, direito de escolha da mulher, cidadania, privacidade e muitos outros. Eles cresceram muito após a eleição de Donald Trump,

Hoje cada um de nós pode se transformar em uma organização otimizada, sem precisar passar por processos de aprovação longos e burocráticos

representando um caso real e bem-sucedido sobre um dos caminhos do futuro: construção de movimento, engajamento e mobilização de recursos trabalhando juntos em prol de uma causa.


O número de doadores pessoa física da ACLU cresceu de 400.000 para 1.84 milhões nos primeiros 15 meses após a eleição presidencial. Em um único final de semana, eles captaram pelo formulário on-line US\$ 24 milhões. A média anual de doação on-line que antes era de US\$ 4 milhões atingiu US\$ 120 milhões.

O que mudou? O que eles fizeram? Primeiro, com a possibilidade de uma vitória de Trump nas eleições, eles pensaram na organização como um todo. Mesmo antes de acontecer, eles se prepararam para essa possibilidade e estavam prontos para trabalhar com os assuntos relacionados a direitos humanos quando o presidente americano foi eleito.

Eles também quase dobraram a contratação de advogados no primeiro ano com o objetivo de expandir sua atuação. Nesse período, iniciaram mais de 80 processos de defesa de direitos, reforçando o investimento a fim de atingir os resultados esperados.

Simultaneamente, começaram a surgir diversas outras organizações da mesma área, com pessoas fazendo suas próprias campanhas.

ACLU

Email address ZIP code [GET UPDATES](#) 

[BECOME A MEMBER](#) / [RENEW](#) / [TAKE ACTION](#) / [DONATE](#)

[ISSUES](#) [KNOW YOUR RIGHTS](#) [DEFENDING OUR RIGHTS](#) [BLOGS](#) [ABOUT](#) [SHOP](#)

THE FIGHT IS STILL ON.

[GIVE MONTHLY](#)





Mas como uma organização centenária obteve esse crescimento exponencial? Essa foi a pergunta que eu fiz para o diretor executivo da ACLU no ano passado. A resposta é que a ACLU foi além, repensando toda a organização para a realidade hiperconectada que vivemos hoje. Ao mudar a comunicação, ela engajou o doador e agregou valor, que era o que o doador esperava.

O que é engajar? Engajar é motivar o outro com ideias e tarefas que façam sentido para sua vida. O movimento estava criado, mas como fazer para que essas pessoas realmente se engajassem e participassem desse movimento? Como fazer para que esse grupo ficasse mais forte e mais pessoas tivessem o desejo de participar? Primeiro, trabalhando com algo que faça sentido para o doador. A infraestrutura foi preparada para receber as doações, mais pessoas foram contratadas e o doador foi colocado no centro do processo.

Quando eles lançaram a campanha *See you in court* (Te vejo no tribunal) ou *The fight is on* (A luta começou), expressaram-se o sentimento e a vontade de cada um dos apoiadores da ACLU, além da essência da organização. Abriram-se as portas para se receber um novo grupo de doadores alinhados com esse novo mundo. Decidiu-se pensar de forma diferente.

Um dos grandes desafios das organizações é que elas ainda acreditam que têm o poder sobre a comunicação. “Eu sei, eu controlo, eu tenho o conhecimento; o compartilhar é relativo.” Um dos passos mais importantes da ACLU foi dar o poder para as pessoas, amplificando a sua voz para centenas e milhares. Ela continuou a fazer o seu trabalho, mas com mais recursos pôde fazer mais, entrando em uma espiral de sucesso até criar

um novo programa: PeoplePower.org (O poder das pessoas). Trata-se de um sistema de base para o desenvolvimento de campanhas e eventos individuais, com material de orientação para que cada pessoa acesse o seu representante eleito e faça demandas, além de apresentar o trabalho da ACLU para um grupo de pessoas e envolver seus pares em assuntos relacionados. Somente com o grande apoio de doações individuais e de celebridades a ACLU conseguiu fazer tudo isso.

O engajamento de pessoas em uma causa não é um novo modelo. Mas a hiperconectividade, a força dos movimentos, descobrir como dar poder para as pessoas e ao mesmo tempo engajá-las, cria novas oportunidades e precisa ser estudado. Novos modelos estão emergindo todos os dias ao redor do mundo. Marcelo Iniarra lidera laboratórios disruptivos de inovação e desenvolve campanhas para gerar movimentos há muitos anos. Paul de Gregorio iniciou um coletivo no Reino Unido focado na “construção de movimentos”, como ele define. Buscam-se pessoas engajadas que querem doar, sem construção de listas.

Como *fundraiser* que acredita que o poder das pessoas pode mudar o mundo e que somente o engajamento a uma causa pode construir uma base de doadores resultando na sustentabilidade e legitimidade de uma organização, a ACLU é uma inspiração. É um grande caso de sucesso que prova que as minhas premissas de trabalho já são uma realidade para algumas organizações.

Como brasileira, cada vez que conheço um pouco mais sobre essa história, penso no momento que estamos vivendo no Brasil. Os movimentos estão aqui e são fortes, mas qual é o próximo passo? Como o poder individual de cada um de nós olhará nossa próxima jornada? Eu ainda não tenho uma resposta, mas deixo esse texto para reflexão. 🌐



Qualidade garantida em mochilas, pastas, sacolas e malas para fins promocionais!

(11) 2893-8307 / emfocobrindes.com.br

PROVOCANDO SENSAÇÕES

Como o voluntariado pode atrair,
mobilizar e engajar voluntários no século XXI

Falta tempo? Ele é precioso, mas escasso. Foge, escorre como água entre os dedos. Em um mundo em que o cardápio de opções criativas e sedutoras para se ocupar o tempo é tão grande e cabe na palma da mão, como atrair, mobilizar e engajar as pessoas para o voluntariado? Desperdício de tempo é imperdoável. O que existe é a priorização: o urgente e o importante ficam disputando espaço nas agendas e na vida das pessoas.

Há falta de tempo para tudo que é ofertado. O trabalho, estudo, estar com a família e amigos eram as principais demandas antigamente. A agenda era fácil de ser organizada e as opções e ofertas eram muito menores. Mas isso mudou. Hoje passa-se o dia assistindo séries de uma TV que oferece mais de uma centena de canais e programas para escolher. A internet e as mídias sociais sugam, e a sociedade exige que se esteja conectado e antenado o tempo todo.

E o perfil das pessoas, sempre tão diverso? Entender, descrever e classificar as gerações também é fundamental quando se deseja engajar para participar de algo. A velocidade com que tem ocorrido a evolução tecnológica e social no mundo atual também existe nessas mudanças de comportamento das gerações. A variedade de nomes chega a nos deixar confusos:



SILVIA MARIA
LOUZÃ
NACCACHE

O Brasil despencou em número de voluntários no ano de 2017. Segundo o Índice de Solidariedade, o Giving Index 2018, o país tinha 33 milhões de voluntários e hoje tem 21 milhões. O voluntariado estava em 20% da população e hoje está em 13%

Geração X, Y, Z, Millennials e outros tantos. São pessoas cujos interesses, a forma de receber informação e as expectativas são muito diferentes.

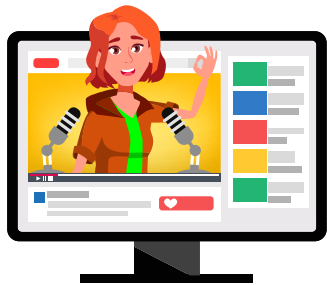
Muito importante também é a escuta das razões pelas quais as pessoas desejam ser voluntárias e considerar como satisfazer essas necessidades. De ajudar o meio ambiente ou levar um estilo de vida mais ativo a se sentir valorizado como parte de uma equipe e construir grupos sociais, as pessoas optam por ser voluntárias por muitas razões e para uma infinidade de atividades.

Mas como fazer com que o voluntariado entre na vida das pessoas nesse cenário de perfis tão diversos?

O voluntariado provoca sensações únicas de bem-estar e satisfação!

Silvia Maria Louzã Naccache é palestrante e consultora na área de Voluntariado, Terceiro Setor e Responsabilidade Social. É responsável pelos projetos e pelo conteúdo de Voluntariado e Voluntariado Empresarial da Rede Filantropia; coordenou por 14 anos o Centro de Voluntariado de São Paulo-CVSP. Articula parcerias com organizações da sociedade civil, governos, escolas, universidades e empresas. Organiza, ministra e facilita cursos, palestras, oficinas e eventos. É conselheira voluntária da Associação Vaga Lume e voluntária como Regional Voice Lead do Movimento Impact 2030. Membro organizador do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial. Graduada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

Para atrair, engajar, mobilizar e também fidelizar e reter voluntários, é preciso provocar sensações positivas:



Planeje e se organize, como quando convida amigos para um jantar na sua casa. Utilize métodos de recrutamento criativos: lembre-se de que as pessoas carregam em suas mãos um universo de informações. Faça algo para se destacar. Seja criativo nas mídias sociais, use uma variedade impressionante de conteúdo visual, inclua depoimentos, vídeos curtos e impactantes, e experiências emotivas.



Desenvolver talentos e habilidades que levará para a vida é um dos ganhos do trabalho voluntário. **Apresente claramente** formações, capacitações e treinamentos que serão promovidos, e todo apoio e suporte contínuos que a pessoa receberá.



Todos devem se sentir bem-vindos. **Receba as pessoas** com um estrutura para visitas monitoradas, workshops de apresentação, todo o kit de acolhida. Promover uma recepção calorosa, amigável e acessível é fundamental.



A comunicação deve ser genuína, atualizada, regular, contínua, orientativa e transparente. As ferramentas usadas devem chegar a todos. Há de se criar espaços para devolutivas, escutas e acolhida para sugestões.

Usar as ferramentas disponíveis de tecnologia para o cadastro de potenciais interessados em voluntariar é uma estratégia e um facilitador. Portais e plataformas que já conectam vagas e oportunidades com pessoas e um canal próprio no site da organização.

Quem vem interessado para uma atividade voluntária deve ter a clareza de quais recursos serão necessários: materiais, despesas de deslocamento e o próprio tempo disponibilizado. **Garanta que eles tenham acesso aos recursos de que precisam.**

Para atrair mais e melhor, o cardápio **deve ter variedade**: quanto mais possibilidades de atividades, e que sejam relevantes e interessantes, mais chance de ter gente querendo aderir. Sedução: mostre o novo, a inovação na ação. A tecnologia deve ser o facilitador para engajar e mobilizar.

Apresente as estratégias de reconhecimento e **valorização do trabalho voluntário**. Agradecimentos provocam fortes emoções e mostram uma nova perspectiva do valor das pequenas ações, dos pequenos gestos. Voluntariado não é complicado. Está na simplicidade e na relevância das práticas.



Mostre que o voluntariado promove importante conexão social. Mostre para as pessoas que elas **estarão conectadas e farão parte de algo maior**. Atividades na comunidade têm uma relevância local para um apoio global. Voluntariado é uma situação ganha-ganha.



Conte uma boa história, compartilhe um caso de sucesso: todos querem saber o que será feito com o tempo que estão doando. Mostre que cada um faz a diferença. Provoque o orgulho de pertencer a essa causa. Histórias causam sensações.



VOLUNTARIADO EMPRESARIAL E PROGRAMAS DE MENTORIA ON-LINE

Voluntários na orientação de aprendizes, por meio da mentoria social on-line, geram valor aos envolvidos e apoiam o desenvolvimento dos jovens

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), cerca de 1,8 bilhão dos mais de 7 bilhões de habitantes do planeta têm entre 10 e 24 anos. Calcula-se que, em regiões em desenvolvimento, cerca de 60% dos jovens no mundo não estudam nem trabalham no mercado formal. No Brasil, segundo dados do IBGE, cerca de 14 milhões de brasileiros estão sem emprego sendo que os jovens são os mais impactados, com uma taxa de desocupação de 18,2%.

Diante desse cenário difícil, muitos jovens têm encontrado no Programa Aprendiz a grande oportunidade para ingressar no mundo do trabalho. A



BIANCA
KAPSEVICIUS



JOÃO PAULO
CAMPOS

Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, estipula que as empresas devem contratar jovens efetivos na condição de aprendizes, com idade entre 14 e 24 anos incompletos, do ensino fundamental, ensino médio ou ensino técnico completo ou cursando. O programa exige que esses jovens façam a complementação educacional em uma entidade de aprendizagem; já as aulas práticas acontecem no ambiente da empresa contratante, que também deve indicar um funcionário qualificado para acompanhar as atividades do jovem, a fim de garantir a melhor formação e desenvolvimento do aprendiz.

Bianca Kapsevicius é empreendedora e fundadora do Ponto Social.
João Paulo Campos é empreendedor e fundador do Ponto Social.

Embora represente uma oportunidade gigantesca de inserção de jovens no mercado de trabalho, apenas cerca de um terço do total de vagas possibilitadas pela Lei é cumprido pelas empresas. Isso por conta da dificuldade enfrentada pelas instituições de aprendizagem, especialmente as de pequeno e médio porte, para oferecer uma formação de qualidade aos jovens; do distanciamento entre essas organizações e as empresas contratantes; e da inserção dos jovens em funções e atividades que pouco oferecem em termos de desenvolvimento profissional e comportamental.

Os Programas de Voluntariado Empresariais podem contribuir não apenas com a diminuição da evasão, mas com a melhoria da autoestima e a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Uma das estratégias que vem sendo utilizada para encarar esse desafio é a mentoria, tutoria, orientação e/ou aconselhamento. Construída a ponte e a parceria com empresas e organizações da sociedade civil que atuam com programas de profissionalização e de aprendizagem, voluntários passam a ser mentores dos jovens. Essa atividade inicialmente acontecia de maneira presencial, mas para solucionar o baixo engajamento de voluntários, veio a possibilidade de realizar o voluntariado em formato on-line: a mentoria on-line, que vem ganhando espaço e fazendo a diferença nas vidas e carreiras de muitos jovens aprendizes.

Além disso, proporciona aos programas de Voluntariado Empresarial uma possibilidade de atuação diferente, engajadora e inovadora.

Nela, os jovens são orientados por mentores voluntários durante dois ou três meses, em sessões virtuais semanais e em um ou dois encontros presenciais ao longo do processo. O papel do mentor é de orientar, impulsionar e motivar. Ele compartilha suas experiências e sua trajetória, servindo de inspiração para o jovem. Com os exemplos trazidos, o mentorando é estimulado a assumir o protagonismo na sua vida, aprimora seu autoconhecimento, abre-se a novas possibilidades, expande seus horizontes e diversifica suas redes de interação profissional e social. Durante esse processo, o mentor voluntário ainda tem a oportunidade de desenvolver novas competências e habilidades, além de contribuir de maneira estruturada com o desenvolvimento da comunidade.

Assim como representa uma série de ganhos para mentores e mentorandos, o programa traz

Construída a ponte e a parceria com empresas e organizações da sociedade civil que atuam com programas de profissionalização e de aprendizagem, voluntários passam a ser mentores dos jovens

também transformações positivas para a OSC ao ampliar consideravelmente a qualidade do seu relacionamento com as empresas, favorecendo assim a absorção desses jovens pelo mercado de trabalho. Por outro lado, as empresas também ganham, tendo a oportunidade de aprimorar a preparação de seus aprendizes, engajar seus profissionais em uma atividade voluntária transformadora, aproximar a empresa da comunidade e contribuir com a melhora do seu clima organizacional.

Muitos programas de voluntariado utilizam mídias sociais e até aplicativos para realizar a tutoria, mas a empresa Ponto Social desenvolveu uma plataforma facilitadora da mentoria on-line. Alguns aspectos que contribuem para o sucesso desse formato é sua característica modular, o trabalho em formação e monitoramento dos resultados. A cada ciclo, uma série de levantamentos é realizada junto aos públicos envolvidos e novas adaptações são feitas em conjunto. É um trabalho importante de cocriação, que visa o engajamento e a apropriação efetiva dos parceiros no processo, para que os resultados sejam de fato alcançados. A evolução do trabalho das duplas ao longo do processo é mensurada em pesquisas qualitativas feitas junto aos participantes no início e no encerramento de cada ciclo.

Com um modelo de voluntariado que une o virtual ao presencial, uma metodologia estruturada e um estilo de parceria de cocriação, os projetos de mentoria social on-line têm gerado valor para todos os envolvidos. Isso é comprovado pelo crescente número de empresas e organizações que os realizam e de jovens que se candidatam ao processo, bem como o alto nível de engajamento dos voluntários, que compreenderam a relevância da iniciativa e sua capacidade de gerar aprendizado e transformação. Assim, é possível aumentar a possibilidade de jovens conseguirem boas colocações no trabalho e reduzir as taxas de desemprego na juventude. 🌐



Consultoria e Assessoria especializada em entidades sem Fins Lucrativos.









Serviços com foco no Terceiro Setor

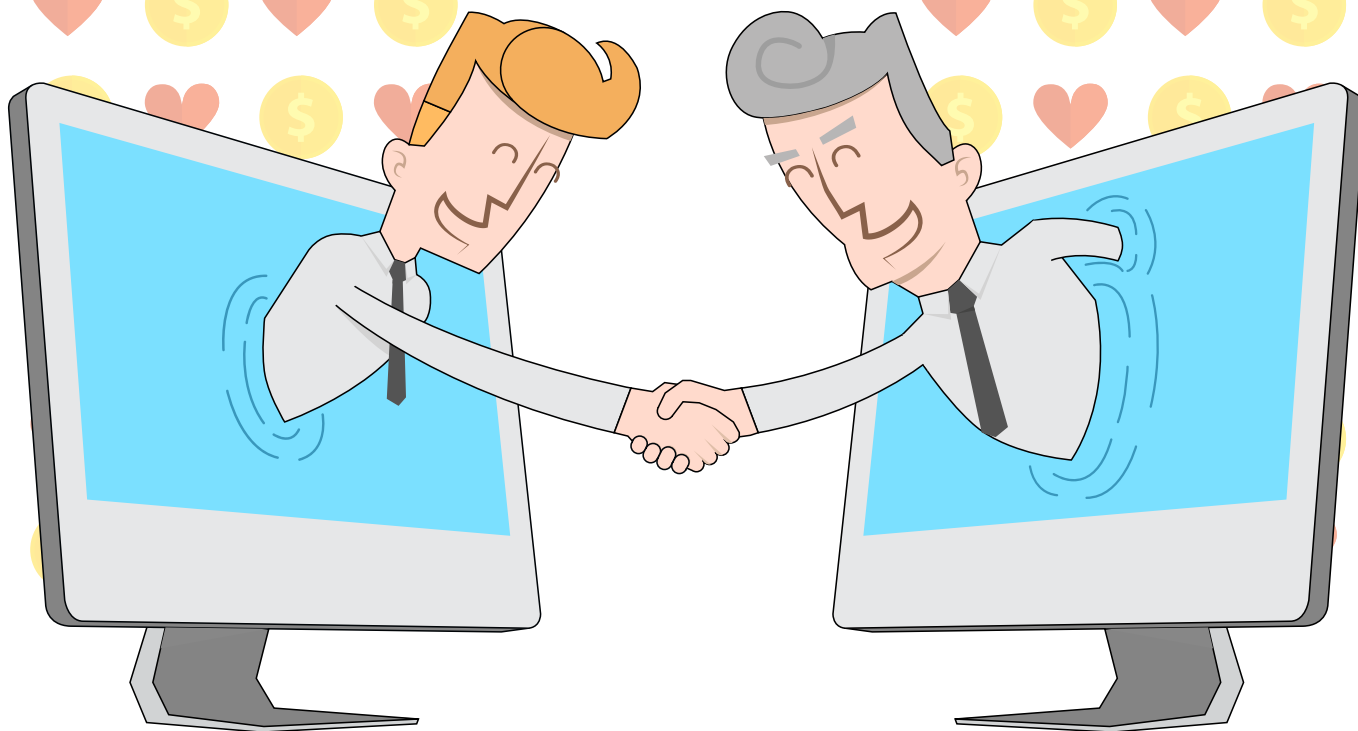
A QUALITY É O PARCEIRO IDEAL PARA ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, COLÉGIOS E FACULDADES QUE BUSCAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS **CONTÁBIL, FISCAL, FINANCEIRA E TRABALHISTA**.

SOMOS ATUALMENTE UMA DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO BRASIL.

TRABALHAMOS NO MAIS ALTO NÍVEL DE EXCELÊNCIA DE PROCESSOS DE GESTÃO E TECNOLOGIA PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DE NOSSOS SERVIÇOS E A SATISFAÇÃO COMPLETA DE NOSSOS CLIENTES.



-  TERCEIRIZAÇÃO CONTÁBIL e FISCAL
-  TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA e RH
-  GESTÃO FINANCEIRA e PRESTAÇÃO DE CONTAS
-  FORMALIZAÇÃO, ESTATUTO e ATAS
-  ISENÇÕES, IMUNIDADES e CERTIFICAÇÕES
-  CONSULTORIA E TREINAMENTOS



É TEMPO DE REACTUAR A RELAÇÃO ENTRE **OSCs E INVESTIDORES**

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são agentes estratégicos na composição e no controle de políticas estruturais. No Brasil, foram essenciais no período da redemocratização (1980-1990) para a consolidação de avanços sociais. Hoje, têm grande legitimidade nas localidades onde estão inseridas, já que são peças fundamentais no quebra-cabeça de políticas que precisam ser cada vez mais intersectoriais e articuladas nos territórios.

O número de associações sem fins lucrativos cresceu significativamente no país ao longo dos anos. O financiamento proveniente de organismos internacionais até a década de 90 foi fundamental para esse salto. Na medida em que a economia brasileira se fortaleceu,



ANGELA
DANNEMANN



FERNANDA
ZANELLI

na entrada do novo milênio, esses organismos passaram a deslocar seus recursos para outros países com maior necessidade de aporte financeiro. A pesquisa *Sustentabilidade das ONGs no Brasil* – acesso a recursos privados (2010), da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), demonstrou que, entre 2003 a 2007, o total de organizações que tinham entre 81% e 100% de seus orçamentos cobertos por cooperação internacional reduziu em 66%. Esse vácuo foi parcialmente preenchido por doações empresariais ou por outros convênios com o poder público. Com esse panorama vieram novos desafios.

A trajetória das empresas no campo social passou por distinções entre o escopo da Responsabilidade

Angela Dannemann é superintendente em Programas Sociais do Itaú Social.
Fernanda Zanelli é especialista em Programas Sociais do Itaú Social.

Social Corporativa e da Filantropia que, mais tarde, daria lugar ao conceito de Investimento Social Privado (ISP). Calçado na ideia de que o trabalho social necessitava ir além da caridade, esse emprego de capitais buscou amparar-se em balizas estratégicas para que os programas alcançassem os resultados almejados.

Na intenção de tornar os investimentos mais eficientes, esforços para aprimoramento da gestão dos recursos e resultados passaram a ser palavras de ordem para os investidores. Fato que contribuiu para que a parceria entre organizações sociais de base territorial e os institutos e fundações empresariais se tornasse uma difícil equação, já que para as empresas as OSCs têm dificuldades em responder aos mecanismos de gestão, ao passo que, para as organizações, as empresas não são capazes de compreender o cenário multifacetado em que elas estão imbricadas.

Outros aspectos tensionam ainda mais essa relação. O relatório Benchmarking do Investimento Social Corporativo – BISC – 2017, que considerou respostas de 268 empresas e 18 institutos/fundações empresariais, aponta um aumento de 25% entre os que afirmam investir tendo como premissa o alinhamento ao negócio, no período de 2013 a 2016. Esse movimento parece consolidar-se entre os investidores, embora as empresas reconheçam os riscos desse direcionamento. Um deles é o da escolha dos territórios de atuação sob a ótica da presença das empresas e não em decorrência dos indicadores sociais locais. Nesse cenário, territórios de alta vulnerabilidade social que não possuem estruturas empresariais seriam ainda mais enfraquecidos.

Outro risco é em relação às temáticas. Ao priorizar a composição de uma carteira de projetos aderente aos negócios, afasta-se ainda mais a possibilidade de investimento nas organizações como um todo, que, muitas vezes, abrigam agendas diversificadas para lidar com as necessidades comunitárias.

Projetos operados diretamente pelo investidor são outro fator que pesa nessa balança. Apesar de não ser recente, essa forma de implementar programas sociais parece ter crescido no setor. A esse respeito, 72% dos respondentes do Censo Gife 2016 afirmaram executar diretamente seus programas. Esse dado está em consonância com o fato de que os recursos destinados ao apoio de OSCs diminuíram de 29%, em 2011, para 21%, em 2016.

O apoio financeiro a projetos, em detrimento ao apoio institucional, também é uma prática comum. Segundo dados do censo GIFE 2016, 58% dos respondentes apoiam programas de OSCs a partir de linhas programáticas pré-estabelecidas.

Por outro lado, para as OSCs, elementos que estão relacionados ao fortalecimento institucional, como captação de recursos, prestação de contas e demonstração de resultados, figuram como as principais áreas de dificuldade na relação com investidores. Contraditoriamente, é nesse aspecto que há menos investimento no setor. Apenas 24% dos 116 investidores respondentes apoiam OSCs institucionalmente, ainda conforme o Censo Gife 2016.

Se dependência financeira é apenas um dos três aspectos apontados pelas empresas em relação às dificuldades de

Ao priorizar a composição de uma carteira de projetos aderente aos negócios, afasta-se ainda mais a possibilidade de investimento nas organizações como um todo, que, muitas vezes, abrigam agendas diversificadas para lidar com as necessidades comunitárias

trabalho com as organizações sociais, juntamente com prestação de contas e avaliação (BISC 2017), a sustentabilidade financeira ocupa praticamente todas as posições no ranking de preocupações das OSCs.

Para organizações sociais, enfrentar questões que orbitam a gestão não passa apenas pela luta por recursos, mas também pelo convencimento da sociedade de que resolver entraves institucionais são tão importantes quanto realizar o atendimento às comunidades, já que este é o alicerce que a mantém em funcionamento.

A impossibilidade de investir em estruturas de recursos humanos, comunicação, planejamento, inovação, monitoramento de resultados e sustentabilidade econômica é uma grande pedra no sapato que, há anos, impede organizações sociais de avançarem em suas missões. A partir desses aspectos, fica evidente que é preciso compor uma nova concepção de gestão que reconheça não só as dimensões operacionais, mas também políticas envolvidas nesse processo.

Para iniciar uma trajetória nesse sentido é urgente repactuar as bases da relação entre OSCs e investidores. Mais autonomia financeira para as organizações, associada à coresponsabilidade pelos resultados entre todos os envolvidos, são centrais para potencializar a capacidade de agir de estruturas e sujeitos com potencial para serem referências no desenvolvimento de metodologias geradoras de transformações sociais.

O papel do investidor social privado, além de prover recursos, é o de possibilitar espaços de troca entre as organizações, identificar convergências e assessorá-las naquilo que identificam como demandas prioritárias. Entre os desafios, está também o de assumir maior risco de fracasso em um primeiro momento, em prol de um potencial de inovação contido nas soluções emergentes do campo, que podem trazer resultados sociais mais consistentes em longo prazo. Trata-se de reconhecer e fomentar iniciativas lideradas por grupos mais atingidos pela desigualdade, considerando as camadas econômicas, raciais, culturais, geográficas e de gênero.

Ao deslocar o *status quo* verticalizado das parcerias entre investidores e OSCs, trabalha-se para que práticas de gestão democrática sejam cada vez mais comuns nas instituições, aproximando-as do que são por essência: lócus de produção social e cultural grafado pela experiência das comunidades onde atuam. 🌀

HÁ MAIS DE
25 ANOS
GARANTINDO

TRANSPARÊNCIA CREDIBILIDADE

ESPECIALIZADA EM AUDITORIA E CONTABILIDADE

PARA O
TERCEIRO
SETOR



📍 Alameda Ezequiel Dias | nº 427 | 2º andar | Centro | Belo Horizonte | MG | +55 31 3324.3800
📍 Rua Bela Cintra | nº 178 | Consolação | São Paulo | SP | +55 11 2763.0175
📱 🌐 mauditoria | valuenegocias 🌐 mauditoria.com.br | valuenegocias.com.br

R&A
AUDITORIA E CONSULTORIA

value

Junte-se à maior rede de Gestão para ONGs do Brasil! **FILANTROPIA**

Recentemente a Revista Época elegeu as **100 melhores ONGs do Brasil**.
55 delas são integrantes da Rede Filantropia. Coincidência?
NÃO! Elas vão atrás de conteúdo e de capacitação para sua equipe!

143 TURMAS

Eventos presenciais e on-line.
Ganhe descontos de até 100%!

+ DE 6 MIL EDITAIS!

Encontre as melhores oportunidades.

FIFE 2019 - RIO DE JANEIRO

Maior evento de gestão para
organizações sociais do país.

VÍDEO-AULAS

Gravadas em módulos de curta duração.
Assista quando e onde quiser.

+ DE 10 MIL TEXTOS

Artigos, entrevistas e matérias especiais.
Acesse o maior conteúdo sobre Terceiro Setor.

+ DE 800 PÁGINAS

Mais de 10 e-books publicados!



Saiba mais em filantropia.org/beneficios

LEGISLAÇÃO



SEGURANÇA JURÍDICA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL



DORA SÍLVIA
CUNHA
BUENO

Em um país com 13 milhões de desempregados e estacionado na 79ª posição, dentre 188 nações, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), não se veem planos para o Terceiro Setor, com certeza o principal aliado do governo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030 da ONU.

As instituições de natureza privada dedicadas ao bem comum e a programas de caráter público precisam ser ouvidas, pois há demandas importantes para que continuem desempenhando com eficácia a sua missão, cujo significado está expresso em números. O estudo “Perfil das Organizações da Sociedade Civil do Brasil”, publicado este ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que, desde 2016, existem no país 820 mil OSCs, dentre fundações, institutos e entidades confessionais/religiosas. Elas empregam mais de três milhões de pessoas com carteira assinada, o equivalente a 9% do total de trabalhadores do setor privado com vínculo empregatício formal.

As fundações que atuam no Estado de São Paulo tinham 107.546 funcionários em 2015, conforme demonstram as estatísticas mais recentes, 55% deles atuando na área prioritária da saúde. A renda desse contingente de pessoas totalizou mais de cinco bilhões de reais no acumulado do ano, contribuindo para estimular a economia paulista em um momento de crise nacional. Essas informações das 511 OSCs paulistas de natureza jurídica fundacional que prestaram contas ao Ministério Público no ano base são do banco de dados do Fundata, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Outro segmento do Terceiro Setor que presta serviços relevantes à sociedade é o filantrópico, que oferece vagas para dois milhões de estudantes, dos quais 600 mil são bolsistas, e responde por 53% dos atendimentos do SUS em todo o Brasil. Além disso, mantém os únicos hospitais existentes em 968 municípios brasileiros, segundo o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif).

A despeito de sua relevante contribuição, que também inclui áreas como cultura, ciência, tecnologia, P&D, esportes, meio ambiente e assistência social, o Terceiro Setor ainda enfrenta insegurança jurídica e alguns obstáculos à sustentabilidade dos serviços que presta aos brasileiros. Verificaram-se, de modo fragmentado, alguns avanços pontuais, que mereceram grande empenho de instituições como a Associação Paulista de Fundações (APF), que completa 20 anos este ano, e várias entidades representativas dos distintos segmentos das OSCs. Uma dessas conquistas foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2015, de considerar constitucional a Lei 9.637/1998, das Organizações Sociais, que normaliza a sua atuação. Outra foi a Lei 13.151/2015, que permitiu a remuneração de dirigentes dessas instituições, contribuindo para a sua profissionalização.

Contudo, persistem ameaças à segurança jurídica do Terceiro Setor, um risco também para os milhões de brasileiros que ele atende. O mais agudo, considerando o teor de projetos já em tramitação no Congresso, dentre eles o da reforma previdenciária, refere-se a mudanças nos artigos 150 e 195 da Constituição Federal, que proíbem o poder público de instituir impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, bem como PIS/Cofins, às entidades de assistência social, educação e saúde.

A imunidade das instituições do Terceiro Setor estabelecida pela Carta Magna corresponde a apenas 2,87% da Previdência. O mais importante, contudo, é que, na prática, essas entidades não têm benefícios fiscais. Ao contrário, pois devolvem à nação seis vezes mais do que deixam de arrecadar.

Assim, as entidades representativas do Terceiro Setor devem assumir, de modo sinérgico, um papel de protagonismo nesse debate, pois, além dos serviços de caráter público que prestam, são interlocutoras permanentes entre o Estado e a sociedade, defendendo os valores da ética, transparência e *compliance*. 🌐

*Dora Sílvia Cunha Bueno é presidente da Associação Paulista de Fundações (APF)



PRIVATIZAÇÃO

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Ao menos as pessoas da terceira idade não esquecem o caos de outrora para se obter uma linha telefônica fixa, com as filas de espera intermináveis para se inscrever, quiçá receber a instalação de telefone nos seus lares; pessoas que se engalfinhavam na busca de senhas, o mercado negro que se deliciava vendendo, a preço de ouro, o mero direito oneroso de falar telefonicamente com outra pessoa, fazendo com que o preço saltasse aos olhos das classes menos favorecidas.

Não foi diferente com a energia elétrica, com o abastecimento de água, gás, com o transporte, com as rodovias e outros tantos serviços. Foi preciso coragem e astúcia para abrir as portas à privatização, cujos reflexos benéficos são sentidos até hoje. Contudo, boa parte do que ficou sob a batuta do Estado apodreceu. Vejamos o caso das companhias aéreas, ferroviárias, petroleiras, siderúrgicas e até os bancos. O que não apodreceu, adoeceu,



MARCOS BIASIOLI



RICARDO CURIA
MONTEMAGNI



THAIS JENNIFER
FREIRE AMANCIO
DA ROCHA

infectou-se de bactérias humanas, serviu a loteamentos políticos, corrupção, cabides de empregos para correligionários e, depois de quase falidas, estão sendo passadas às mãos técnicas para tentar salvá-las e/ou sendo entregues à iniciativa privada por meio de apressadas privatizações.

Enfim, sabendo que o monopólio estatal não interessa ao Estado e tampouco aos cidadãos, pergunta-se: “A quem ele interessa, a não ser a determinados arautos e assaltantes que supostamente integram o poder?”

Partindo dessa visão, abstraem-se significativos R\$ 85,9 bilhões, apenas do orçamento público federal, que foram destinados por meio de transferências sociais para Assistência Social em 2018. Incluindo o montante destinado para manter o benefício para prestação continuada, como por exemplo: (i) ao idoso com 65 anos ou mais; (ii) à pessoa com deficiência, de qualquer idade,

Marcos Biasioli sócio é Titular da M.Biasioli Advogados, administrador de empresas, pós-graduado em Direito Empresarial (The European University), contabilista, Conselheiro Empresarial (IBGC/SP), idealizador da Revista Filantropia, coidealizador da Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor no Brasil/OAB-SP e Coordenador Geral do Congresso Brasileiro do Terceiro Setor.

Ricardo Curia Montemagni é Advogado em São Paulo (OAB/SP 236.175), membro da M.Biasioli Advogados e pós-graduado em direito tributário pela PUC-SP com especialização em Contabilidade aplicada ao Direito pela FGV. Membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor OAB/SP e autor e coautor de artigos para a Revista Filantropia.

Thais Jennifer Freire Amancio da Rocha é advogada em São Paulo (OAB/SP 411.029), membro da M.Biasioli Advogados, autora e coautora de artigos para a Revista Filantropia.

com impedimentos de longo prazo (aqueles que produzem efeitos pelo prazo mínimo de dois anos, conforme atual redação da LOAS, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; e (iii) àquele que auferir renda familiar mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo, conforme definido no art.20, §3º da LOAS. Já o valor auferido que o Estado deixa de arrecadar das entidades sociais ante sua limitação ao poder de tributá-las atingiu mais de R\$ 3 bilhões em 2018.

Não obstante a todo esse amontoado de recursos públicos, guardada a significativa eficiência de parte dessa construção em investimento social, é certo que há anos o Brasil vem ocupando posições acachapantes no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Atualmente classificado em 79º lugar, estamos atrás de países como Argentina, Costa Rica, Irã, Panamá, Cuba e Sri Lanka, entre outros. Segundo o último senso do IBGE, ainda temos 15,2 milhões de pessoas que vivem na “extrema” pobreza, ou seja, recebendo US\$ 1,90 por dia.

Acareando esse cenário econômico, logo suscitamos esse problema é a incipiência de uma política pública social estruturada. Não nos intimida afirmar que essa não é a deficiência que temos, pois o Brasil, depois da última constituinte, construiu a partir da lei orgânica da assistência social sólidos pilares empíricos, além daqueles gestados no campo legislativo, para fortalecer as bases da justiça social. É possível mensurar o exército de colegiados que opera nesse sentido, como o Ministério de Desenvolvimento Social, hoje denominado de Cidadania, os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os Fundos de Desenvolvimento Social, os Conselhos da Criança e do Idoso, sem falar nos órgãos de controle do gasto público social, como os Tribunais de Contas, Secretarias dentro dos Ministérios para expedir certificações sociais, Curadorias de Fundações e Consultorias Jurídicas especializadas. Já na ponta da prestação do serviço social, além da própria administração pública, mais de meio milhão de entes sociais também procura corroborar com o Estado.

No campo constitucional e legal, fontes públicas de financiamento social não faltam. Para desvendá-las, basta uma sucinta leitura nos artigos 60, 61, 74, 76, 80, 81, 82, 84, 195, 202, 212 e 213 da Constituição Federal. Indo mais adiante, assim classificaremos as fontes financiadoras: (i) Indiretas: que são fruto do direito da imunidade tributária de impostos e contribuições sociais, usufruído pelos entes sociais, artigos 150 e 195 da CF, para que o produto dos tributos seja aplicado pelos próprios entes nas causas estatais que a eles foram delegadas; (ii) Diretas: são os recursos derivados do orçamento para transferências sociais, por ordem constitucional, regulados pela Lei 13.080/15, ora repartidas com base no Decreto 6.170/07, Lei 13.019/14 (MROSC), Lei 8.080/90 (SUS), entre outras.

Considerando o contexto financeiro, é indubitável que as transferências sociais diretas, tais como as indiretas, estão ameaçadas de minoração ante a maior seletividade do trespasse delas

Ocorre que, ainda que estruturada a política pública social sob o prisma jurídico e econômico, esse mecanismo de mera descentralização estatal mediante o financiamento do social continuará esbarrando na baixa entrega de resultados de minoração de desigualdades. Ou seja, está provado, em verdade, que essa ciranda é estática.

Como se não bastasse, o atual orçamento público atenta contra a manutenção do próprio financiamento social. Basta notar que o déficit do Estado em 2018 foi superior a R\$ 130 bilhões. E tudo indica que em 2019 não será diferente, uma vez que foi orçada uma receita líquida de R\$ 1,304 trilhão para uma despesa de R\$ 1,424 trilhão. Com base nisso, nenhuma genialidade é necessária para se deduzir que o atual governo possui apenas duas alternativas para reequilibrar as contas públicas: aumentar as receitas ou cortar as despesas.

Considerando o contexto financeiro, é indubitável que as transferências sociais diretas, tais como as indiretas, estão ameaçadas de minoração ante a maior seletividade do trespasse delas, visando mais acuidade do real emprego do recurso público. Elas estão classificadas na lei orçamentária, dentro da rubrica de despesa da seguridade que, ao todo, gravita na ordem de R\$ 1,05 trilhão. E, salvo melhor entendimento, é nesse sentido que caminha a nova gestão governamental; acirrar o controle do emprego do recurso público social, pois se abstrai da Medida Provisória 870/19, recém-editada, a qual delegou poderes à Secretaria do Governo em promover o maior controle das organizações não governamentais. Vejamos o texto: “Art. 5º - À Secretaria de Governo da Presidência da República compete: II - supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional;...”

Todo controle é bem-vindo quando o assunto é orçamento público, porém a história está demonstrando que apenas regular e controlar não passam de pleonasma no campo social. O Estado, por força de lei, financia e exige a exaustiva comprovação do emprego do recurso per capita nos fins definidos no instrumento de repasse, por meio de demonstrações contábeis e relatórios de atividades sociais que quantificam informações quanto aos tipos de programas/projetos, seus custos, qualificação das pessoas envolvidas e o volume de atendimentos. Essas

Sendo assim, não seria a hora de o novo governo repensar não só um novo e rigoroso modelo de política pública social, mas um novo conceito? Seria ousadia ou até utopia para muitos estudiosos e ativistas sociais refletirem sobre a “privatização da Assistência Social”?

informações, se atendidos os parâmetros legais, são suficientes para encorajar o Estado a manter a continuidade do ciclo, que atenua os efeitos mas não resolve a causa. Dito isso, em nada adiantará apertar mais o controle estatal; é necessário ousar, e a privatização da assistência social não deixa de ser uma sedutora e promissora ideia.

Sendo assim, não seria a hora de o novo governo repensar não só um novo e rigoroso modelo de política pública social, mas um novo conceito? Seria ousadia ou até utopia para muitos estudiosos e ativistas sociais refletirem sobre a “privatização da Assistência Social”?

A princípio, sob o berço constitucional e legal, é possível avançar com a reflexão, pois a Carta Política de 1988 prevê que as ações governamentais na área de assistência social devem obedecer, entre outras diretrizes, à descentralização político-administrativa, cabendo também às entidades beneficentes a execução dos programas, tanto na esfera estadual como na municipal. E mais, delegou às organizações o múnus de formular políticas públicas e exercer o controle delas. Na saúde, igualmente conferiu o direito às instituições privadas de participarem do Sistema Único de Saúde. Já na educação, delegou o dever ao Estado de promover o desenvolvimento do indivíduo para o pleno exercício da cidadania, qualificando-o para o trabalho. Na mesma linha que a assistência social e a saúde, o legislador constitucional também comandou que as ações tenham a colaboração da sociedade.

Porém, na prática, como se daria a privatização da Assistência Social?

Que tal iniciarmos citando um modelo externo adotado pelos EUA desde 1897, bem como na Grã-Bretanha e outros países, tido como *performance bond*? Nele, a iniciativa privada é provocada a participar de um certame para explorar uma atividade eminentemente pública, inclusive de interesse social. O vencedor recebe do governo, porém uma Seguradora deve garantir o cumprimento da obrigação, eliminando o risco do Estado e oportunizando negócios para as partes que incentivam indiretamente as iniciativas estatais, sem ter de se preocupar com o controle do emprego do recurso público.

Defendemos que esse modelo pode funcionar para a assistência social, “lato sensu”. Como?

Digamos que determinado município queira erradicar o analfabetismo local. Em vez de investir somente em escolas, qualidade de ensino, docentes, controles diretos e indiretos da verba pública, ele passará a licitar para iniciativa privada. Dentre as pessoas de direito privado, preferencialmente as entidades beneficentes, como determina a Constituição - para que assumam esse múnus, por um valor global anual, com a garantia de uma Seguradora. Se houver tergiversação por parte da vencedora, o Estado recebe o dinheiro de volta. Caso haja sucesso, como aconteceu com o ENEM, poderá multiplicar a demanda para outras áreas do município.

Imaginemos um município de extrema pobreza, o qual não protraí recursos locais para bancar transformações sociais. A União abre o certame para a iniciativa privada erradicar a miséria naquela cidade, mediante a entrega de mínimos sociais, com a contratação de *performance bond*. Ou seja, a Seguradora bancará o ônus, caso não atendidos os anseios do edital, que colocará métricas para mensurar o resultado. Filantrópicas, empresas, bancos e até pessoas físicas providas de garantia poderão participar. Acabará a intermediação do compadrio público, pois a Seguradora é quem fará a seleção e aferição do segurado, e não o Estado.

Vamos para outro exemplo tirado do semiárido, onde as pessoas não têm o que plantar, pois o solo não permite. Abre-se, então, processo licitatório para implantação de cisternas, saneamento básico, postos de saúde e de trabalho. Destaca-se no edital que a prestação de contas, além de comprovar o emprego do recurso público, deve favorecer nominalmente os usuários, gerenciando e comprovando o seu engajamento aos fins. Isso traz métricas objetivas ao Estado, de transformações por microrregiões; tudo garantido por *performance bond*, ou seja, risco zero para o Estado.

Enfim, tantos outros conceitos podem ser adicionados para contribuir com a ideia da privatização da assistência social. Porém um fato é certo: o Estado não reúne braços para identificar a necessidade social de cada microrregião, o que facilita a evasão do recurso público e assanha a corrupção. Que a nova gestão, munida de uma sincera auto-crítica, possa reconhecer que a iniciativa privada é, senão a única, uma enérgica saída para a quebra de todos os males que assolam o Brasil. 🌐



MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

50 ANOS

de Compromisso com
as Entidades do Terceiro Setor

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.

 **MONELLO**
CONTADORES
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



SERGIO
ROBERTO
MONELLO

Como mencionado em artigo já publicado, “A contabilidade é o instrumento indispensável à boa administração e à gestão das entidades beneficentes de Assistência Social. Portanto, a Lei nº 12.101/2009 veio reconhecer e fortalecer o papel dos profissionais da área e, ainda, demonstrar por meio de seus artigos a importância da contabilidade ao controle social e ao desenvolvimento dos programas e projetos de Assistência Social”.

A contabilidade das entidades beneficentes deverá ser essencialmente bem estruturada e muito bem organizada, além de ser fundamentada na melhor técnica, cumprindo os princípios contidos no Código de Ética da Profissão Contábil e na observância da transparência, em cumprimento das diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das normas legais que regem as instituições contábeis.

As entidades beneficentes devem, para sua segurança contábil e jurídica, ser assistidas por um advogado e um profissional da Contabilidade especializado, tendo em vista a complexidade da legislação cível, fiscal, tributária e trabalhista e as obrigações fiscais acessórias as quais deverão ser rigorosamente observadas.

É preciso destacar que muitas entidades beneficentes desempenham atividades públicas que deveriam ser exercidas pelo próprio Estado. Já as entidades beneficentes classificadas como integrantes do Terceiro Setor ocupam um papel para-estatal, sumamente importante por sua responsabilidade social.

O patrimônio social e as atividades das entidades do Terceiro Setor não pertencem a seus associados, mas sim, à coletividade, ao povo que as mantém por meio de impostos arrecadados pelo Estado. O povo é o seu principal destinatário e seu próprio fiscal.

Os órgãos auxiliares do Estado no acompanhamento desses recursos são conhecidos pelas entidades beneficentes, como os Tribunais de Contas, as Receitas Municipais, Estaduais e Federal, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os Conselhos Municipais, Estaduais e outros órgãos representativos e auxiliares do Poder Público.

Essas entidades devem se esmerar em cumprir fielmente suas finalidades estatutárias e evidenciar, por meio de suas demonstrações contábeis, o cumprimento dos fins para os quais foram criadas e constituídas.

Por meio da contabilidade e de demonstrações financeiras, as instituições devem evidenciar o controle de seu patrimônio e suas variações. Assim vão declarar se estão sendo bem administradas e se estão efetivamente aplicando os recursos em suas finalidades institucionais.

A contabilidade do Terceiro Setor deixou de ser sinônimo de escrituração de um simples caixa, transformando-se num virtuoso e complexo sistema como o das empresas, e integrando-se

O patrimônio social e as atividades das entidades do Terceiro Setor não pertencem a seus associados, mas sim, à coletividade

ao sistema de informações imprescindível ao Estado, à sociedade e aos seus gestores. Isso exige de todos os dirigentes das entidades beneficentes permanente atualização jurídica e contábil, além de uma boa gestão.

É importante ressaltar que a entidade beneficente deve possuir um eficiente Plano de Contas com uma nomenclatura contábil objetiva que atenda às suas atividades próprias em consonância com as Normas de Direito e as Técnicas Contábeis. Em outras palavras, cada entidade beneficente tem o seu próprio caráter, sua própria finalidade, sua própria roupagem jurídica e, conseqüentemente, sua própria imagem contábil.

O Plano de Contas das entidades beneficentes deverá ser específico ao atendimento de suas finalidades e, para tanto, o contador e o assessor jurídico deverão observar as disposições legais e estatutárias. Nesse contexto, as informações contábeis passam a ter um grande valor social, na medida em que evidenciam as atividades desenvolvidas e os recursos captados e aplicados em suas atividades assistenciais.

A contabilidade deverá buscar evidenciar a integração econômica com a promoção humana pela utilização do seu patrimônio, em sentido amplo, voltado para os fins da entidade beneficente. Também deverá espelhar de forma objetiva, clara, precisa e transparente o atendimento de suas finalidades institucionais, sempre preenchendo todos os requisitos técnicos e legais.

Com a mudança e ampliação do universo de usuários das informações contábeis, torna-se imprescindível adequar as demonstrações contábeis, evidenciando todos os projetos sociais desenvolvidos pela instituição do Terceiro Setor.

É nesse caminho que se sugere a divulgação e publicação das Demonstrações Contábeis como elemento de prestação de contas à sociedade, ao governo e aos associados.

A técnica contábil será totalmente cumprida com a aplicabilidade das Normas Brasileiras de Contabilidades expedidas pelo CFC como também as normas técnicas específicas ao Terceiro Setor que orientam fundações, associações e as entidades que são mantidas por subvenção. A contabilidade deverá registrar todos os fatos contábeis e administrativos e, para que isso possa ocorrer, é de suma importância que a geração dos fatos contábeis e administrativos esteja registrada em bons controles internos e em documentos idôneos. 🌀



EM BUSCA DA ARTE DE

encantar

Organizações da Sociedade Civil têm delineado estratégias e buscado ferramentas para arrebatat cada vez mais doadores, parceiros, patrocinadores e voluntários, em prol de apoio à sua causa

POR LUCIANO GUIMARÃES

Pior desempenho já registrado pelo Brasil no *World Giving Index 2018 (Ranking Global de Solidariedade)*, a queda brusca do 75º para o 122º lugar – entre 146 países pesquisados – certamente vai demandar ainda mais esforços de gestores e voluntários que atuam no Terceiro Setor para recuperar o espaço perdido nos últimos anos.

Medido pela Charities Aid Foundation, entidade com sede no Reino Unido e que, no país, é representada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), o levantamento ouviu em torno de 150 mil pessoas.

No Brasil, a proporção das pessoas que doaram dinheiro teve queda acentuada, registrando o menor número: passou de 21%, em 2017, para 12% dos entrevistados nesse ano. O declínio foi maior entre as mulheres, passando de 23% para 13%, e entre as pessoas de 30 a 49 anos (de 22% para 11%) e aquelas com mais de 50 anos, faixa que caiu de 32% para 25%.

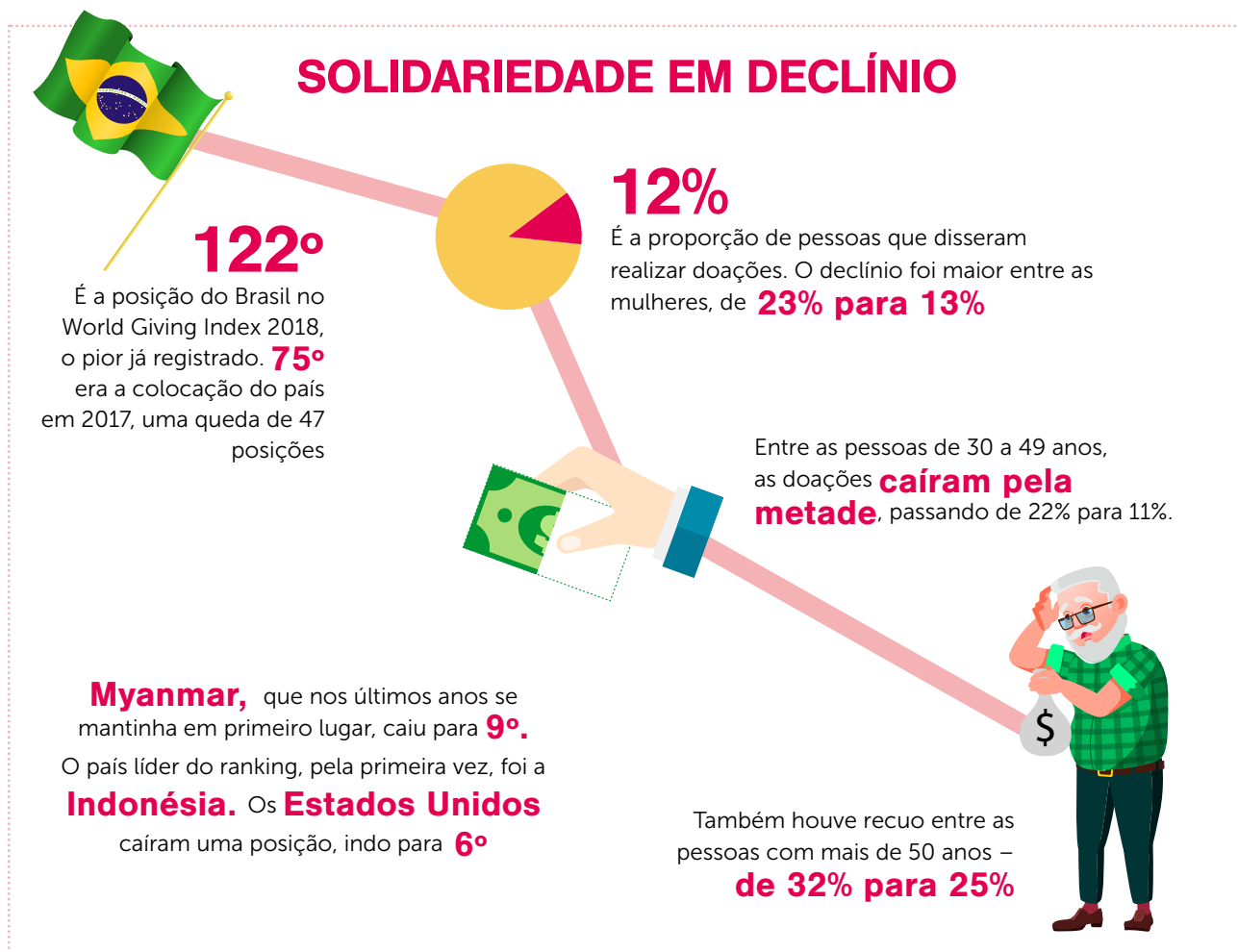
A queda mais expressiva se deu principalmente pela diminuição do percentual de pessoas que doam dinheiro para

organizações sociais, recuando de 21% para 14% da população. Em 2015 esse número foi de 30%.

“Ou seja, ainda existe uma falta de comprometimento do brasileiro com a prática de doação, e a crise econômica levou a uma diminuição muito acentuada desse percentual. Em países onde a cultura de doação é mais amadurecida, não costuma acontecer tamanha variabilidade, sem falar do fato de o nosso percentual de doares ser baixo em relação a países semelhantes ao Brasil”, analisa a presidente do Idis, Paula Fabiani.

Em meio a números tão preocupantes, a pergunta é inevitável: com esse cenário, como as organizações da sociedade civil (OSCs) estão se movimentando para encantar os quatro pilares fundamentais que sustentam suas atividades – doadores, parceiros, voluntários e patrocinadores?

Como se vê, não é tarefa fácil encantar os *stakeholders* a fim de aumentar o volume de doações, a quantidade de patrocinadores e parceiros e o número de voluntários. Para tanto, as OSCs têm buscado uma série de ferramentas para otimizar seus resultados nessa área, desde estudos e pesquisas até a utilização de artifícios tecnológicos.



Fonte: Charities Aid Foundation, via World Giving Index 2018



DOADORES

Existem algumas barreiras para a prática da doação no país, conforme mostrou, em 2016, a pesquisa Doação Brasil, realizada sob a liderança do Idis. A presidente do Instituto explica que tais obstáculos englobam aspectos que vão da falta de clareza das pessoas sobre o que gostariam de mudar na sociedade, passando pela ausência de compreensão do brasileiro em relação ao papel transformador das OSCs, à desconfiança em torno dessas entidades e, principalmente, ao desejo que a maioria tem de evitar falar que doam.

“As pessoas precisam refletir para descobrir qual é a sua causa. O brasileiro não enxerga o apoio a uma OSC como um caminho de participação social e de contribuição para uma mudança positiva no mundo. De modo geral, as OSCs precisam melhorar a comunicação, apresentar mais informações sobre seu impacto e desenvolver o relacionamento de confiança com seus doadores. Por fim, a pesquisa apontou que 87% dos brasileiros acham que não devemos falar sobre nossas doações. Mas sem falar sobre nossas doações como vamos fortalecer a cultura de doação no país?”, questiona a gestora.

Essa visão ganha ainda mais força quando se sabe que o Brasil tem ainda grande potencial reprimido e pode dobrar ou até triplicar o volume de doações se tiver um esforço conjunto da sociedade.

“Basta levar em consideração que o total doado no país corresponde a 0,2% do PIB e em países com uma cultura de doação mais estabelecida, como Inglaterra e Estados Unidos, esse percentual é de 0,5% e 1,4%, respectivamente. Imagine se tivémos duas ou três vezes mais recursos para as nossas OSCs? Elas poderiam criar fundos patrimoniais e investir mais em comunicação e expansão de suas atividades. Imagino até a fusão de algumas organizações para ampliarem sua atuação e impacto”, compara Paula Fabiani.

Partindo dessa premissa, os gestores têm se esforçado para encontrar métodos mais eficazes de melhorar a participação de doadores e o volume de recursos destinados às ONGs. E o CRM é atualmente um dos principais sistemas de gestão usados para a fidelização de doadores.

Especialista em aquisição, gestão e relacionamento com doadores, Flavia Lang, fundadora da Pitanga.Mob, comenta que o CRM permite o desenvolvimento de uma régua de relacionamento com o doador, gerenciando todas as comunicações que ele receberá, incluindo mensagens de boas-vindas por e-mail, SMS ou telefone, agradecimentos, parabéns por aniversário, datas especiais, convites para eventos, entre outros.

“O encantamento acontece quando entendemos que mobilizar recursos com pessoas físicas não é sobre levantar

recursos, mas sim sobre as motivações do doador. O encantamento acontece quando conseguimos engajar o doador com a nossa causa”, analisa.

Organização norte-americana que luta contra o abuso governamental e defende a liberdade individual incluindo liberdade de expressão, religião, direito de escolha da mulher, cidadania e privacidade, a American Civil Liberties Union (ACLU) é um exemplo internacional de sucesso no encantamento de doadores.

“Eles cresceram muito após a eleição de Donald Trump. Esse é um caso real e de sucesso sobre um dos caminhos do

futuro: construção de movimento, engajamento e mobilização de recursos trabalhando juntos em prol de uma causa”, enfatiza Flavia.

O intenso trabalho da UCLA resultou no crescimento do número de doadores pessoa física, saltando de 400 mil para 1,84 milhão nos primeiros 15 meses após a eleição presidencial que elegeu o candidato republicano. Em um único final de semana, a ONG captou pelo formulário on-line US\$ 24 milhões. A média anual de doação on-line, que era de US\$ 4 milhões, atingiu US\$ 120 milhões em um ano.



PARCEIROS E PATROCINADORES

Sempre bem-vindos para ajudar a fomentar as atividades das OSCs, os patrocinadores geralmente são os *stakeholders* mais difíceis de encantar, até pelo fato de serem os responsáveis por injetar recursos próprios na organização e na causa em que acreditam.

Organização que atua em 19 países da América Latina buscando superar a pobreza em que vivem milhões de pessoas em comunidades carentes, por meio do engajamento comunitário e da mobilização de jovens voluntários e voluntárias, a ONG Teto conta no Brasil atualmente com mais de 20 empresas atuando em diferentes tipos de parceria.

Apoiam por meio da troca de serviço ou produto, como é o caso da Gerdau, que fornece todos os pregos usados nas construções. “Mas também podem investir diretamente nos projetos, como o Empresas Amigas do Teto, doando valores mensais; outras empresas participam do Voluntariado Corporativo, no qual financia a participação de seus funcionários em uma de nossas atividades”, descreve a gerente-executiva da ONG no país, Nina Scheliga.

Com sede no bairro da Tijuca, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a ONG Argilando consolidou 80 parcerias em 2018, que se traduziram em mobilização de recursos mediante doações de materiais, recursos financeiros e infraestrutura.



Voluntários do Teto Brasil se mobilizam para construir, em mutirão, mais uma casa. Voluntários da Argilando comemoram resultados alcançados

“A ideia é sempre aproveitar da melhor forma possível o que cada parceiro tem a oferecer”, afirma o diretor-presidente da ONG, Pedro Ronan Marcondes.

O gestor refere-se, por exemplo, à entrega, por parceiros, de caminhões de tecidos direcionados ao Banco de Doações, a fim de atender à rede de instituições cadastradas.

Há parceiros que ajudam a fomentar campanhas internas de arrecadação de itens como material escolar e de

higiene pessoal, além da cessão de infraestrutura para a realização de eventos, palestras, oficinas e de serviços *pro bono* e eventuais investimentos financeiros para realização de projetos como o Multiplicando Escolhas, que promove o encontro de diversos profissionais com jovens da rede estadual de ensino. O objetivo é fornecer a esses alunos uma visão prática das opções de carreira existentes no mercado de trabalho.

PROCESSO COMPLEXO

Se conseguir patrocinadores para apoiar uma causa já é complicado, imagine levá-los a fazer isso por uma instituição de longa permanência para idosos. Afinal, não se trata da experiência mais festiva do mundo.

Cofundadora, 20 anos atrás, do Projeto Velho Amigo e atual vice-presidente da ONG paulistana, a empresária Regina Helena de Mello Helou argumenta que a causa dos idosos não é a mais envolvente, mas a situação hoje é bem melhor do que há duas décadas, quando menos de 1% dos doadores escolhia esse tipo de causa.

“No entanto, eventos/experiências diferenciados, um vídeo e a paixão das fundadoras envolviam os convidados em eventos maravilhosos, e assim ganhamos parceiros como o Centro Médico Berrini, que organiza o mutirão da saúde para os idosos assistidos, e o Ateliê Oral, clínica odontológica de referência que cuida da saúde bucal dos idosos em situação de vulnerabilidade social assistidos pelo projeto”, salienta.

Segundo a gestora, o trabalho de encantamento foi essencial para convencer os patrocinadores a “comprar a ideia” do projeto, que hoje apoia 18 instituições de idosos, entre elas o Abrigo dos Velhinhos Frederico Ozanam, a Assistência Vicentina de Vila Mascote, a Associação de Beneficência à Velhice Desamparada e o Lar Vicentino.

“A experiência com a causa é a melhor forma de levar os patrocinadores para esse encantamento. Os eventos são, sem



Jantar de gala no Instituto Escola Verde, o cantor Leo participa do evento, entre os empresários João Paulo e Ana Diniz

dúvida, essa porta de entrada, sempre em um meio agradável, local apropriado”, explica Regina, lembrando-se do grande jantar beneficente organizado por ela em 2018, em comemoração aos dez anos do Instituto Escola Verde, que utiliza a educação para mudar a vida de famílias inteiras no litoral norte de São Paulo.

“Nesse caso, o encantamento ocorreu com o envolvimento de celebridades e personalidades da sociedade, que pagaram para participar e foram convidados a adotar um dos 500 alunos do projeto. Nesse jantar, a presidente Maria Antonia Civita apresentou um vídeo institucional breve e emocionante, mostrando a transformação social nesses dez anos. Foi uma noite perfeita para se apaixonar pela causa e fazer novas doações. E os convidados adoraram”, lembra Regina.



#DIADEDOAR mobiliza a sociedade em busca de doações

Realizado no país pela primeira vez em 2013, o #diadedoar surgiu em 2012 nos Estados Unidos como #GivingTuesday, sendo realizado sempre na primeira terça-feira depois do Dia de Ação de Graças (Thanksgiving Day).

A última edição brasileira foi promovida em todo o país em 27 de novembro de 2018, contando com a participação de milhares de ONGs, gestores e voluntários que participaram de atividades também para conscientizar as pessoas sobre a importância de se doar, num grande esforço para desenvolver uma cultura de doação entre os brasileiros.

Embora os números e valores obtidos durante a campanha ainda não tenham sido divulgados pela organização, as ONGs certamente conseguiram a doação de recursos financeiros e materiais, além da dedicação de tempo por muitos que se comprometeram a apoiar uma causa dessa maneira.

O #diadedoar é coordenado pelo Movimento por uma Cultura de Doação, por meio da organização feita em parceria com a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e a Umbigo do Mundo Comunicação Estratégica, com o apoio da Agência Benjamin, da Fecap.

“Este grande movimento existe dentro de uma expectativa de que a sociedade civil deve se mobilizar para financiar as causas que defende. Afinal o apoio deve ir além das redes sociais e se efetivar com a doação para as organizações que representam aquilo que nós defendemos”, argumenta João Paulo Vergueiro, conselheiro do Instituto Doar e diretor-executivo da ABCR.

De acordo com ele, o objetivo é chamar a atenção para as pessoas identificarem causas e organizações, e a partir de uma doação realizada uma vez por ano, se transformarem em doadoras recorrentes, “passar a fazer hábito da vida delas”, finaliza.

VOLUNTÁRIOS

Oportunidade para exercitar a cidadania e a solidariedade, o voluntariado costuma transformar a vida daqueles que doam seu tempo e talento a ações com as quais se identificam, além de participar da construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e melhor.

Embora o *Ranking Global de Solidariedade 2018* aponte que 13% da população brasileira – em torno de 27 milhões – façam algum tipo de trabalho voluntário, a percepção, entretanto, é que esse contingente seja muito menor. Afinal é de conhecimento que convencer e encantar as pessoas a se engajar em uma causa costuma demandar tempo e habilidade de quem recruta.

“O Brasil e o mundo, nas últimas décadas, têm presenciado o aumento do protagonismo da sociedade civil e de suas organizações. Porém, para que essas instituições consigam continuar representando os desejos e pensamentos da população de forma independente, precisam contar com o apoio dos indivíduos, não só com doação de tempo, trabalho, conhecimento e influência, mas também com recursos materiais e financeiros”, destaca a consultora Silvia Naccache.

A especialista pondera que em tempos de acesso mais fácil à tecnologia e à informação não é fácil atrair pessoas para o voluntariado. “Organizações, projetos e causas usam de todas

as estratégias possíveis para divulgar suas oportunidades de voluntariado e atrair voluntários”, descreve.

Para encantar candidatos e potenciais voluntários, as organizações têm buscado estratégias de toda ordem. Para começar, desenvolvem uma agenda anual de formação para novos voluntários, por meio de processos de captação, recrutamento e seleção de interessados.

Assim como a geração de conteúdo para o site institucional, certamente nesses planos estão as mídias sociais, que vêm ganhando força entre as ONGs na busca, sempre com acesso fácil a cadastros para seleção. Inclusive com pré-requisitos bem específicos, no caso de profissionais de saúde, a exemplo da Cruz Vermelha Brasileira e dos Médicos Sem Fronteiras, embora a mão de obra de outras áreas também seja procurada.

“Outro canal para o encantamento ocorre em ações durante feiras e eventos de divulgação de projetos e de vagas para voluntariado, como o Bazar do Bem Possível, onde mais de 50 organizações se reúnem não apenas para vender produtos e mobilizar recursos financeiros, mas também para divulgar oportunidades de voluntariado e de parceria”, ilustra Silvia.

Há também os murais de vagas, geralmente colocados em grandes espaços de circulação em universidades, igrejas, hospitais e centros de voluntariado, onde já existe um número relevante de pessoas que circulam e até convivem com voluntários.



GRANDE PROCURA

“Felizmente a procura de jovens pelo nosso voluntariado é muito alta, às vezes maior do que conseguimos absorver”, afirma a gerente-executiva do Teto Brasil, Nina Scheliga. A ONG atualmente tem campanhas de atração focadas no Programa de Voluntariado Permanente, em que o voluntário se compromete a realizar um trabalho de, no mínimo, seis meses. Além disso, investe em marketing digital, em parceria com a GhFly, agência especialista no assunto.

Além da ativação de e-mails, feita por meio do banco de interessados disponível no site da organização, também se faz a divulgação em universidades, apresentando o Teto e convidando os jovens ao voluntariado por meio

de palestras, comunicação por sala de aula ou até mesmo por panfletagem, dependendo do tipo de parceria firmada com a universidade.

A exigência básica para se voluntariar a um trabalho na ONG, que tem 900 voluntários permanentes, é ter interesse em atuar em conjunto com os moradores das favelas.

“A partir disso, o voluntário recebe diversas capacitações e treinamentos. Podem ser técnicas, como as obrigatórias para liderar a construção de uma moradia de emergência, ou focadas em gestão, como para coordenar uma equipe de voluntariado ou gerir um projeto de infraestrutura com os moradores”, explica a gestora.

EMBAIXADORES

Organização da sociedade civil voltada à promoção do voluntariado, a Argilando hoje trabalha com 2,4 mil voluntários, integrados em 33 equipes de “embaixadores”, responsáveis pelo desenvolvimento e monitoramento dos projetos.

“Hoje atendemos desde iniciativas e coletivos a empresas nacionais, multinacionais e consulados; organizações de base comunitária, internacionais e fundações; escolas públicas e privadas; abrigos de animais, unidades de saúde e de reinserção social. Acreditamos na importância da construção contínua de pontes entre as organizações, pessoas e causas”, resalta o diretor-presidente da ONG, Pedro Ronan Marcondes.

A Argilando aposta na comunicação com voluntários, parceiros e investidores por meio da forte presença nas redes sociais, com destaque para o *Facebook* e *Instagram*. “As mídias sociais têm provado ser ferramentas de



Voluntários da Argilando comemoram resultados alcançados

comunicação rápida e de grande aceitação, permitindo uma troca dinâmica, direta e eficaz entre todas as partes”, complementa o dirigente. 🌀



CONSUMINDO COM ÉTICA

Como explicar o poder do bolso para fazer o bem?



FABIÁN
ECHEGARAY

Durante séculos nos acostumamos a associar bens públicos e coletivos, como preservação ambiental, justiça social, políticas progressistas no âmbito trabalhista e códigos éticos de conduta, com uma série de organizações públicas e políticas, ou de iniciativas originadas nelas. Pensar nesses temas, no governo e em suas instituições, desde a burocracia administrativa (secretarias, ministérios, Receita etc.), até as grandes organizações de interesses em contato com o Estado, como partidos políticos, Legislativo ou sindicatos, era quase automático. Apenas dessas entidades poderíamos esperar o fornecimento daqueles bens públicos.

Mas o que acontece quando partidos, governo, sindicatos e outras entidades que deveriam canalizar representação ou interesses não contam com a credibilidade e confiança do grande público? Pesquisa recente do Datafolha aponta um dado que tem permanecido quase inamovível nas últimas décadas no país. Sete em cada dez brasileiros (68%) declararam não ter confiança nos partidos políticos, 67% declararam não ter confiança

no Congresso Nacional (o índice mais alto da série histórica) e 64%, na Presidência da República. Os partidos políticos, por exemplo, detinham 17% da confiança pública em 1995, 12% no ano 2000, 15% em 2005, 24% em 2010 (auge de credibilidade) e menos de 7% em 2017, conforme o estudo Latinobarômetro. As outras instituições políticas tradicionais seguiram um caminho parecido no país e no continente.

Com certeza, a desconfiança na capacidade das instituições políticas em dar resposta às demandas da população não significa que as pessoas abdicuem dessas expectativas ou deixem de buscar canais por onde concretizá-las. Para onde vai a pulsão por ter interesses representados e – especialmente – resultados de caráter público e coletivo fornecidos? Num contexto em que as empresas e ONGs superam em credibilidade as instituições públicas, essa expectativa de produção de bens públicos recai nesses agentes. De acordo com nosso estudo Monitor de Sustentabilidade Corporativa, na década que vai de 2007 até 2016, no Brasil, em média 31% da população confiava que o governo operaria em favor dos melhores interesses da sociedade; em contraste, 51% acreditava que as grandes empresas fariam isso

PREMIAÇÃO DE PRODUTOS E EMPRESAS SUSTENTÁVEIS, CONFIANÇA EM PARTIDOS POLÍTICOS E EM EMPRESAS GLOBAIS, 2015 (EM %)

País	Premiação de produtos e empresas sustentáveis	Confiança em partidos	Confiança em empresas
Argentina	9	15	21
Brasil	12	16	37
Chile	14	17	34
México	9	22	45
Peru	18	12	53
Austrália	57	13	44
Canadá	58	20	50
Reino Unido	63	17	44
Estados Unidos	49	13	44
França	40	4	44
Espanha	40	15	29
Coreia do Sul	48	26	45
Alemanha	12	24	49



Fonte: Monitor de Sustentabilidade Corporativa/Market Analysis-GlobeScan, 2015

e ainda mais gente, 57%, que esse seria o propósito das organizações não governamentais. É de se esperar que o brasileiro restrinja as opções para obter respostas às suas demandas apenas ao que entidades políticas tradicionais possam fazer?

Esse quadro não é exclusividade de terras tupiniquins. Fora do Brasil, na nossa região latino-americana e além dela, em sociedades mais desenvolvidas, o mesmo processo vem se delineando, de queda da confiança no universo da política tradicional, aumento da confiança em referências organizacionais e de ação alternativas, como empresas e ONGs, além de impulso a canalizar uma parte substantiva das demandas por meio dessas últimas antes de das primeiras. Uma expressão desse impulso é buscar influenciar políticas e posturas empresariais que atendam a valores públicos ou forneçam bens coletivos, tais como um meio-ambiente mais limpo e preservado, um local de trabalho mais inclusivo, uma sociedade mais educada e segura. Esse quadro sinaliza que o cidadão passa a complementar sua expressão na esfera eleitoral com expressões novas, lançando mão de outros instrumentos em outras esferas. A esfera do mercado e a relação com produtos e marcas é uma dessas formas, estimulada pela maior confiança que os agentes despertam.

Expressar-se politicamente no mercado significa fazer valer o poder do bolso como um voto que irá trazer não apenas benefícios pessoais, mas também públicos. Ao premiar empresas e privilegiar produtos de certas marcas em função do desempenho ambiental, ético ou social dos seus fabricantes, a decisão de consumo se converte numa ferramenta para definir não apenas quem ganha e quem perde no mundo empresarial, mas também quanto a sociedade como um todo ganha e qual a natureza desse tipo de ganho.

A vontade de usar o poder de consumo para gerar bens públicos, ou seja, politizar o consumo, é mais forte quanto menor a confiança nos partidos e maior a confiança nas empresas. De fato, a correlação entre recompensar o mercado

de ofertas sustentáveis (comprando orgânicos e produtos de economia solidária, favorecendo negócios justos, optando por marcas com responsabilidade social, por exemplo) e a confiança nas corporações globais é de +0,30 (numa escala de 0 a 1,0, em que esse último patamar significa relação perfeita). Mas, nos países latino-americanos, essa correlação atinge +0,61, dobrando a média geral. Isso sugere que, quanto mais disseminada é a percepção favorável dos principais agentes do mercado, maior a propensão a tornar o mercado uma arena para gerar impacto sustentável para a sociedade como um todo. Por outro lado, a correlação com confiança nos partidos políticos é negativa: -0,12 para o conjunto dos países listados, sendo que no subgrupo latino-americano atinge uma associação negativa de -0,68. Ou seja, quem tende a politizar seu consumo, claramente não acredita nos partidos políticos para canalizar seus interesses por uma sociedade mais justa ou ambientalmente saudável, apostando em obter esses resultados na relação direta como consumidor com as empresas. E, particularmente na nossa região, onde essa relação é mais intensa, a inclinação para fazer do poder de compra um meio de conseguir resultados que atendam o interesse público parece revelar a reação da cidadania diante do fracasso dos canais tradicionais de representação política.

Esse quadro transmite uma mensagem em nada secundária no ano em que estamos. Ou os partidos revitalizam sua relação com a cidadania, ou acabarão se tornando irrelevantes. Além disso, crescerá a pressão por outro formato de pluralismo democrático, que os exonere de cada vez mais funções. Ao mesmo tempo, consagra as responsabilidades das empresas e de seu papel político, significando mais poder, mas também mais obrigações e a possibilidade que elas passem a ser julgadas e monitoradas com o mesmo zelo que os políticos são fiscalizados e pressionados hoje. 🌐

ESPECIAL





MAIS FÔLEGO PARA A SAÚDE

Com dívidas de quase **22 bilhões** e contínuo fechamento de leitos e unidades, santas casas e hospitais filantrópicos agora miram suas esperanças em recursos provenientes do FGTS para rearranjar empréstimos com instituições bancárias e saldar débitos principalmente com fornecedores

POR LUCIANO GUIMARÃES

A

criação de uma linha de crédito com 5% de recursos do programa anual de aplicações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ou R\$ 4 bilhões em 2018, destinada às santas casas e aos hospitais filantrópicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS), direcionou mais uma vez as atenções para o grave problema

financeiro desses entes jurídicos, que hoje acumulam dívidas próximas a R\$ 22 bilhões – principalmente com bancos públicos e privados, e fornecedores.

Sancionada sem vetos em 26 de dezembro de 2018 pelo então presidente da República, Michel Temer, a Lei nº 13.778, que alterou a Lei nº 8.036/1990, entrou em vigor logo no dia seguinte ao ser publicada no *Diário Oficial da União*. Embora considerada paliativa pelos gestores de saúde, a nova legislação significará uma economia anual de até R\$ 600 milhões, aliviando a pressão dos empréstimos bancários sobre o fluxo de caixa dessas organizações sem fins lucrativos.

No ano passado, o governo já havia editado, em agosto, a Medida Provisória 848 (Projeto de Lei de Conversão nº 26) e, em novembro, a MP 859, sendo que esta última salientava que as aplicações do FGTS valeriam para entidades filantrópicas que participassem de forma complementar ao SUS até o final do exercício de 2022.

Segundo a MP 859/2018, caberá ao Ministério da Saúde “regulamentar, acompanhar a execução, subsidiar o Conselho Curador do FGTS com estudos técnicos necessários ao seu aprimoramento operacional e definir as metas a serem alcançadas nas operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas”. O Conselho Curador também deverá definir o percentual da taxa de risco, limitado a 3%, inclusive estabelecendo que as garantias poderão ser exigidas isolada ou cumulativamente.

Por lei, os recursos do FGTS são disponibilizados para linhas de crédito para projetos habitacionais, infraestrutura urbana e saneamento a juros bem menores do que aqueles atualmente pagos por santas casas e hospitais sem fins lucrativos. Com a MP, trocarão dívidas com bancos a juros médios de 20% ao ano por um financiamento a juros de 8,66% ao ano.

Operada pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a linha de crédito é voltada apenas aos hospitais que ofertarem o percentual mínimo de 60% de seus serviços ao SUS.

“Há uma notória, inacreditável e esdrúxula situação no país. As entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos estão parcialmente financiando a saúde pública no Brasil”, argumenta o diretor-geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, José Luiz Spigolon.

O gestor lembra que nacionalmente já se consolidou a certeza de que o SUS remunera os serviços que lhe são prestados a valores muito aquém dos seus custos, e da incapacidade de o governo federal ampliar o financiamento da saúde pública.

“No caso dos serviços prestados pelas entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos, a remuneração do SUS cobre, na média nacional, apenas 65% dos custos incorridos na prestação dos procedimentos médico-hospitalares, já considerado o impacto da isenção sobre a folha de salários e das imunidades tributárias. Equivale dizer que recebem apenas R\$ 65 para cada R\$ 100 gastos”, esclarece.

Para se ter uma ideia mais global do problema, somente em 2017 essas instituições receberam em torno de R\$ 15 bilhões pelos serviços prestados ao SUS, diante de um custo total de cerca de R\$ 23 bilhões, um déficit de R\$ 8 bilhões.

Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgado em meados de outubro passado revelou que, nos últimos dez anos, o Brasil perdeu 23.091 leitos hospitalares em geral – ou seis camas para internação de pacientes desativadas por dia. Os leitos públicos passaram de 460.656 para 437.565 na última década. Somente nesse intervalo, 218 hospitais filantrópicos foram fechados.

Os reflexos dessa conta costumam atingir pacientes em todo o Brasil, seja pela demora na marcação de consultas, exames e cirurgias, existência de equipamentos quebrados ou mesmo falta de mão de obra, de medicamentos e até de elementos básicos para o funcionamento dessas estruturas, como soro, suturas, analgésicos e material de limpeza. A situação costuma ser mais crítica nos hospitais menores, com até 50 leitos.

O tamanho do impacto se torna ainda mais visível porque atinge diretamente as 2.493 santas casas e hospitais filantrópicos existentes no país, de acordo com o Sistema de Dados do Ministério da Saúde, o SISCebras. Desse total, 1.704 atendem pacientes

do SUS e 1.358 possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). O restante, 1.135, não o têm, portanto não se beneficiam da isenção da cota patronal do INSS.

Segundo o Ministério da Saúde, esse segmento já responde por mais de 51% de todos os atendimentos do SUS – internações, urgência e emergência e atendimentos ambulatoriais. As instituições englobam 163.175 leitos, sendo 122.001 destinados ao SUS. No total, empregam 990.409 trabalhadores pelo regime da CLT e cerca de 180 mil médicos autônomos ou pessoa jurídica. Em 2017, executaram 4,78 milhões de internações SUS, ou seja, 41,64% das 11,48 milhões que o SUS realizou em todo o Brasil.

As santas casas e os hospitais filantrópicos são, ainda, responsáveis por 58,95% de todos os procedimentos de alta complexidade realizados pelo SUS; 64,98% das internações em cardiologia; 55,64% das internações para transplantes; 67,19% das internações para cirurgias oncológicas; e 67,06% dos procedimentos de quimioterapia em internados.

“A obrigatoriedade de destinar, no mínimo, 60% de seus serviços ao Sistema Único de Saúde e a falta de atualização da tabela do SUS são as causas de todo o problema, visto que o maior volume de serviços que as entidades prestam é remunerado muito abaixo dos seus custos. Grande volume de serviços a baixos preços e por longos anos (quase 20) resulta em sucessivos déficits que levam ao total desequilíbrio econômico-financeiro. Isso é inevitável”, explica Spigolon.

O dirigente da CMB reconhece que é difícil dizer, pontualmente, o quanto essa tabela está defasada, porque há procedimentos que contam com melhor remuneração, enquanto outros com preços ridiculamente baixos, necessitando de reajustes superiores a 100%, 200% ou 300%.

“A tabela deveria ter, pelo menos, um reajuste linear de 54% sobre todos os valores atuais para repor apenas o custo dos serviços que lhe são prestados. Ela se tornou apenas uma referência nacional para a contratação dos serviços. A CMB e suas federações estaduais têm atuado fortemente junto aos governos federal, estaduais e municipais para a efetiva aplicação da Portaria GM/MS nº 3.410, de 30 de dezembro de 2013”, salienta o gestor.

A Portaria estabelece as diretrizes para a contratualização dos hospitais e a orçamentação global – modalidade de financiamento na qual a totalidade dos recursos financeiros

é provisionada ao contratado, garantindo-lhe conhecimento antecipado do volume máximo previsto para desembolso no período do contrato, podendo contemplar tanto recursos de investimento quanto de custeio, apresentados em planilha separadamente.

“Ocorre que há sérias resistências dos gestores do SUS, especialmente os municipais, em adotarem esse novo modelo de financiamento”, complementa Spigolon.

PROMESSA E ASFIXIA

No início de setembro passado, o governo federal sancionou a Lei do Pró-Santas Casas (nº 13.479/2017), Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos, para liberar uma linha de crédito de R\$ 10 bilhões.

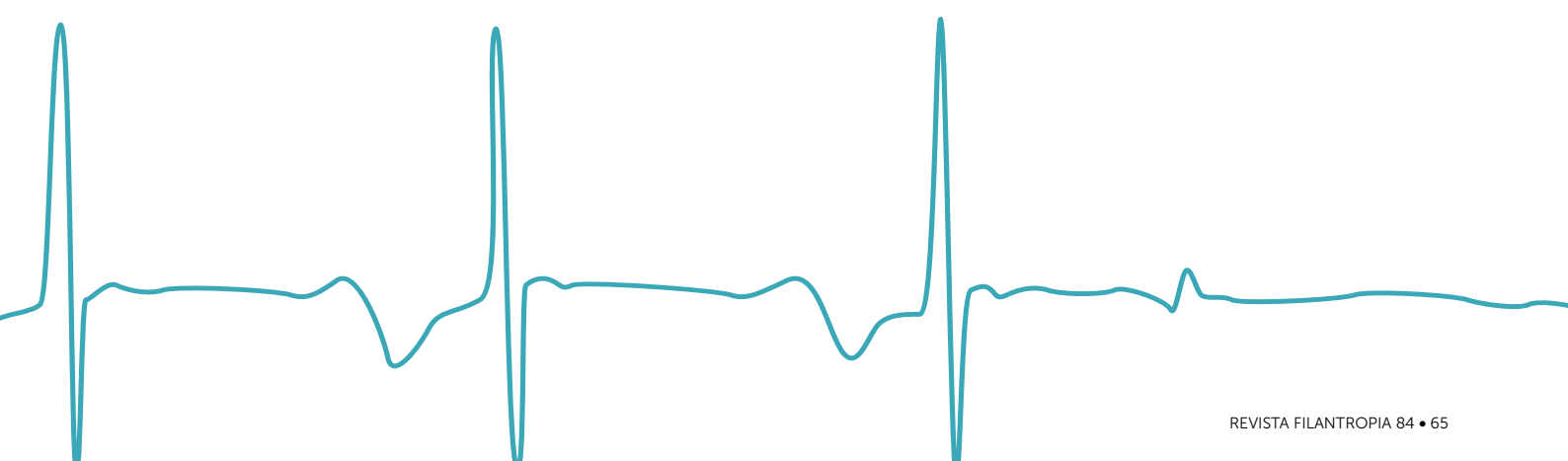
O dinheiro, que até hoje não foi liberado, seria voltado principalmente para os hospitais que precisam fazer uma reestruturação financeira, pois oferece financiamento com juros de 0,5% e *spread* de 1,2%, perfazendo 1,7% ao ano, bem abaixo dos 20% ao ano, atualmente cobrados pelas linhas de crédito existentes.

Estado que já teve 108 hospitais filantrópicos detentores do Certificado de Entidade Beneficente em Ação Social (Cebas) – e hoje apenas 64 possuem esse documento –, a Bahia tem atualmente 95% das entidades sem fins lucrativos em grave situação financeira.

O presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos da Bahia (FESFBA) e vice da CMB, Maurício Almeida Dias Pereira, conta que nenhuma está com superávit operacional ou financeiro. No máximo, 5% delas conseguem garantir o equilíbrio, empatando receitas com despesas, por meio de outras fontes de receitas complementares, sem qualquer relação com a saúde.

“Em qual lugar do mundo, um setor ou organizações podem demonstrar sua boa capacidade de gestão, num cenário onde os custos subiram 498% segundo o INPC acumulado no período, ou 1.000%, segundo variações de preços de itens estratégicos da cesta de consumo, enquanto a receita, projetada pelos poucos e pontuais reajustes da Tabela SUS, tiveram uma estimativa de reajuste linear médio de apenas 93%, nesses mesmos 28 anos?”, questiona.

O dirigente comenta que as entidades estão correndo atrás de empréstimos bancários a juros altos para rolagem da dívida, e captando recursos complementares ao SUS com a ajuda da



sociedade e da classe artística, por meio de eventos beneficentes e doações para sobreviver ou ganhar tempo.

Embora a linha de crédito do FGTS tenha juros anuais de 8,66%, ela ainda está em patamares mais elevados se comparados a operações feitas a 3% para grandes empresas, entre elas algumas envolvidas em casos de corrupção. “Ela ajudará muito a aliviar a pressão e diminuir a asfixia vivida atualmente, mas que fique claro que essa dívida não é do setor, mas sim do SUS e de seu subfinanciamento”, pondera Pereira.

Por situação similar passam cerca de 90% das 412 santas casas e dos hospitais filantrópicos paulistas, segundo o presidente do Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (Sindhosfil-SP), Edison Ferreira da Silva.

“Acredito que em torno de 90% das entidades estejam em situação grave. As entidades se mantêm pelas ações de captação de recursos desenvolvidas por elas, como a promoção de bazares, leilões e doações da comunidade, a exemplo das realizadas pelas notas fiscais paulistas. Quando essas ações não são suficientes, as entidades recorrem a empréstimos bancários e linhas de créditos especiais”, salienta.

No estado de São Paulo, em torno de 52% dos municípios têm, na santa casa, o único equipamento de saúde disponível para a população. Atualmente são 49.959 leitos, sendo 30.755 para o SUS, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

“A linha de crédito oriunda do FGTS foi bastante positiva, embora não resolva a situação das santas casas, mas traz um alívio para as entidades, um fôlego no meio de um afogamento”, entende o mandatário do Sindhosfil-SP.

Ao Sul, em Santa Catarina, os 122 hospitais filantrópicos do estado – detentores de 16.739 leitos, sendo 11.907 pelo SUS – estão driblando a crise promovendo processos criativos, principalmente abrindo as portas para a comunidade, que entendeu as dificuldades e tem contribuído com doações realizadas diretamente na conta de energia elétrica. Outros atuam como voluntários doando tempo e mão de obra.

“Outra alternativa aplicada foi a realização de convênios com as prefeituras, parcerias com a iniciativa privada, participação de loterias e indicação de emendas parlamentares para a aquisição de equipamentos e de verbas para custeio”, explica o presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina (Fehosc), Hilário Dalmann.

O gestor acredita que toda a ajuda financeira e de crédito criada e dentro de padrões mínimos será aceita, embora entenda a Medida Provisória nº 848 “como algo paliativo que não resolverá nosso problema e sim protelaremos a extinção de alguns hospitais. Esperamos contar com uma linha de crédito subsidiada a juro zero já liberada a outros setores da economia”, pontua.

Em Minas Gerais, gestores públicos, representantes do legislativo estadual e federal e os órgãos de controle e fiscalização de

serviços de saúde, além da própria sociedade mineira, conhecem o cenário de “desfinanciamento” das 323 santas casas e hospitais filantrópicos mineiros, que em 2017 colocaram à disposição 26.350 leitos (20.015 para o SUS), de acordo com dados da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais (Federassantas).

“Será necessário criarmos um marco regulatório que regulamente a contratação das santas casas e dos hospitais filantrópicos que atendem ao SUS, com a definição clara e objetiva dos parâmetros de participação financeira da União, estados e municípios para a concretização do financiamento tripartite das ações de saúde nos âmbitos ambulatorial e hospitalar”, afirma a presidente da Federassantas, Kátia Rocha.

O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, acredita que o subfinanciamento do SUS é parte do problema referente às dívidas, mas defende que as santas casas e os hospitais filantrópicos revejam seu modelo de gestão, que estaria defasado.

“Como são entidades de direito privado, isto é, não fazem parte da máquina burocrática do estado e têm uma gestão sem fins lucrativos, normalmente colegiada, esses estabelecimentos atuam com modelos de administração completamente desatualizados perante a atual realidade. Esse financiamento não vai ajudar a salvar as instituições se o modelo não for revisto, vamos apenas jogar o problema para o futuro”, argumenta.

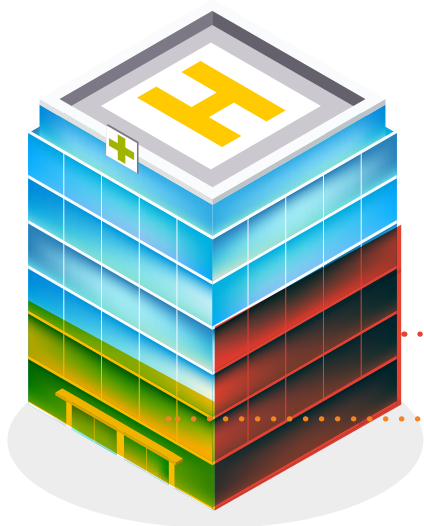
MELHORIAS

Responsável por gerar 480 mil empregos diretos, o sistema de hospitais filantrópicos paulistas, entretanto, já está se revigorando por meio do Programa Santas Casas Sustentáveis (Lei nº 16.109/2016), que promove e incentiva a adoção de modernas práticas de gestão e controle, garantindo eficiência nos resultados e transparência na prestação de contas.

“O estado de São Paulo, que em 2017 realizou mais de 1 milhão de internações, registrou melhorias no setor filantrópico nos últimos três anos, porque houve maior aporte financeiro e melhoria geral na qualidade do atendimento dos hospitais. Ainda não são todos os hospitais que fazem parte do programa, mas sem dúvida, vivemos tempos melhores e com maiores perspectivas de novas políticas de remuneração”, ressalta o diretor-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), Edson Rogatti.

O gestor também considera a Medida Provisória nº 848 um importante avanço para os grandes e pequenos hospitais recuperarem a sustentabilidade, voltando a operar sem o impacto dos altos juros.

Assim como em São Paulo, os hospitais filantrópicos paraenses vivem uma situação relativamente melhor do que em outros estados e vêm conseguindo se manter, embora todos passem por dificuldades, relata o presidente da Federação das



2.493 é a quantidade de santas casas e hospitais filantrópicos existentes no Brasil

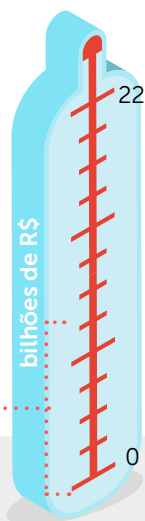
1.704 atendem pacientes do SUS

1.358 possuem Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas)

R\$ 22 bilhões

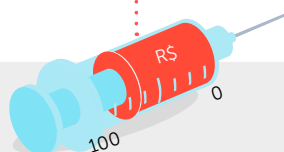
é o tamanho aproximado das dívidas desses estabelecimentos de saúde

R\$ 8 bilhões foi o déficit registrado em 2017



R\$ 65

de cada R\$ 100 gastos é quanto o SUS repassa para as instituições



23.091

é o número de leitos públicos fechados no país nos últimos dez anos

218 hospitais foram fechados nesse mesmo período



Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná (Femipa), Flaviano Feu Ventorim.

“Uma das boas coisas aqui é o HospSUS, um programa de apoio aos hospitais filantrópicos que tem ajudado a sustentar a situação. Os pagamentos por parte do Estado também estão em dia, diferentemente do que vem acontecendo em outros locais”, afirma.

O Paraná abriga 136 hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos, presentes em 95 municípios. Com 19.214 leitos/SUS, as instituições geram 50 mil empregos diretos e contam com milhares de voluntários. Em alguns municípios, os hospitais são os maiores empregadores privados, perdendo apenas para prefeituras e câmaras municipais.

“Desconheço negócio que se mantenha sem reajuste de preço de venda, enquanto todos os custos sobem ano após ano. Boa parte do que se chama ‘má gestão’ está ligada à falta de planejamento de toda a cadeia de saúde, que envolve

direcionamento de recursos e pacientes. É preciso repensar uma política de saúde que preveja o que cada região deve ter como estrutura; uma política para hospitais de pequeno porte; definição de fluxo de encaminhamento; hospitais estratégicos de atendimento de urgência e emergência; e outros referenciados. Enfim, um novo jeito de pensar a cadeia produtiva da saúde pública”, argumenta Ventorim.

Em relação à nova linha de crédito do FGTS, ele acredita que a solução definitiva não é essa, mas, sim, a criação de um novo modelo de remuneração, a partir de melhores políticas, maior planejamento regional e a orçamentação de cada hospital.

“Os hospitais, apesar de lidarem com algo tão precioso como a vida, são empresas e, por isso, devem ter equilíbrio financeiro, para que o resultado positivo se reverta em novos investimentos. Hospitais fazem girar a economia a partir da geração de empregos, movimentando segmentos como comércio hoteleiro, restaurantes e farmácias”, completa.

INSTITUIÇÕES BUSCAM NOVAS FORMAS DE GESTÃO

Embora a maioria das santas casas e hospitais filantrópicos brasileiros esteja em dificuldades, parcela considerável está conseguindo se reerguer por meio de negociações e acordos. Outras entidades ainda lutam para reverter a situação negativa pela qual passam

Considerado o pai da teoria da administração, o professor e escritor austríaco Peter Drucker (1909-2005) costumava dizer que “os hospitais são organizações extraordinariamente

complexas pela utilização intensiva de recursos humanos, capital, tecnologia e conhecimento”.

Por si só, a afirmação já demonstra o tamanho do alcance das engrenagens que movem toda a estrutura necessária para o funcionamento de um estabelecimento de saúde do porte de uma santa casa, que geralmente atende moradores de municípios vizinhos e até de outros estados.

SANTOS

Fundada por Brás Cubas em 1543, a Santa Casa da Misericórdia de Santos – primeira do país e referência de atendimento na Baixada Santista, Litoral Norte e Sul e Vale do Ribeira – está voltando aos eixos, a partir de um choque de gestão aplicado pela atual diretoria, resultando em um superávit de R\$ 3 milhões em 2017. Até o fechamento desta edição os números de 2018 ainda não haviam sido divulgados, mas a expectativa era a de que fossem ainda mais positivos. “Quando a gestão anterior entregou o hospital, em fevereiro de 2016, a dívida era de R\$ 400 milhões e o déficit mensal, de R\$ 5 milhões. Após uma ampla reforma administrativa e financeira, em menos de quatro meses a Santa Casa de Santos já estava superavitária e os salários dos colaboradores, em dia”, descreve o provedor Ariovaldo Feliciano.

Segundo o gestor, a entidade se valeu de parcerias para realizar investimentos em tecnologia e equipamentos, aumentando a oferta de serviços e ampliando o número de pacientes atendidos. Atualmente, a dívida está em torno de R\$ 350 milhões, e o hospital convive com a defasagem de recursos oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS), que resultam em cerca de R\$ 2,5 milhões de prejuízos mensais. A intenção é zerar a dívida até 2020.

Um dos reflexos positivos da mudança se deu em julho, quando a instituição adiantou a primeira parcela do 13º salário,



Santa Casa da Misericórdia de Santos

ação inédita na história do hospital, que emprega 4,2 mil funcionários, 600 médicos autônomos e 109 residentes. A Santa Casa santista possui 730 leitos ativos, sendo 376 destinados ao SUS, e realiza 2,5 mil internações e 1,8 mil cirurgias por mês.

Mesmo com os resultados positivos obtidos, o provedor pretende pegar entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões da linha de crédito do FGTS e direcionar os recursos para o pagamento de dívidas antigas e impostos, para a liberação de todas as certidões negativas de débito da instituição.

BELO HORIZONTE

Embora tenha dívidas bancárias de R\$ 177,3 milhões, a Santa Casa BH também está conseguindo equilibrar as contas, ao firmar acordos com essas instituições financeiras, visando redução dos juros, alongamento do prazo e diminuição da parcela mensal, passando de uma taxa de juros média de 1,43% ao mês para 0,93%. Fechou 2017 com superávit de R\$ 56,1 milhões e 2018 com resultado positivo de R\$ 92 milhões. O resultado expressivo se refere à obtenção de benefícios fiscais incorporados em função do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, o ProSUS (moratória e remissão de dívidas tributárias), acordos realizados com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Banco Itaú.

“No entanto, a questão preponderante aqui é o caixa, pois no que diz respeito ao resultado para manutenção do serviço ao SUS, há uma necessidade mensal de R\$ 3 milhões para equilíbrio da operação e pagamento do endividamento acumulado em função do subfinanciamento. Além disso, temos que receber os valores dos repasses atrasados por parte do Estado. Ainda não recebemos alguns repasses de 2016 e 2017 e nenhum repasse da competência de 2018, totalizando R\$ 33 milhões em atraso”, explica o provedor Saulo Levindo Coelho.

O Grupo Santa Casa BH, que compreende o Hospital Santa Casa BH, Hospital São Lucas, a Santa Casa BH Ensino e Pesquisa, o Centro de Especialidades Médicas Santa Casa BH, o Instituto Geriátrico Afonso Pena e a Funerária Santa Casa BH, conta atualmente com 5.744 profissionais, sendo 1.067 médicos.

Hospital 100% SUS e com 1.086 leitos, a Santa Casa BH – fundada em 1899 – pretende utilizar recursos do FGTS. “Nossa principal estratégia é melhorar o perfil do nosso endividamento atual, alongando parcelas e reduzindo custos”, salienta.

SALVADOR

Em situação equilibrada, com todas as contas em dia, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia tinha, até o final de setembro passado, dívidas apenas com a rede bancária, que chegavam a cerca de R\$ 80 milhões. Esse montante é o alvo da instituição para obter a linha de crédito do FGTS. Se em 2017 fechou com superávit de R\$ 15,5 milhões, a instituição finalizou 2018 ainda melhor, com R\$ 28 milhões positivos. “Estamos investindo em estratégias e ferramentas de gestão com foco na eficiência operacional, o que faz da instituição uma ilha de excelência no seu segmento. A entidade é uma das poucas afetadas em menor escala nesse cenário de crise econômica”, pondera o provedor Roberto Sá Menezes.

Fundada em 1549 pelo então governador-geral Tomé de Sousa, a entidade tem um quadro de 5.431 profissionais, sendo 366 médicos. Conta ainda com 500 outros médicos contratados como pessoa jurídica.

No Hospital Santa Isabel, maior unidade de negócio da Santa Casa da Bahia, a instituição conta com 549 leitos, dos quais 137



Santa Casa de Misericórdia Belo Horizonte



Santa Casa de Misericórdia da Bahia

são destinados à internação de pacientes do SUS. Administra leitos de duas unidades públicas de saúde, com 100% do atendimento voltado a pacientes do SUS – o Hospital Municipal de Salvador, com 210 leitos, e o Hospital Municipal de Catu – localizado no interior da Bahia –, com 50 leitos.

PORTO ALEGRE

Com 6,5 mil empregados, dos quais em torno de 500 médicos, a Santa Casa de Misericórdia gaúcha tem atualmente 1.012 leitos (516 para o SUS). A situação da instituição fundada em 1803 não é tão diferente de suas congêneres, embora tenham apresentado, em 2017, superávit de R\$ 2,9 milhões, com margem de 0,36%, resultado praticamente nulo.

“Em virtude do subfinanciamento do SUS, da inflação na área da saúde acima da oficial – seja pelo aumento de uso dos serviços, seja pela crescente introdução de novas tecnologias, conhecimentos e soluções, além da necessidade de atualização tecnológica –, tem sido recorrente a geração de resultados econômicos negativos ou, na melhor das hipóteses, margens positivas abaixo de 1%”, comenta o gerente de controladoria da entidade, Marconi Micco.

De janeiro a setembro de 2018, a receita originada dos atendimentos a pacientes do SUS, incluindo todos os incentivos

contratuais complementares, representou 23% da receita bruta de serviços médico-hospitalares da Santa Casa de Porto Alegre. Para que houvesse equilíbrio econômico nos serviços prestados ao SUS – nem déficit, nem superávit –, a receita advinda do SUS deveria representar 36% da receita dos serviços médico-hospitalares.

“Assim, temos mantido a necessidade de uso de capital de terceiros, inclusive com o uso sistemático de empréstimos bancários. No final de setembro, o valor da dívida bancária era de R\$ 100 milhões”, salienta o gestor.

Em função desse passivo, a Santa Casa pretende pegar recursos no valor de seu endividamento bancário, para repactuar-lo. “A linha oferecida está com juros anuais de 11,60% e nós a buscamos, no mercado, a uma taxa média de 13%. Dessa forma diminuiremos as nossas despesas financeiras com juros bancários”, esclarece a gerente financeiro Jurema Xavier.

SÃO PAULO

Um dos mais importantes centros de referência hospitalar do país, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo também está buscando adaptar suas contas. Atualmente, a instituição tem realizado ajustes para ser ainda mais eficiente, sem reduzir o número de atendimentos.

Fundada há 460 anos, a instituição paulista tem um quadro funcional com 8 mil pessoas – sendo 2 mil médicos –, e presta serviços ao SUS, atendendo pacientes de São Paulo e de outros estados do Brasil. Atualmente possui 1.076 leitos, 290 salas ambulatoriais e 44 salas cirúrgicas.

“Com os recursos oriundos do FGTS, haverá uma significativa redução de valor, possibilitando adequações financeiras importantes à Santa Casa de São Paulo, a fim de auxiliar na redução do déficit mensal e contribuir para sua sustentabilidade”, resume o superintendente Carlos Augusto Meinberg. 🌐

PLANOS DE SAÚDE

Os planos de saúde próprios já foram a aposta de muitas santas casas e hospitais filantrópicos para balancear as contas. Enquanto alguns estabelecimentos têm obtido bons resultados, outros nem tanto.

Antes da Lei nº 9.656/1996, que passou a regular os planos de saúde, quase 300 instituições tinham planos próprios, muito bem aceitos pelas comunidades locais especialmente pelos preços bastante acessíveis.

“Após a vigilância da lei, restaram menos de 100. As instituições que ainda os mantêm conseguem razoável equilíbrio econômico-financeiro. Tem sido uma boa alternativa. A proposta de planos mais acessíveis à população, feita pelo ex-ministro da saúde Ricardo Barros, poderia potencializar novamente esse mercado”, comenta o diretor-geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, José Luiz Spigolon.

Por 14 anos até 2014, a Santa Casa BH administrou o próprio plano de saúde, mas não resistiu ao aumento dos custos e mudanças nas regras de regulamentação. O convênio, que chegou a atender 103 mil pessoas, quebrou.



“Nossa carteira era composta, em sua maioria, por pessoas físicas. O mercado foi se modificando. Como a Santa Casa tinha isenção de impostos, o nosso plano podia ter baixo custo. A ANS impôs o teto de reajuste para os planos individuais, hoje em 10%. Quando o plano foi transferido para uma fundação separada da Santa Casa, passamos a pagar imposto e ficamos defasados”, ressalta o provedor Saulo Levindo Coelho.

O gestor conta que a carteira foi vendida para uma empresa privada, mas até hoje paga por ações na Justiça. “Eu não recomendo que uma instituição filantrópica, como a nossa, tenha plano de saúde. O mercado vai acabar ficando restrito a grandes operadoras”, completa.

Por outro lado, há casos positivos, como o da Santa Casa de Santos, que criou seu plano de saúde em 1992, e de lá para cá vem obtendo bons resultados, atendendo hoje a quase 100 mil vidas.

Em Juiz de Fora (MG), a Santa Casa de Misericórdia local criou seu Plano de Assistência de Saúde Complementar em 1984. Hoje se destaca por ter mais de 2 mil empresas como clientes.

FONTES: CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA, HOSPITAIS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS (CMB), CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM), SISCEBAS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

LINKS: www.cmb.org.br • www.fesba.org.br • sindhosfil.com.br • www.fehosp.com.br • www.femipa.org.br • www.fehosc.com.br • www.federassantas.org.br • santacasadesantos.org.br • www.santacasasp.org.br • www.santacasabh.org.br • www.santacasa.org.br • www.santacasaba.org.br • www.santacasajf.org.br • www.simesp.com.br • www.cnm.org.br

Save the Date

XIX Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos



**10 de junho de 2019 | Hotel Maksoud Plaza
Rua São Carlos do Pinhal, 424 | Bela Vista – SP**



ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

Inscrições abertas
www.economica.com.br

GRÁVIDA DEMITIDA

Gestantes demitidas mesmo quando seus empregadores desconhecerem a gravidez devem ser indenizadas, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A indenização é decorrente da estabilidade provisória garantida por lei desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Como tem repercussão geral, a decisão terá de ser seguida por juizes de todo o país, destravando dezenas de processos que aguardavam a palavra final daquela Corte. O caso serve para demissões imotivadas, quando não há justificativa apresentada pelo patrão. Os ministros mantiveram entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja súmula prevê que "o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade".

🌐 www.stf.jus.br



PAGAMENTOS EM ESPÉCIE

O sistema bancário está proibido de aceitar o pagamento de tributos federais com valor igual ou maior do que R\$ 10 mil com dinheiro em espécie. A norma foi baixada pela Receita Federal visando prevenir e combater ações de lavagem de dinheiro, afinal é praticamente impossível rastrear o numerário quando ele está fora do sistema financeiro. Fazem parte da lista o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), o Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais (DJE), o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), a Guia da Previdência Social (GPS) e o Documento de Arrecadação do e-Social (DAE). Os bancos têm até 9 de março para se adaptar ao comunicado do fisco. Segundo o diretor-adjunto de operações da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Walter de Faria, as novas regras têm como objetivo estimular o uso de meios eletrônicos de pagamento. "Com isso, é possível manter um volume maior de recursos no sistema financeiro, aumentando sua rastreabilidade, o que coíbe operações de lavagem de dinheiro", afirma.

🌐 <https://contadores.cnt.br>

NOVO SALÁRIO MÍNIMO

Embora o salário mínimo em 2019 tenha sido majorado de R\$ 954 para R\$ 998 (aumento de 4,61%), o valor ficou R\$ 8 menor do que o aprovado em 2018 pelo Congresso Nacional para o Orçamento deste ano. A explicação para a diferença é que a fórmula utilizada leva em consideração a variação do PIB e a inflação registrada no ano passado, que ficou abaixo do esperado. A referência do valor diário do salário mínimo ficou em R\$ 33,27, enquanto o da hora, em R\$ 4,54. Cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), entretanto, mostram que o salário mínimo ideal teria que ser de R\$ 3,9 mil para atender a todas as necessidades de uma família com quatro pessoas, como alimentação, educação, higiene, lazer e saúde.

🌐 radioagencianacional.ebc.com.br



MULTA NOS DISTRATOS

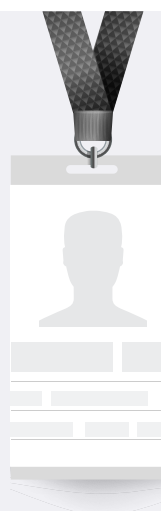
Sancionada sem vetos em 27 de dezembro de 2018 e publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, a Lei nº 13.786, que dispõe sobre o distrato para imóveis comprados na planta, estabelece que os clientes que desistirem da compra poderão ter de volta somente 50% do valor já pago à construtora, a título de multa para desfazer o negócio. Essa era uma antiga demanda do setor imobiliário, que alegava altos prejuízos causados por desistências. Criticada pelos órgãos de defesa do consumidor, a nova legislação impôs multa muito maior do que as estabelecidas pela Justiça, geralmente entre 10% e 25% do valor já pago. Em caso de atraso na data prevista para a entrega do imóvel, entretanto, a incorporadora terá até 180 dias de prorrogação para a entrega sem a incidência de multa. Após esse prazo, o comprador poderá pedir a rescisão, sem prejuízo da devolução de todos os valores pagos e da multa estabelecida, corrigidos, em até 60 dias corridos do pedido de distrato. Se o comprador não quiser romper o contrato, a incorporadora terá que pagar, na data de entrega da unidade, indenização de 1% do valor pago para cada mês de atraso com a devida correção monetária.

🌐 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

AUSÊNCIA NO TRABALHO

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até três dias, em cada 12 meses de trabalho, no caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada. O mais recente benefício está previsto na Lei nº 13.767/2018, que alterou o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a inclusão dessa regra, a legislação agora prevê até 12 situações nas quais o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário – casamento; nascimento de filho; doação voluntária de sangue; falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em carteira de trabalho, viva sob sua dependência econômica; alistamento eleitoral; cumprimento de exigências do serviço militar; provas de exame vestibular; comparecimento em juízo; participação, como representante de entidade sindical, em reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro; acompanhamento de consultas médicas e exames durante a gravidez da esposa ou companheira; acompanhamento de filho de até seis anos em consulta médica.

🌐 www.planalto.gov.br

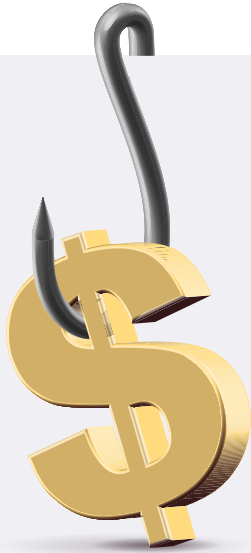


CARTÕES DE PONTO

Cartões de ponto sem a assinatura do empregado são válidos para a apuração de horas extras, decidiu a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por decisão unânime, os magistrados determinaram que na contagem das horas extras levem-se em conta os horários ali registrados, inclusive quanto aos meses em que os controles de frequência não se encontram assinados.

Embora no recurso ao TST a empresa tenha sustentado a falta de dispositivo de lei que exija o controle de horário assinado pelo empregado para lhe emprestar validade, o relator, ministro Walmir Oliveira da Costa, baseando-se nos artigos 74, parágrafo 2º, da CLT, e 13 da Portaria MTPS nº 3.626/1991, afirmou que “a exigência de assinatura do empregado no cartão de ponto carece de previsão legal, razão pela qual não pode ser invalidado como meio probatório e, conseqüentemente, transferir o ônus da prova para a empregadora”.

🌐 www.tst.jus.br



COAF

Antes sob o guarda-chuva do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) agora integra o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Segundo o novo estatuto do órgão federal, o Coaf tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na lei de lavagem de dinheiro. O Conselho também poderá celebrar acordos de cooperação técnica e convênios com entes públicos ou entidades privadas. Compete ao órgão, entre outras tarefas, receber comunicações de operações suspeitas; examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas; requerer informações mantidas nos bancos de dados de órgãos e entidades públicas e privadas; compartilhar informações com autoridades competentes de outros países e de organismos internacionais; bem como coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações, no país e no exterior, que viabilizem ações rápidas e eficientes na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

🌐 <https://g1.globo.com>



BOLETOS VENCIDOS

Lançada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a nova plataforma de cobrança não permite mais que o tipo de boleto utilizado para doações a organizações da sociedade civil (OSC) seja pago, em qualquer agência bancária, após o vencimento do prazo previsto no documento. O alerta foi feito pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). A mudança é preocupante porque é grande o número de pessoas que acaba se esquecendo de pagar e nem sempre pede uma segunda via atualizada. A estimativa é que esse meio de pagamento seja responsável pela entrada de cerca de R\$ 6 bilhões anuais aos cofres das OSCs. De acordo com a ABCR, o benefício de pagar o boleto vencido, em qualquer agência bancária, só existe para os boletos de contas. "O Banco Central, ao regular a modalidade, deixou de fora as 820 mil organizações da sociedade civil que trabalham para gerar impacto, e não para gerar resultado financeiro para seus acionistas", argumenta a ONG.

🌐 <https://portal.febraban.org.br>

DOCUMENTO AUTENTICADO

Os brasileiros não precisam mais apresentar documento autenticado e firma reconhecida em órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Sancionada em 9 de outubro de 2018, a Lei nº 13.726 também dispensa a apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por documento de identidade, título de eleitor, carteira de trabalho, identidade profissional emitida por conselhos regionais, certificado militar, passaporte ou identidade funcional de órgão público. Além de economizar recursos, a ideia é suprimir ou simplificar formalidades e exigências feitas ao cidadão consideradas desnecessárias ou que se sobreponham. Sem a exigência de apresentação de firma reconhecida, cabe ao agente administrativo do órgão comparar a assinatura com a que consta no documento de identidade da pessoa. Outra novidade é o fim da cobrança por cópias autenticadas de documentos, bastando a apresentação do original e da cópia simples, que serão comparados pelo servidor responsável.

🌐 www12.senado.leg.br

FILANTROPIA RESPONDE

CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

POR

M. BIASIOLI
ADVOGADOS

1 **Prezados Colunistas, tenho uma dúvida: por lei é realmente obrigatório que uma entidade educacional, além de fazer o controle interno, também tenha que notificar o conselho tutelar acerca de faltas de seus alunos? Se realmente necessário, há um percentual mínimo para que haja essa obrigação?**

Caro leitor, a resposta é afirmativa, considerando a simples análise, em ordem hierárquica, das normas pátrias vigentes: a começar, no topo da cadeia de normas jurídicas, nossa Constituição Federal prevê em seu artigo 208, § 3º, que “compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola” (grifo nosso).

Esse comando é diretamente seguido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96) em seu artigo 5º. Encontra-se nessa mesma lei, no artigo 12, a obrigação aos Estabelecimentos de Ensino de notificar o Conselho Tutelar acerca das faltas dos alunos. E aqui está o ponto de atenção; há, sim, um percentual mínimo de faltas a partir do qual deve ser notificado o Conselho Tutelar, que foi alterado no início deste ano (Lei 11.803/19). Agora, segundo a lei, é incumbência do Estabelecimento de Ensino “notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% do percentual permitido em lei” (grifo nosso).

2 **Na Instituição em que trabalho, de cunho educacional, uma funcionária (professora) precisou faltar no serviço por cinco dias por conta da internação hospitalar de um de seus filhos menores. O departamento de RH não pretende abonar todos os dias de falta por entender que, por lei, não tem essa obrigação. Esse posicionamento está correto?**

Prezado leitor, essa pergunta é recorrente, pois o fato de haver lacunas na lei e variação do posicionamento do Judiciário aumenta a insegurança das Instituições por todo o Brasil. Todavia, em nossa opinião, atualmente não há muita margem para discussão. De início é de se invocar o artigo 473, inciso XI, da CLT, o qual dispõe que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia por ano para acompanhar filho de seis anos em consulta médica, sendo que, em regra, as convenções coletivas de trabalho seguem redação similar. Ocorre que, tanto a previsão da CLT como a maioria

das Convenções Coletivas, referem-se às faltas em situação de acompanhamento em consulta médica, havendo uma lacuna a respeito de situação de internação.

Para elucidar o impasse, ao menos por ora, há recente julgado do Superior Tribunal do Trabalho que ao tratar do tema de abono pelo empregador de faltas do empregado para acompanhamento de dependente enfermo decidiu que “*absolutamente censurável impor à obreira, principalmente na qualidade de mãe, ter de optar entre cuidar do filho enfermo ou exercer suas atividades laborativas para receber a remuneração correspondente*”. Ainda narrou que, com base na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que impõem os deveres de cuidado às crianças, “*o afastamento da recorrente de seu labor tornou-se essencial, ou melhor, obrigatório, sob pena de violação dos mencionados normativos, corroborada por ato severo, além de desumano, do empregador ao não abonar as faltas*”.

Assim, desconsiderados casos excepcionais, é recomendável o abono das faltas nessas circunstâncias.

3 **Sou Coordenadora de uma entidade beneficente, e após ler algumas notícias e matérias na internet, gostaria de saber se nós, entidades imunes e isentas, precisamos entregar a ECF e a ECD. Se necessário, quais os requisitos para essa obrigação?**

Cara leitora, as entidades sem fins lucrativos, em especial as imunes e isentas, de acordo com os artigos 12, §2º, alínea “c” e art. 15, da Lei 9.532/1997, devem entregar a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e a Escrituração Contábil Digital (ECD), desde que no exercício fiscal apurem contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita, conforme previsão dos artigos 7º e 9º da Lei 12.546/2011, e Contribuição incidente sobre a Folha de Salários, em que a soma seja superior a R\$ 10.000,00.

Ainda, caberá a obrigatoriedade para aquelas que não se enquadrem nos requisitos acima, mas que auferam receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e assemelhados, cuja soma seja superior a R\$ 1.200.000,00, inclusive com alterações implementadas pela Instrução Normativa RFB nº 1.594/2015, que também atribuiu como prazo para entrega da ECD o último dia do mês de maio. Já a ECF tem como prazo o último dia do mês de julho, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.633/2016.

PRODUTOS QUE AJUDAM A SALVAR O MEIO AMBIENTE

ONGs conseguem angariar recursos por meio de parcerias com comunidades locais, garantindo não só a preservação da flora e fauna, mas a geração de renda às pessoas envolvidas nos projetos

País em que as ações pela preservação do meio ambiente historicamente sempre motivaram verdadeiras batalhas diárias, inclusive com conflitos armados e assassinatos de ativistas, o Brasil continua, por outro lado, sendo celeiro de organizações da sociedade civil bastante atuantes nessa área.

Realizar todo o trabalho por essa causa, entretanto, é bastante dispendioso e, para dar continuidade aos seus projetos, muitas ONGs firmam parcerias com comunidades locais, passando a comercializar itens como o Mel dos Índios do Xingu, resultado do trabalho desenvolvido, há quase duas décadas, pelas comunidades xinguanas em conjunto com a Associação Terra Indígena Xingu e o Instituto Socioambiental.

Outro produto de destaque nesse processo de “ganhar-ganha” é a Ecobag. Produzida em lona confeccionada a partir do fio de juta com aplicação em tecido 100% algodão, ela traz motivos que ilustram espécies ameaçadas de extinção catalogadas pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Fabricada por um grupo de mulheres da zona rural de Nazaré Paulista (SP), por meio do projeto Costurando o Futuro, a Ecobag é um dos produtos que ajudou essas moradoras a descobrir o bordado como nova atividade e a biodiversidade da Mata Atlântica como inspiração.

Já a fauna marinha, representada pelas tartarugas, recebe proteção a partir dos projetos tocados pelo Tamar. Além das doações, a organização comercializa camisetas com ilustrações e frases sobre a importância da preservação desses répteis. Hoje, 99% dos ninhos de tartarugas marinhas protegidas pela ONG permanecem em seu local original, marcados com estacas numeradas.

A produção anual de cerca de 180 mil peças é feita em duas confecções em operação nas comunidades de Regência (ES) e Pirambu (SE), e envolve diretamente 70 moradores. As camisetas podem ser compradas em uma das 11 lojas físicas da ONG e de parceiros, localizadas em Salvador, Mata de São João e no distrito de Costa do Sauípe (BA), Aracaju (SE), Fernando de Noronha (PE), Vitória (ES), Ubatuba (SP), Florianópolis e no Beto Carreto World, em Penha (SC).



Ecobag

Material: lona confeccionada a partir do fio de juta

Tamanho: 40 cm x 32 cm x 14 cm
R\$ 85,00



Mel dos Índios do Xingu

Pote com 500 g
R\$ 45,00



Camiseta

Material: malha de algodão
Preço: a consultar



IMPENHORABILIDADE

Recursos públicos aplicados compulsoriamente em educação, saúde ou assistência social são impassíveis de penhora

A execução de obrigação de pagar quantia certa, incluindo a decorrente de reclamação trabalhista, tem como finalidade o pagamento de valor em dinheiro. Ela se realiza, em regra, pela expropriação de bens do executado. Essa modalidade de execução é a mais frequente na Justiça do Trabalho.

Iniciada a execução (a requerimento ou de ofício), cabe ao juiz ou presidente do Tribunal Regional do Trabalho determinar a expedição de mandado de citação, penhora e avaliação ao executado, a fim de que ele, no prazo de 48 horas, realize o pagamento, caso se trate de pagamento em dinheiro, incluindo contribuições sociais devidas à União.

Sendo citado da execução, o executado poderá adotar os seguintes comportamentos: (i) pagar a quantia devida, extinguindo-se a obrigação, ante o seu cumprimento; (ii) garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida



GUILHERME REIS



GUSTTAVO GONÇALVES

das despesas processuais; apresentação de seguro-garantia judicial; ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no artigo 835 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15); (iv) não pagar a importância reclamada.

Caso o executado não pague a importância reclamada, nem garanta a execução, o juízo trabalhista buscará bens a serem penhorados, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação trabalhista. Sendo assim, se o executado não pagar nem garantir a execução, devem ser penhorados os seus bens, lavrando-se auto ou termo de penhora.

A penhora é ato de constrição judicial do bem, objetivando a satisfação do direito do exequente, devendo incidir em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios, caso haja.

Guilherme Reis é advogado com atuação no Terceiro Setor - inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccionais Minas Gerais (182.006), Espírito Santo (10.983). Professor do curso de pós-graduação em direito e contabilidade para o Terceiro Setor da FBMG. É autor do livro "Imunidade Tributária para o Terceiro Setor" e "Imunidade Tributária das Contribuições para o Terceiro Setor", lançados pela Editora Filantropia. Sócio do escritório LIMA & REIS Sociedade de Advogados - Especializado em Terceiro Setor. Gustavo Gonçalves é advogado da Lima & Reis Sociedade de Advogados

Em observância à ordem preferencial estabelecida no artigo 835 do CPC/15, que elenca no seu topo a penhora de “dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira”, os magistrados se valem do Sistema de Solicitação do Poder Judiciário ao Banco Central (BACEN-JUD) no intuito de realizar a penhora *on line* dos ativos financeiros da devedora/executada.

Na seara trabalhista é muito comum as executadas, inclusive as Organizações da Sociedade Civil, sofrerem bloqueios em suas contas bancárias, via sistema BACEN-JUD, visando o pagamento de uma dívida com origem em ação trabalhista. Porém, esses valores poderão estar revestidos de impenhorabilidade, configurando abuso por parte do Poder Judiciário a determinação de penhora *on line* dos ativos financeiros das Organizações da Sociedade Civil, sem as cautelas devidas.

Sobre os bens impenhoráveis, tem-se que são aqueles a respeito dos quais há impossibilidade ou restrição quanto à constrição judicial. Dessa forma, tanto eles como os bens inalienáveis não estão sujeitos à execução.

Conforme previsão assegurada no Código de Processo Civil, no artigo 833, em seu inciso IX, são impassíveis de penhora “os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social”. Esses recursos são bens absolutamente impenhoráveis.

Essa impenhorabilidade justifica-se em razão da prevalência do interesse coletivo sobre o interesse particular. Ademais, visa-se garantir a efetiva aplicação dos recursos públicos nas atividades elencadas, rechaçando a possibilidade de sua destinação para a satisfação de execuções individuais promovidas por particulares. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.324.276-RJ, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, publicado no Diário Oficial em 11 de dezembro de 2012.

Nas lições de Daniel Amorim Assumpção Neves (Novo Código de Processo Civil Comentado, 2016, p.1325), “o que certamente norteou o legislador nessa escolha foi a natureza dos recursos recebidos pela instituição privada e a obrigatoriedade de sua aplicação em importantes áreas, tais como a educação, saúde e assistência social. Ainda que esses valores estejam temporariamente em poder da instituição privada, o legislador levou em conta que essa instituição é meramente intermediária entre o governo e a população que precisa de seus serviços. Esse sistema, criado pela nova

visão de ajuda das instituições privadas em atender às demandas que deveriam ser cumpridas diretamente pelo Estado, faz com que os valores que tenham esse fim não possam ser penhorados [...]”

Entretanto, essa impenhorabilidade pode ser afastada se não ficar devidamente comprovado que os recursos existentes em conta bancária da organização devedora foram disponibilizados por ente público para destinação vinculada e compulsória à educação, saúde ou assistência social.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em sede de julgamento de agravo de petição, interposto pela Fundação Educacional de Ituiutaba, afastou a impenhorabilidade de verba pública por ela recebida, tendo em vista que o valor recebido tinha por objetivo cobrir despesas distintas, tais como custeio operacional, serviços advocatícios atrelados às reclamações trabalhistas, pagamento de verbas rescisórias. (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010036-78.2015.5.03.0063 (AP); Disponibilização: 13/10/2017; Órgão Julgador: Décima Turma; Relatora: Lucilde D’Ajuda Lyra de Almeida)

Não comprovado que o montante bloqueado em conta bancária da organização seria para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social, o repasse do Poder Público à entidade privada, incluindo às Organizações da Sociedade Civil, não se revestirá da impenhorabilidade.

Assim sendo, nota-se que os recursos públicos recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil serão impenhoráveis somente se comprovada destinação compulsória para educação, saúde ou assistência social. Por isso, a importância de manutenção do recurso em conta específica, vinculada a cada instrumento celebrado com a Administração Pública.

Sobre o ônus da prova, entendemos que caberá à executada - Organização da Sociedade Civil - comprovar que o montante bloqueado em conta bancária de sua titularidade é de aplicação compulsória para a educação, saúde ou assistência social, a teor do artigo 818 da CLT e do artigo 373, II, do CPC/15.

Em síntese, conclui-se que não é qualquer recurso público recebido pelas Organizações da Sociedade Civil que são impenhoráveis, mas apenas aquele de aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social, sendo ônus da organização comprovar esse requisito. Ademais, a impenhorabilidade protege apenas os recursos públicos destinados a instituições privadas, não o seu patrimônio ou recursos distintos do ora tratado no presente artigo, que poderão ser penhorados. 🌀



**QUAL O CAMINHO
PARA MOBILIZAR
RECURSOS PARA
SUA ORGANIZAÇÃO?**

QUEM SOMOS

A Criando presta serviços para Organizações da Sociedade Civil e Negócios Sociais que queiram participar ativamente do desenvolvimento cultural e socioambiental.

SERVIÇOS



PLANO ESTRATÉGICO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS



ELABORAÇÃO DE PROJETOS



ESTATUTOS E CERTIFICAÇÕES



INCENTIVOS FISCAIS



CRIAÇÃO DE INDICADORES



CURSOS E OFICINAS



INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

CONTATE-NOS



Entre o verniz e a vontade

Os últimos meses de 2018 ficarão registrados em minha mente e coração, no mínimo, como um espaço de tempo em que vi e senti, de forma mais nítida que nunca, matizes e nuances do povo brasileiro outrora não vistos, especialmente por alguns fatores: eu nunca tinha visto tanta gente falando de assuntos relacionados à política e às eleições; eu nunca tinha visto tanta gente, pretensamente, especialista em quase tudo; eu nunca tinha visto tanta produção e propagação de mentiras de forma tão despuddorada; e eu nunca tinha visto tanta agressividade espalhada, em manifestações explícitas de desejo de aniquilamento do outro.

Confesso que me bateu uma vontade lascada de mergulhar, diretamente, nesse terreno. Mas — creio que você há de me entender — a energia dispensada à compreensão, defesa, provocações, justificativas, ataques, sumiços, frustrações etc., foi tão grande nos últimos meses, que prefiro pensar em soluções para o que vi nessa foto sem filtro do povo brasileiro, verniz arranhado com carne viva e dentes à mostra.

Antes, apenas uma ressalva: penso ser ruim torcer para o país dar errado, apenas para se ter a vã glória de se dizer “eu avisei”. Isso, contudo, não significa que se deve assistir aos próximos capítulos da cena política passivamente. Muito pelo contrário: a participação ativa, vigilante e coerente com o que se acredita e deseja para o país tem muito mais sentido e valor ao término das eleições. Que tenhamos sempre a possibilidade de defender o que acreditamos, rechaçando o que não queremos. Qualquer outro cenário é inaceitável.

Depois de falar da dor, lanço-me ao que julgo um ótimo tratamento para que os nós de nós, ao longo do tempo, possam se converter, em escala progressiva, em laços sociais. Aqui dou as mãos ao voluntariado, uma manifestação da vontade individual de participação no processo de promoção de valores humanos



FELIPE MELLO

positivos. E, claro, por trás disso, há a questão do propósito que nos motiva à ação. Cada vez mais, creio que o voluntariado, ou ainda, mais claramente, o *protagonismo ético*, pode, sim, contribuir para o fortalecimento do encontro e nutrição de nossos propósitos — entendendo como *protagonismo ético* o comportamento que busca vontade de agir, pela clareza das causas, para além dos programas sociais nos quais nos envolvemos de forma mais pontual.

Em todos os programas socioculturais promovidos pelo Canto Cidadão (ONG que ajudei a fundar, em 2002, e sigo dirigindo), nossa missão é a promoção de bons encontros, especialmente por meio da arte, em hospitais e escolas públicas. Cremos que valorizando a vida do voluntário e do beneficiário, eles possam contribuir para o acolhimento e a sensação de pertencimento dos envolvidos. Somos cada vez mais devotos da escuta ativa, a vontade lúcida e competente de construir pontes para a interação sincera com as pessoas beneficiadas. Este é o grande tesouro do nosso trabalho: a construção de laços invisíveis, mas sensíveis e perceptíveis, de gente que se importa com a história do outro.

Acredito que pela arte, criamos a permissão de sair da realidade um instante rumo à descompressão, ou ainda, de permanecer na realidade com um estímulo que traz mais cor, beleza, lembrança das potências humanas que afirmam a vida. Como bem disse a pensadora estadunidense, Stella Adler, “às vezes a vida bate e estraçalha a alma da gente; daí vem a arte e nos lembra que temos uma”. Neste momento, somos um povo machucado. A percepção de vitoriosos ou derrotados é frágil sem o cuidado coletivo, pois todos parecem perder quando a gente não se acha, como sociedade. Nossa cura, processo longo e incerto, pede, agora, respeito ao lugar do outro, compromisso com a verdade e mais atitude protagonista e ética de cada um, para além dos apetites individuais e esperanças em salvadores de pátrias, que nunca resolveram muita coisa em lugar algum. 🙏